

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

Cláudia Priscila Pires

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES, LIMITES
E DESAFIOS**

SOROCABA/SP

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

Cláudia Priscila Pires

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES, LIMITES
E DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação para obtenção
do Título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof.^a Dra. Kelen Christina
Leite

SOROCABA/SP

2015

Ficha catalográfica

Pires, Cláudia Priscila

Economia Solidária e Educação: Possibilidades, Limites e Desafios /
Cláudia Priscila Pires. -- 2016.

121 f.: 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus
Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Kelen Christina Leite

Banca examinadora: Geraldo Tadeu Souza, Regina Helena Granja

Bibliografia

1. Economia Solidária. 2. Economia Solidária e Educação/Cultura. 3.
Economia Solidária e Sistema Capitalista. I. Orientador. II. Universidade Federal
de São Carlos. III. Título.

Cláudia Priscila Pires

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES, LIMITES E
DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação, para a obtenção do título
de mestre em Educação.

Sorocaba, 29 de fevereiro de 2016.

Orientador (a)

Dr. (a) Kelen Christina Leite

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/*Campus* Sorocaba

Examinadores (as)

Dr. (a) Regina Helena Granja

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/*Campus* Franca

Dr. Geraldo Tadeu Souza

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/*Campus* Sorocaba

Ao meu amado pai, Arlindo Pires, fortemente, presente em minhas memórias.

AGRADECIMENTO

Nosso agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo atribuído financiamento à esta pesquisa, aos professores Dr. (a) Teresa Mary Pires de Castro Melo, Dr. (a) Regina Helena Granja e Dr Geraldo Tadeu Souza, que compuseram, respectivamente, nossa banca de qualificação e nossa banca de defesa para a avaliação deste trabalho acadêmico. Nosso especial agradecimento à nossa orientadora Prof.^a Dr. (a) Kelen Christina Leite por todo o seu empenho e sua dedicação a este trabalho.

"Por que era que eu estava procedendo à-toa assim? Senhor, sei? O senhor vá pondo seu perceber. A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. **Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.**"

JOÃO GUIMARÃES ROSA, GRANDE SERTÃO: VEREDAS

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o debate teórico sobre a possibilidade de a Economia Solidária ser uma proposta alternativa ao capitalismo ou ser apenas mais uma proposta no seio do modo de produção capitalista. Realizamos este trabalho por meio de uma pesquisa teórica de caráter qualitativo, cuja revisão bibliográfica versou sobre as seguintes temáticas correlatas ao problema central da pesquisa: Taylorismo/fordismo, Modo de regulação Fordista/keynesianista, Esgotamento do Fordismo/keynesianismo, Toyotismo, Neoliberalismo, Fordismo no Brasil, Cooperativismo no século XIX, Cooperativismo no Brasil, (Re)surgimento da Economia Solidária, Economia Solidária no Brasil, Teóricos da Economia Solidária: defensores e críticos e Economia Solidária e Educação/Cultura. Para compreender tal projeto a Economia Solidária será situada em contexto de crise e reestruturação do capitalismo e de políticas neoliberais, as quais se demonstram inadequadas à resolução de certas questões socioeconômicas, sobretudo, a partir da década de 1990, no Brasil e no mundo, e cujas consequências passam a fomentar o (re)surgimento de um fenômeno que se convencionou chamar de Economia Solidária, como forma alternativa de organização do processo produtivo e de organização social da produção, sendo assim são abertas as portas para as práticas cuja lógica apresenta a pretensão de ser diferente à do capital. A partir dos anos 2000, sobretudo no Brasil, a Economia Solidária atinge também o campo das políticas públicas. Neste sentido, foi realizada uma discussão no campo teórico sobre Economia Solidária e Cooperativismo e Economia Solidária e Sistema Capitalista para melhor compreensão do fenômeno e realização de um delineamento sobre os limites, as possibilidades e os desafios da Economia Solidária no seio do capitalismo. Como também foi realizada uma abordagem acerca da relação intrínseca existente entre Economia Solidária e Educação/Cultura, uma vez que há necessidade de uma educação à solidariedade e ao cooperativismo no âmbito da Economia Solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária, Economia Solidária e Educação/Cultura, Economia Solidária e Cooperativismo, Economia Solidária e Sistema Capitalista.

ABSTRACT

This work has as objective the analysis of the theoretical debates about the possibility the Solidarity Economy been an alternative proposal to capitalism or only an alternative proposal inside the capitalist way of production. We have done this work through theoretical research in a qualitative methodology and the bibliographic review was conduct around the follow main themes: Taylorism/Fordism, mode of regulation Fordism/Keysianism, the exhaustion of Fordism/Keysianism, Toyotism, Neoliberalism, Fordism in Brazil, the cooperative organization in the 19th century, the cooperative organization in Brazil, the reappearance of the Solidarity Economy, the Solidarity Economy in Brazil, the Solidarity Economy theorists: defenders and critics of Solidarity Economy and Education/Culture. In this project, understanding the project on Solidarity Economy will be placed in the context of crisis and restructuring of capitalism and neoliberal policies, which are inadequate to demonstrate resolution of certain socio-economic issues. This process, from the 1990s, in Brazil and abroad, and which consequences are now promoting the (re)emergence of a phenomenon that has been called the Solidarity Economy as an alternative form of organization of the production process and social organization of production, opening the doors to practices which in logic intend to be different to the Capital. From the 2000s, particularly in Brazil, the solidarity economy also affects the field of public policy. In this regard, a discussion in the theoretical field of Solidarity Economy and Cooperatives and Solidarity Economy and Capitalist System in order to increase understanding and implementation of strategies focusing on a delimitation of its boundaries, possibilities and the challenges of solidarity economy inside capitalism. It was also done an approach about the intrinsic relationship between Solidarity Economy and Education / Culture, since is needed a solidarity and cooperative education within the Solidarity Economy.

Keywords: Solidarity Economy, Solidarity Economy and Education/Culture, Solidarity Economy and Cooperatives, Solidarity Economy and Capitalist System

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Cogestão

BF – Bolsa Família

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COPE - Centro de Pós-Graduação em Engenharia

CPA - Cooperativas de Produção Agropecuária

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ECOSOL - Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

EPS - Economia Popular Solidária

PIB - Produto Interno Bruto

PPGEd - Programa de Pós-Graduação em Educação

ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MST -Trabalhadores Rurais Sem-Terra

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Conceito e categorias, Modo de produção, Estado e Educação/Cultura.....	54
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – Reestruturação Produtiva e Neoliberalismo	16
1.1 Taylorismo/fordismo.....	17
1.2 Taylorismo.....	19
1.3 Fordismo.....	21
1.4 Fordismo/keynesianismo.....	26
1.5 Esgotamento do Fordismo/keynesianismo.....	29
1.6 Toyotismo	32
1.7 Neoliberalismo.....	34
1.8 Fordismo no Brasil.....	38
CAPÍTULO 2 – Economia Solidária e Movimento Cooperativista.....	41
2.1 Conceito(s) de Economia Solidária.....	42
2.2 Cooperativismo no século XIX.....	55
2.3 (Re)Surgimento da Economia Solidária.....	65
2.4 Economia Solidária e Educação.....	71
CAPÍTULO 3 – Economia Solidária e Sistema Capitalista.....	92
3.1 Economia Solidária em debate.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	115

Introdução

Nota-se que desde fins dos anos de 1990 há um acentuado interesse por atividades econômicas que se constituam por meio de uma lógica cuja pretensão é ser distinta à lógica do capital. Neste contexto, encontra-se o fenômeno que alguns autores costumam caracterizar como um (re)surgir da Economia Solidária seja em relação às práticas solidárias de organizar o processo produtivo e as relações de produção, seja em relação ao interesse teórico que tais práticas suscitem. A partir da década de 2000, esta importância atinge também as políticas públicas.

O nosso interesse pelas questões da Economia Solidária começaram durante o ano de 2013 quando, como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, estávamos matriculados na disciplina: Reestruturação Capitalista, Trabalho e Educação. No final deste curso, a docente responsável pela disciplina, Prof.^a Dr. (a) Kelen Christina Leite, solicitou aos alunos um artigo sobre as questões referentes à disciplina e, dentre as várias possibilidades, nós resolvemos versar sobre o ressurgimento da Economia Solidária na concepção de Paul Singer cujo título foi: *A reinvenção da Economia Solidária* e, desde então, buscamos expandir os limites do nosso conhecimento acerca da Economia Solidária, o resultado foi, até o momento, a realização desta dissertação.

Sendo assim, o objetivo central desta pesquisa foi compreender e analisar o debate sobre a possibilidade de a Economia Solidária ser uma proposta alternativa ao capitalismo ou ser apenas mais uma proposta no seio do modo de produção capitalista. Para tanto, foi realizada uma pesquisa teórica de caráter qualitativo cujos procedimentos foram: uma ampla revisão bibliográfica em livros, revistas científicas, artigos, teses, dissertações, monografias, redes de dados disponíveis na Internet tais como: banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as principais Universidades públicas do estado de São Paulo como Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Informações também foram obtidas em Farejador de Economia Solidária, Banco de Deliberações de Economia Solidária, Iniciativas de Formação em Economia Solidária, Banco de dados Mundiais de Moedas Complementares. A revisão bibliográfica versou ainda sobre as seguintes temáticas correlatas

ao problema central da pesquisa: taylorismo/fordismo, modo de regulação fordista/keynesianista, esgotamento do fordismo/keynesianismo, neoliberalismo, fordismo no Brasil, cooperativismo no século XIX, cooperativismo no Brasil, (re)surgimento da Economia Solidária, Economia Solidária no Brasil, Economia Solidária e Cultura/Educação, modo de produção cooperativo e o sistema capitalista.

A dissertação foi estruturada da seguinte maneira: introdução, três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo foi dedicado a pontuar e analisar alguns aspectos importantes da organização taylorista e fordista do trabalho e a relação existente entre o fordismo, enquanto modo de organização do processo produtivo e o keynesianismo enquanto política econômica adotada para a saída da crise dos anos de 1930 que atinge em graus e maneiras diversas, várias economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Foi buscado salientar ainda a crise deste modo de regulação nos anos de 1970, abrindo, deste modo, espaço para pontuar e discutir a reestruturação produtiva bem como as políticas neoliberais cujas consequências em relação à precariedade das relações de trabalho e ao desemprego contribuem para fomentar o ressurgimento da Economia Solidária, ao menos, enquanto uma forma alternativa de organização do processo produtivo e de organização social da produção.

No segundo capítulo, foi examinada a difícil definição do conceito de Economia Solidária através de uma abordagem teórica entre o principal referencial e teórico internacional no assunto Jean-Louis Laville e os três principais referenciais brasileiros: Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger e Marcos Arruda. Foi retomado, a seguir, o debate teórico sobre o cooperativismo no século XIX e suas matrizes intelectuais tanto por parte dos socialistas utópicos como Robert Owen, Charles Fourier, Willian King, Louis Blanc e Saint-Simon, bem como Joseph Proudhon pelos anarquistas. A respeito do cooperativismo também foi importante remeter aos apontamentos de Karl Marx e aos intelectuais de esquerda como Bernstein, Rosa Luxemburgo e Lênin. Ademais, foi realizada uma abordagem do surgimento do cooperativismo no Brasil, assim como um debate acerca das suas características e seu surgimento. Além dos apontamentos sobre o ressurgimento da Economia Solidária e um delineamento teórico sobre Economia Solidária no Brasil, e também, foram abordadas questões acerca da intrínseca relação entre Economia Solidária e Cultura/Educação.

No terceiro capítulo, foram discutidas questões relacionadas ao cooperativismo e o sistema capitalista, as possibilidades e os desafios da Economia Solidária no seio do capitalismo. Neste sentido, esta dissertação buscou expor a diversidade de interpretações sobre o fenômeno da Economia Solidária a partir do ponto de vista teórico de alguns de seus

defensores e críticos. Foram levantadas algumas questões teóricas sobre a diversidade de interpretações sobre a Economia Solidária, verificando se há possibilidade, depois de alguns anos, de maior convergência e, talvez, de um consenso em torno de algumas explicações ou, ainda, de um hibridismo entre elas.

Assim, nas considerações finais, após esta pesquisa bibliográfica, tem-se a resposta atingida pelo nosso trabalho, cujo objetivo central era analisar o debate teórico sobre a possibilidade de a Economia Solidária ser uma proposta alternativa ao capitalismo ou ser apenas mais uma proposta no seio do modo de produção capitalista.

CAPÍTULO 1

Reestruturação Produtiva e Neoliberalismo

Para os países desenvolvidos ou de capitalismo avançado, como Europa e Estados Unidos, tornou-se uma realidade, a partir dos anos de 1950, a sociedade do pleno emprego. Esta sociedade foi pensada e planejada para que houvesse uma recuperação da crise gerada pela I Grande Guerra, pela crise dos anos de 1930 e, de certo modo, também devido aos efeitos da II Grande Guerra. Tais políticas foram capazes de criar um mercado consumidor necessário à produção em massa, que se fazia possível desde anos de 1920 e, com isto, deteve-se o avanço do socialismo quando se estabelecia uma política de compromisso entre capital e trabalho mediada pelo Estado que, pouco a pouco, constituiu-se no chamado Estado do Bem-Estar Social, sobretudo na Europa. Este movimento deu-se de maneira diferenciada nos países da América Latina e, especialmente, no Brasil.

Para Boyer (1990), as análises em termos de regulação fundamentam-se, teoricamente, na tradição marxista quando se utiliza de referências keynesianas e de trabalhos de história econômica. O conceito de “regulação” pode ser compreendido como a conjunção dos mecanismos que viabilizam a reprodução do conjunto de um dado sistema em função do estado das estruturas econômicas e das forças sociais existentes. (LEITE, 1998)

Para Arrighi (1997, p.02):

O regime de acumulação fordista/keynesianista é considerado uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizado por investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e o consumo em massa. Para que esse potencial se realize, são necessárias uma política e uma ação governamental adequadas, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o modo de regulação). O keynesianismo é descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como a causa fundamental da crise da década de 1970.

De maneira que, quando são consideradas as características da crise que se inicia nos anos de 1970 (que será discutida mais adiante) e que continua a impactar o mundo do trabalho, portanto, a Teoria da Regulação aponta que numa acumulação intensiva de capital, centralizada no consumo em massa, característica típica da realidade fordista, o sistema tende a ter que enfrentar a queda de rentabilidade e não mais a insuficiência da demanda global, como

no período anterior, destarte, estaríamos em meio a uma crise estrutural do regime de acumulação fordista/keynesianista como salientam vários autores.

Para um melhor enquadramento de aspectos relevantes da Economia Solidária, serão pontuados alguns aspectos importantes da organização taylorista e fordista do trabalho. Bem como apontar a importante relação existente entre fordismo e keynesianismo para, em sua crise nos anos de 1970, abrir caminho para a reestruturação produtiva, a reestruturação organizacional e as políticas neoliberais que, diante de suas consequências, fomentam o ressurgir da Economia Solidária em vários países, particularmente, na América Latina e no Brasil.

1.1 Taylorismo/fordismo

Nos dizeres de Brunhoff (1991, p. 23), os primeiros anos que se seguiram ao final da I Guerra Mundial foram marcados, por “instabilidades das moedas nacionais e uma alta taxa de desemprego, problemas esses que pareciam ter se tornado crônicos.

O que ocorreu, portanto, no período anterior a 1929 e a subsequente crise dos anos de 1930 foi que, de modo geral, o capitalismo havia se desenvolvido sob os princípios do *laissez-faire*, fundamentados na famosa “lei de Say”, para a qual toda oferta cria sua própria procura. Deste modo, os anos que se seguiram à crise dos anos de 1930 e à II Guerra Mundial trouxeram uma profunda transformação em todo o modo de produção capitalista. Para Leite (1998, p. 15-16):

A crise foi resolvida de diversas maneiras, em acordo com as condições objetivas em que se encontrava cada país naquele momento histórico. O traço geral, porém, do reajuste foi a redefinição das relações entre o Estado e as classes subalternas. As políticas do Estado que invariavelmente estiveram fechadas, para os “de baixo”, devido ao livre jogo do mercado, foram abertas graças: ao temor que Revolução Russa de 1917 se espalhasse pelos países da Europa ocidental; à solução fascista encontrada pela Itália, em 1922, que ganhou seu espaço apresentando-se como uma nova forma do Estado burguês com forte poder do setor financeiro; o caso da Alemanha, com a instauração em 1918 de uma república burguesa dirigida pela social democracia que em sua crise abriu caminho para a ascensão legal e pacífica de Hitler ao poder em 1933. Em outros países, houve uma profunda readequação às novas condições nacionais e internacionais do capitalismo sem chegar aos extremos da Itália e da Alemanha. Os EUA adotaram, em 1934, o *New Deal*, um programa nacional de combate à crise. Mais tarde, a partir de 1945, surgiu na Europa ocidental o Estado do Bem-estar Social como sendo o resultado de um compromisso entre capital e trabalho.

Assim, pode-se constatar que as saídas encontradas pelos diferentes países para a saída da crise dos anos de 1930 que se abatia sob o capitalismo ocidental foram basicamente duas: uma saída de caráter mais totalitário, sob a ditadura militarizada do capital financeiro com o nazi fascismo e outra saída buscada, sobretudo, pela democrática liberal que se assentou num compromisso de conveniência entre capital e trabalho, tal política de compromisso foi mais forte nos países europeus e, com suas especificidades bastante distintas das existentes na Europa, marcou também a política de recuperação da crise nos Estados Unidos da América.

No Brasil, a saída da crise dos anos de 1930 também teve suas peculiaridades. A economia brasileira havia sido, até aquele momento, uma economia basicamente primário-exportadora, portanto completamente vulnerável a toda e qualquer oscilação das chamadas economias centrais e dos mercados dos centros hegemônicos. Com a crise dos anos de 1930, este modelo exportador entrou em colapso e passou a obrigar o país a voltar-se sobre si mesmo e a desenvolver novas atividades produtivas. Assim, o Brasil dará início a um longo processo de substituição de importações por produção nacional, assegurada pela reserva de mercado obtida através de proteção cambial e tarifária. (VIANNA, 1995)

Nesse contexto o fordismo, acrescido das técnicas tayloristas de organização da produção, foi condição e resultado desse desenvolvimento porque estabeleceu um novo modo de regulação da economia, como salienta a Teoria da Regulação (Boyer 1990), ou seja, o modo de regulação fordista/keynesianista. Assim, para que se tenha uma visão panorâmica do que significou essa mudança, em termos de organização do trabalho, será feita uma breve análise do taylorismo e do fordismo em seus aspectos técnicos para, a seguir, centrar na regulação fordista/keynesianista e na constituição do Estado do Bem-Estar Social.

1.2 Taylorismo

O taylorismo, que mais tarde se verá incorporado às técnicas fordistas de organização da produção, é um movimento que teve início na virada do século XIX para o XX e possui uma importância na configuração do processo de trabalho sob o capitalismo, sobretudo, durante o século XX. A apreensão da relevância histórica deste processo se faz importante uma vez que, mais tarde, o ressurgir da Economia Solidária, objeto desta pesquisa, irá questionar esta organização do processo de trabalho.

O sistema de organização de trabalho de Frederick Winslow Taylor (1856-1915) apresentava o objetivo fundamental de elevar a produtividade do trabalho por meio da reorganização do processo de trabalho conseguido a partir do estudo de tempos e movimentos por ele realizado. Com sua obra *Princípios de Administração Científica* (1911), Taylor promoveu uma revolução organizacional na indústria ao introduzir a ideia da gerência científica, que passava a estabelecer a sistematização das atividades dos trabalhadores durante o processo produtivo no momento em que tirava das mãos destes o controle do processo de trabalho. Este passava às mãos da gerência, não apenas em um sentido formal, mas através do controle e da fixação de cada fase do processo de trabalho, inclusive o seu modo de execução.

Desse modo que a implementação da gerência científica buscava dinamizar a produtividade industrial tendo as empresas passado por um amplo processo de burocratização e hierarquização. Como principal teórico da gerência científica, aplicada ao modo de produção capitalista, Taylor afirma que a gerência deveria controlar cada fase do processo de produção bem como seu método de execução, a fim de alcançar a maior produtividade do trabalho, ou seja, com o taylorismo passa-se a ter a completa separação entre concepção, planejamento e execução enquanto aprofundava a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Assim, se consegue, como destacado por Braverman (1977, p. 103), que "todo possível trabalho cerebral seja banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto". Ou seja, o princípio da separação entre concepção e execução é levado ao extremo. Braverman (1977) esclarece que, para Taylor, o planejamento da produção fabril era encargo da administração da fábrica, visto que o administrador se encarregava de reunir todo o conhecimento tradicional que antes era de posse dos trabalhadores e ainda de classificá-lo, tabulá-lo e reduzi-lo às regras, leis e fórmulas, para dissociar o processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores no espaço fabril.

O processo do trabalho deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores. Daí por diante deve depender não absolutamente das capacidades dos trabalhadores, mas inteiramente das políticas gerenciais. (BRAVERMAN, 1977, p. 103)

Os estudos cronometrados de tempo e movimento permitiram a Taylor concluir que a capacidade produtiva de um trabalhador de experiência regular era sempre maior do que a sua produção efetiva, uma vez que havia muito desperdício de tempo nos deslocamentos do trabalhador pelo espaço fabril e também devido às trocas constantes de operações e de ferramentas. Além disso, os trabalhadores desenvolviam maneiras de controlar o tempo de

trabalho para proteger seus conhecimentos e seus salários diante da produtividade da maquinaria. (PINTO, 2013, p. 25-26)

O estudo dos tempos e dos movimentos apontava para a quantidade ideal de trabalho diário do operário, tempo este que Taylor pretendia exigir de qualquer trabalhador durante a produção fabril. Este estudo possuía como indicação o conhecimento e a habilidade do trabalhador mais experiente da fábrica, em decorrência eram padronizadas as melhores maneiras (*the one best way*) de executar cada atividade de trabalho, de modo a não prejudicar a saúde do trabalhador para não o colocar de licença, nem causar prejuízos empresariais devido ao considerado desperdício de tempo. Incorporou-se em todo processo produtivo uma completa separação entre concepção, planejamento e execução do trabalho e assim foi aprofundava-se um processo de desqualificação do trabalhador. (PINTO, 2013 p. 26-31)

Para solucionar esse problema de desperdício de tempo na produção fabril, os estudos de Taylor apontavam para a necessidade de subdividir ao extremo as diferentes atividades em tarefas simples na produção, pois como salienta Braverman (1977, p. 108) para Taylor o importante é que “cada operário torne-se mais especializado em seu próprio ofício do que é possível a qualquer um ser na gerência, e que, em consequência, os pormenores de como o trabalho será mais bem feito deve ser deixados a ele”.

Dessa maneira se garante o monopólio do conhecimento nas mãos da gerência, para que ela controle cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. Quanto às formas de negociação com os trabalhadores, esta deveria ser uma negociação individual e não coletiva e assim diminuía a força de barganha dos trabalhadores na defesa de seus interesses.

Com a introdução da chamada gerência científica e o processo de burocratização e hierarquização nas empresas capitalistas os trabalhadores atingem, sob a pressão da gerência, o seu máximo do esforço fisiológico, uma vez que a gerência científica possibilitava maior eficácia no sistema produtivo ao criar ferramentas-padrão e determinar o tempo e a maneira correta para a realização das tarefas. Assim, Taylor traz elementos que permitem a maior coisificação do trabalhador e seu sistema pode ser considerado mais um instrumento para alienação e exploração dos trabalhadores. Braverman (1977) caracteriza a implementação destas medidas como uma exploração total do trabalhador e critica o caráter científico do trabalho de Taylor, tal como se pode ver na seguinte passagem:

A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Faltam-lhe as características de uma

verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela parte, não obstante um ou outro protesto em contrário, não do ponto de vista humano, mas do ponto de vista do capitalista, do ponto de vista da gerência de uma força de trabalho refratária no quadro de relações sociais antagônicas. [...] investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital. (BRAVERMAN, 1977, p. 83)

A divisão taylorista do trabalho apresentava, portanto, a possibilidade de distribuir os trabalhadores, os seus instrumentos e suas ferramentas ao alcance das próprias mãos em seus postos de trabalho ao longo de uma linha fixa de montagem, na medida em que o trabalho era padronizado em atividades cujas operações eram uniformizadas e absolutamente simplificadas. Neste sentido, pode-se entender que o sistema taylorista foi incorporado pelas inovações do fordismo como se verá a seguir.

1.3 Fordismo

No sentido técnico-organizacional, o fordismo pode ser considerado uma extensão e superação do taylorismo. Além de incorporar a lógica taylorista de separação e fragmentação do trabalho por tarefas e operações simplificadas, o fordismo desenvolveu e aprofundou ainda mais a capacidade de controle capitalista sobre o operário através da linha de montagem. (LEITE, 1998)

Ford, diante das dificuldades encontradas em suas empresas, buscou superá-las seja pela adoção dos princípios tayloristas seja quando se avança em relação a eles.

Para Womack (1992, p.14):

A chave da produção em massa não residia – conforme muitas pessoas acreditam ou acreditavam – na linha de montagem de movimento contínuo. Pelo contrário, consistia na completa e consistente intercambialidade das peças e na facilidade de ajustá-la entre si. Estas foram as inovações na fabricação que tornaram a linha de montagem possível.

Com a introdução do modelo T de automóvel, em 1908-10, Ford alcançou dois objetivos centrais: o primeiro foi um objetivo técnico, a produção em série de um carro de fácil manuseio e conserto, o segundo foi um objetivo econômico, custos declinantes à medida que se ampliava a escala de produção e de vendas. (WOMACK, 1992)

A partir de 1913, a linha de montagem fixa - em que os trabalhadores se movimentavam ao longo da linha e assim controlar, deste modo, seu ritmo de trabalho - tornou-se uma linha de montagem móvel com o trabalhador fixo ao longo da linha por meio da introdução do modelo T, o famoso Ford bigode. Desta forma, era permitido com isto um controle muito mais eficiente que o próprio controle taylorista, pois desde este momento a linha é controlada seja de fora do processo de trabalho.

Por meio da linha de montagem, portanto Ford criou condições para dividir o trabalho o máximo possível ao fazer com que o operário da linha chegasse a realizar apenas uma única tarefa, apertar um parafuso, por exemplo, e assim levar ao extremo a mecanização do trabalhador. As imagens do filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin são um exemplo superlativo deste ritmo de trabalho ditado de fora, o qual retira toda e qualquer autonomia possível ao trabalhador no processo de trabalho.

Assim, a produção em série, dirigida pela esteira rolante, passou a percorrer todas as fases produtivas, desde a primeira transformação das matérias-primas brutas ou insumos até o estágio final de acabamento do produto. Este método fordista possuía a finalidade de controlar o ritmo da produção e aplicar a padronização dos processos produtivos envolvidos na fabricação dos produtos, uma vez que através da produção em série seria possível produzir mais em menos tempo e mais barato.

Segundo Harvey (1998), um símbolo do fordismo foi o chamado alto salário de Ford que estabeleceu o salário de cinco dólares como recompensa aos trabalhadores da linha de montagem. Com vista nisto, este modo de organização de trabalho proporcionava adquirir o máximo desempenho possível das ações do operário durante a jornada de trabalho. O taylorismo envolvia a intensificação do trabalho através da cronometragem do tempo de atividades parciais das operações, ao mesmo tempo em que o fordismo submetia ao controle a velocidade automática da linha em série, que impunha ao trabalhador sua disposição ao labor.

Para Pinto (2013, p. 38):

Basicamente, a ideia fundamental no sistema taylorista/fordista é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um “apêndice da máquina” (tal como fora descrito, ainda em meados do século XIX, por Marx ao analisar o avanço da automação na indústria da época), repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho no assunto.

Importa dizer que a "genialidade" de Ford foi apontar, portanto, para a possibilidade da produção em massa de produtos padronizados, quando exigiria um esforço na criação de um mercado apto para esta produção, o qual se dará não sem a ajuda do Estado como indutor deste processo como se verá a seguir. As inovações criadas por Ford resultaram em: economia de tempo durante a fabricação, aumento da produtividade industrial, ao elevar também o volume de produção, o rebaixamento do preço do produto final, com isto acrescer-se bastante o consumo.

Portanto, ao compreender a necessidade da indústria moderna de generalizar o “novo tipo de ser humano”, o fordismo e seus referentes mecanismos de coerção e consenso junto à classe trabalhadora buscavam incutir normas e hábitos no modo de ser de homens e mulheres para que se adaptassem às exigências dos processos produtivos e das formas mais complexas de vida social e coletiva. (GRANJA, 1998)

Segundo Gramsci (1988), o desenvolvimento capitalista do tipo “Americanismo e Fordismo” estava a requerer um novo tipo de “ser humano” configurado às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas. Gramsci percebeu que o fordismo estava, definitivamente, destinado a forjar um novo tipo de homem, um novo tipo de trabalhador.

O sistema de Ford era um modo de organização do processo produtivo, mas também não era apenas isto, pois ele significou também a reorganização de um modo de vida. Assim, já no início da década de 1930, Gramsci (1988, p.375-407) destacará em *Americanismo e Fordismo* que:

O americanismo e o fordismo derivaram da necessidade imanente de organizar uma economia programática. [...] com isso determinou-se a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção. [...] O significado e o alcance objetivo do fenômeno americano constituiu-se no maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem [...] O chamado alto salário do fordismo é um instrumento para selecionar os trabalhadores aptos para o sistema de produção e de trabalho e para manter a sua estabilidade [...] As mudanças não podem, porém, realizar-se apenas através da coerção, mas só através da combinação da coação com a persuasão, inclusive sob a forma dos altos salários, isto é, de possibilidade de melhorar o nível de vida, ou melhor, mais exatamente, de possibilidades de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exige um dispêndio de energias musculares e nervosas.

Gramsci percebe que o americanismo e o fordismo vão muito além de uma mera reorganização do processo de trabalho e detém-se, ainda, na questão do controle em relação aos

vários aspectos da vida do trabalhador. Gramsci refere-se, por exemplo, ao controle que se busca em relação à questão sexual, e aponta para a construção de uma nova ética regulamentada para as necessidades dos novos métodos de produção e de trabalho, isto é, a imposição de uma “rígida disciplina dos instintos sexuais” pela regulamentação e estabilidade das relações sociais por meio do fortalecimento da família monogâmica. Esta determinação de uma nova ética sexual visava à desconstrução da “animalidade” do ser humano através da valorização do puritanismo e da monogamia. A vida industrial exigia que o trabalhador apresentasse características adaptadas ao trabalho, as quais eram referentes às condições de “nutrição, de habitação, de costumes, etc.” (GRAMSCI, 2001, p. 251-255) Estas qualidades necessitavam ser “adquiridas” pelos trabalhadores, porque não eram vistas como “naturais” do ser humano.

A este ponto, Gramsci revela a importância da família e da educação para o trabalho segundo uma perspectiva fordista uma vez que determinadas características, quando “transferidas por herança” durante a infância e no aprendizado escolar, tornam-se efetivas para as necessidades do capital.

O abuso e irregularidade das funções sexuais são, depois do alcoolismo, os inimigos mais perigosos das energias nervosas e é observação comum que o trabalho obsessivo provoca depravação alcoólica e sexual. As tentativas feitas por Ford para intervir, com um corpo de inspetores, na vida provada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os salários e como viviam são indícios destas tendências ainda "privadas" ou latentes, que podem se tornar, num certo ponto, ideologia estatal, articulando-se com o puritanismo tradicional [...] O novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de “orgias” não é um bom trabalhador; a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos. (GRAMSCI, 2001, p.269)

Ainda em relação ao controle em relação à vida do trabalhador que extrapola o chão da fábrica, Gramsci aborda a questão do uso do álcool, que começava a ser compreendido como “o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho” (GRAMSCI, 2001, p. 267), porque podia consumir as energias e a eficiência “muscular nervosa” do trabalhador. O estímulo às iniciativas puritanas da indústria fordista é visto por Gramsci não como um aspecto de preocupação com a “humanidade e espiritualidade” do trabalhador, mas como a racionalização e o proibicionismo que possuíam o objetivo de conservar o equilíbrio psicofísico do trabalhador, ou seja, “manter a continuidade de eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular

nervosa” (GRAMSCI, 2001, p. 266) para que ele tornasse apto para desempenhar sua função com a precisão que o método industrial exigia.

Para Gramsci, portanto, questões de família, de formas de coerção moral, de sexualidade, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo. O problema, porém, deste sistema fordista é sua inflexibilidade. As ferramentas e as máquinas de Ford eram muito precisas e rígidas, desenhadas para produzir um único produto, não dando espaço para alterações e variações que se apresentam pelo próprio mercado. Este sistema de produção em massa exige mercados amplos e estáveis, condições não mantidas em momentos de crise econômica e quando os consumidores demandam novos produtos. A lógica deste sistema exige ainda que os custos sejam sempre declinantes, o que nem sempre se sustenta devido à variação dos preços das matérias-primas e, também, pela força de reivindicação que o movimento operário pode ter em determinados momentos históricos. Assim, a produção rígida, ou produção em massa, é a que menos suporta incertezas. (LEITE, 2005)

Em síntese, pode-se concluir que o fordismo significou a fabricação em massa de produtos padronizados como meio para reduzir os custos de produção e elevar, conseqüentemente, o consumo e os lucros das empresas. Supunha também a utilização da organização taylorista do trabalho que, ao intensificá-lo, fragmentá-lo e padronizá-lo, proporcionava um aumento de produtividade ainda maior, aumento este potencializado com a introdução da linha de montagem móvel e pela criação, induzido por políticas públicas, de um mercado consumidor capaz de garantir a venda da produção ampliada.

O fordismo, desse modo, chegou a incentivar o aumento da produção e da demanda dando novo impulso ao capitalismo com novas dimensões sociais. Elevou a renda do trabalhador, devido às lutas sindicais e as exigências de mercado do próprio sistema, com isto ampliou a demanda e conseguiu uma maior “satisfação” por parte dos trabalhadores. Assim, o fordismo permitiu, ao capitalismo, responder às novas exigências do processo de acumulação do capital, retirando-o da crise em que se encontrava, dando-lhe novo impulso e instaurando uma nova relação salarial, que articulava o processo de produção com um novo modelo de consumo. O fordismo significou desta forma a reorganização de um modo de vida. Os novos métodos de trabalho tornaram-se inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar, de sentir a vida, estabelecendo uma nova organização do trabalho, novo tipo de trabalhador, consumo em massa, nova organização familiar e nova personalidade. (LEITE, 2007)

O fordismo, em seu sentido técnico-organizacional, difundiu-se primeiramente nos EUA estendem-se, mais tarde, para outros países, a possibilidade de produção e consumo em massa tornavam-se também um meio de superar a crise do pós-guerra e, posteriormente, a crise dos anos de 1930, período no qual as formas de organização da produção do taylorismo/fordismo aliada à possibilidade da produção em massa encontram ressonância nas políticas keynesianas, instaurando a relação que a Teoria da Regulação denomina de modo de regulação fordista/keynesianista. (ALTVATER, 1995)

1.4 Fordismo/keynesianismo

Pode-se dizer, portanto, que em termos de organização da produção o fordismo foi uma extensão e superação do taylorismo, pois além de incorporar os princípios tayloristas de extrema simplificação e divisão do trabalho, desenvolveu e aprofundou o controle capitalista sob o operário através da linha de montagem, no entanto a relevância do fordismo não se esgota nos aspectos técnicos e organizacionais, mas vai muito, além disto, pois compreende também um sentido macroeconômico e social uma vez que se constitui como um modo de regulação, que inclui um sistema de salários e de incentivos, que visa ganhar o consenso dos trabalhadores para o aumento da produtividade e da produção em massa, e transformando-os também em massa de consumidores. (LEITE, 2007)

A saída da crise dos anos de 1930 que se apresentava como uma crise de superprodução de um lado ou de subconsumo de outro e a possibilidade de se resolver a questão pelo aumento da demanda por mercadorias produzidas em massa e de baixo custo, por meio das possibilidades apresentadas pelo fordismo, teve um protagonista importante que ainda não foi mencionado: o Estado.

No período que se segue à grande depressão e ao pós-guerra as ideias de Keynes (1996), influente economista inglês, as quais foram elaboradas no começo da década de 1930, ofereceram uma alternativa de política macroeconômica que atacava o problema do desemprego e da queda da demanda, a solução proposta por Keynes parecia fácil de compreender, seria necessário reduzir as altas taxas de desemprego e, com a elevação da taxa

de emprego, estimular o consumo visando aumentar a produção nacional. Política esta adotada em várias situações, por exemplo, política semelhante foi adotada no Brasil em anos recentes.

Diferentemente da perspectiva liberal, Keynes não concebia o princípio de que o mercado fosse autorregulado, ou autorregulador das relações econômicas. O Estado, para ele, deveria intervir para sustentar e regular a atividade econômica. O Estado, para o autor, não deveria limitar-se a corrigir apenas os defeitos distributivos do mercado, mas sim constituir-se em agente ativo no desenvolvimento da nação através do financiamento público da economia capitalista, não só no que se refere à reprodução da força de trabalho, mas também ao financiamento da acumulação do capital. Assim, o capitalismo sobreviveu à crise dos anos de 1930-40 por meio do fordismo/keynesianismo. O tipo de intervenção proporcionada pelo Estado visando o financiamento público para as necessidades do capital se repete na crise de 2008, seja nas economias avançadas, seja nas chamadas economias periféricas, em desenvolvimento e/ou emergentes e, mais uma vez, se contorna o problema sem jamais chegar à sua essência.

O Estado do Bem-Estar Social, portanto, caracterizou-se pelos bens sociais (saúde, educação, habitação, assistência social, previdência social, aposentaria, seguro desemprego, dentre outros), destinados não só aos trabalhadores empregados, mas também aos inativos. Isto representou um avanço das ideias burguesas de justiça e direitos sociais, ainda que nos limites da sociedade capitalista. Concretamente significou em muitos países: direito ao trabalho, salário igual para trabalho igual, embora se tenha mantido uma diferença significativa de salários para trabalhos iguais entre homens e mulheres - seguros sociais em caso de doença, velhice, arrimo de família e desemprego involuntário, uma renda condizente com uma vida digna, repouso, lazer e educação. Com isto deu-se a inserção no mercado e na vida social de amplos segmentos da população. Todos estes direitos, efetivados após a II Guerra Mundial, são resultado das lutas da classe trabalhadora, mas também, funcionam como mecanismos de preservação do capitalismo. Pode-se considerar que as políticas sociais funcionavam como um meio de assegurar a incorporação e o controle da força de trabalho ao sistema capitalista. (GRANJA, 1998)

Segundo Borón (1994, p.80), o moderno Estado keynesiano:

[...] surgiu em consequência de uma crise integral que afetou profundamente a burguesia e cujos marcos fundamentais foram: a I Guerra Mundial; a Revolução Russa de 1917 e, por fim, a crise de 1929. Ocorre desta forma, uma recuperação da acumulação de capital por meio de um pacto capital/trabalho que teve um efeito de

redistribuição de renda direta, via salários, nos EUA e também por via indireta, via bens sociais do Estado do bem-estar, na Europa.

As novas relações sociais expandiram as tradicionais relações salariais para além da mera subsistência do trabalhador.

Segundo Castro (1994), o Estado do Bem-estar Social, ao mesmo tempo em que oferecia vários bens sociais à população, participava também do processo de reprodução do capital, por meio da criação de infraestruturas, empresas públicas, mecanismos protecionistas da atividade produtiva, comercial e financeira, essenciais para a valorização do capital.

Na perspectiva de Singer (1998, p.11):

[...] O capitalismo dirigido, após 1945, adquiriu um sentido democrático e progressista, consubstanciado pelo compromisso de todos os governos – inscrito em leis e nas novas constituições – de manter o pleno emprego. Este compromisso equivalia a um pacto social, pelo qual se reafirmou a democracia, adicionando-lhe a responsabilidade assumida pelo estado de assegurar a todos os cidadãos trabalho e condições aceitáveis de vida. O compromisso do pleno emprego e do que se chamou depois de estado de bem-estar social foi correspondido, no plano cultural, por profunda reviravolta na ciência econômica: a revolução keynesiana. Keynes rompeu com suas próprias convicções ortodoxas quando publicou, em 1936, sua obra mais importante: *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro). Ele procurou mostrar que no capitalismo o nível de emprego e de atividade não são determinados por livre concorrência nos mercados de fatores, mas pela variação da demanda efetiva, que depende da propensão a consumir da população e das decisões de investir dos empresários.

Assim, o modelo fordista/keynesianista apresentava duas faces: de um lado, propiciava a concentração de capitais industriais e financeiros, articulados com a administração e com as empresas públicas. De outro, controlava o mundo do trabalho, por meio de uma série de mecanismos de intervenção que também seriam a base a um consenso social útil e eficiente para o processo global de acumulação capitalista. O eixo do modelo fordista/keynesianista consiste no reconhecimento do trabalho vivo como propulsor do desenvolvimento capitalista. (LEITE, 2007)

Esse reconhecimento, segundo a Leite, manifesta-se, como foi dito, numa série de instrumentos destinados a cooptar e a controlar o poder da classe operária. De fato, a luta de classes foi institucionalizada com a ajuda de políticas de regulação do emprego e dos salários e de toda legislação trabalhista, utilizada para garantir, tanto a reprodução da força de trabalho, como a legitimação política do sistema.

O sentido social da atual reestruturação capitalista da sociedade que se inicia nos anos de 1970 e ainda se faz sentir consiste, segundo Castro (1994), em questionar o papel do trabalho vivo como principal força propulsora do desenvolvimento econômico.

Assim, entre 1945 e 1973 o capitalismo passou por uma fase de grande prosperidade com crescimento econômico exuberante e rápido aumento da produtividade com pleno emprego. Este período, como bem menciona Hobsbawm (1995), foi designado como a "a era de ouro do capitalismo" ou "os anos dourados", cujo componente central foi a rearticulação entre Estado, capital e trabalho, que havia possibilitado a construção do Estado do Bem-Estar Social nos países centrais e as tentativas mais ou menos efetivas em países da América Latina.

1.5 Esgotamento do fordismo/keynesianismo

Por volta dos anos de 1970, segundo Leite (2007, p.32), porém:

[...] este modelo passou a esbarrar em seus próprios limites e contradições internas. Tais limites e contradições tornaram-se evidentes quando o sistema técnico-produtivo baseado no taylorismo/fordismo esgotou as possibilidades de aumento da produtividade em ritmos suficientes para atender, simultaneamente, às demandas do capital e do trabalho. Então, o consenso social, necessário para dar sustentação ao modelo, entrou em crise, visto que a forma de distribuição social da renda passou a colidir frontalmente com os interesses da acumulação de capital.

Harvey (1993) argumenta que no período de 1965 a 1973 já era possível apontar a incapacidade de o modo de regulação fordista/keynesianista em buscar conter as contradições internas que o capitalismo apresentava.

É importante destacar que a reestruturação capitalista da sociedade, instaurada a partir da crise dos anos de 1970, com impactos severos nos anos de 1980 intensifica-se nos anos de 1990 e faz sentir suas consequências nos anos 2000, esta envolve todo o processo produtivo em nível tecnológico e em nível organizacional; as relações de trabalho, ou seja, os modos de contratação, de uso e remuneração da força de trabalho, assim como as políticas do Estado, que foi um dos pilares do modo de regulação anterior. Estaríamos, ao lado dos aspectos econômicos, também diante de uma crise de valores que com a implementação das políticas neoliberais reestruturaram as políticas públicas. (LEITE, 2005)

Deste modo, embora a característica do período que mais nos interessa seja a adoção das políticas neoliberais, como se verá a seguir, é importante destacar que este período conhecido como a crise dos anos de 1970 é marcado também por outros fatores como alterações na produção, no mercado, na economia internacional e, por fim, no Estado com as políticas neoliberais todas questões relevantes para o entendimento da retomada da Economia Solidária em muitos países.

Leite (2007, p.157-202) faz uma síntese, abaixo reproduzida, dos acontecimentos mais marcantes que se desdobram no período.

Em relação à produção tem-se que o período é marcado pela resistência dos trabalhadores ao trabalho na linha de montagem, a monotonia e a alienação do trabalho que se expressam no absenteísmo, na displicência, nas paradas da produção, no trabalho mal feito, nas peças defeituosas e no desperdício, elevando, portanto, o custo da produção e reduzindo as margens de lucro.

Como tentativa de resolução desses problemas exploram-se as oportunidades organizacionais e tecnológicas oferecidas pelo avanço da automação baseada na microeletrônica e pelos novos modos de “produção flexível”, sobretudo, com base nos métodos de organização do trabalho em termos toyotistas. Ademais, utiliza-se dos métodos de enriquecimento das tarefas, dos grupos de trabalho semiautônomos, além do intenso processo de deslocamento das empresas de países e/ou regiões de países para outros lugares com melhores condições de exploração da força de trabalho.

Diante dessas questões Palloix (1998, p.93) afirma que:

[...] A nova modalidade do processo de valorização do trabalho é apenas uma adaptação do taylorismo e do fordismo às novas condições de luta na produção, com o objetivo de preservar a lucratividade do capital e não constitui uma revolução radical do processo produtivo, pois a valorização do trabalho só questiona a organização taylorista em relação à fragmentação do trabalho. Sendo assim, trata-se na verdade de um neotaylorismo, ou neofordismo, e não de um pós-fordismo, com a função ideológica de permitir a sobrevivência do taylorismo e do fordismo em novas condições de controle da força de trabalho.

Para o autor a recomposição das tarefas e a valorização do trabalho industrial, de modo que:

[...] parecem ser apenas uma adaptação de processos de trabalho na produção em massa a novas condições de controle da força de trabalho, a novas condições de reprodução da dominação do capital em relação às condições para a reprodução do

produto excedente, e constituem uma nova prática: o neofordismo. (PALLOIX, 1988, p. 97).

Em relação às modificações advindas no mercado tem-se que há uma saturação da produção em massa, pois a maior parte das pessoas com renda suficiente para consumir, já consumiu, assim a procura é cada vez mais dependente da reposição e não das novas aquisições, o que gera maiores flutuações no mercado. Além disso, torna-se possível produzir cada vez mais com cada vez menos trabalhadores. A solução lógica para este estado de coisas é a intensificação à procura por novos meios de aumentar a produtividade e o desenvolvimento de novos produtos e novos mercados. Intensifica-se sobremaneira a redução do tempo de vida útil dos produtos, processo hoje denominado de obsolescência programada. Há ainda um investimento no sistema da qualidade total com uma busca acentuada pela diversificação da produção.

O crescimento contínuo do consumo e da produção em massa de produtos estandardizados, portanto parecia então ser substituído por um consumo aparentemente personalizado, cujos mercados lentos e instáveis de crescimento passavam a ter em vista um sistema produtivo “flexível”, “enxuto” e transnacionalizado. De verso, grandes contingentes de trabalhadores foram desempregados neste processo, o regime de acumulação fordista era abalado, uma vez que passava a ocorrer a fragmentação na composição da classe trabalhadora.

No âmbito da economia internacional, forte pressão foi gerada pelo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros na primeira metade dos anos de 1970, aprofundando a tendência à queda da taxa de lucro das empresas.

Em relação ao Estado, característica da crise dos anos de 1970 que mais nos interessa aqui, há uma crise do Estado do Bem-estar Social, que se passa apresentar com déficit elevado abrindo caminho para a implantação das políticas neoliberais, que será discutida com a atenção mais à frente.

Tanto as inovações técnicas como as inovações organizacionais inauguram uma série de mudanças não só nas empresas, mas na economia em geral. Isso quer dizer que as modificações no mercado, nas regras de negociação coletiva, na reorganização das grandes empresas, nas intervenções do Estado e nas políticas econômicas, sob a égide das políticas neoliberais, estão sendo introduzidas de maneira mais rápida e completa que as inovações puramente tecnológicas. Foram exemplos disto a reforma administrativa, previdenciária, e trabalhista brasileira, juntamente com as privatizações do patrimônio público e a simultânea

estatização das perdas, ou custos financeiros das empresas privatizadas e da crescente dívida pública. Todo este processo, evidentemente, foi acompanhado pela diminuição do número de postos de trabalho e o consequente aumento da taxa de desemprego, também por uma série de modificações nas formas de contratação, uso e remuneração da força de trabalho.

A principal estratégia da reorganização do trabalho nas empresas efetivou-se por via da flexibilização, diminuindo o número de trabalhadores ocupados, remanejando funções e selecionando trabalhadores polivalentes, capazes de realizar diferentes tarefas de acordo com as exigências da empresa, recebendo salários diferenciados em função de critérios de desempenho estabelecidos pela própria empresa. Some-se, a estas transformações técnico-organizacionais, o rompimento do compromisso capital/trabalho. Sintetizando, a crise estrutural do capital extrapola os limites internos do processo de trabalho para alcançar todas as esferas da sociedade. Ela vem sendo enfrentada através de um processo de reestruturação produtiva, social e política, favorecido pela introdução de novas tecnologias base de uma produção mais flexível e das novas formas de organização empresarial.

Esse novo regime de acumulação, que é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo, estava embasado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. A acumulação flexível, um novo patamar da denominada ofensiva do capital, que se adaptou de diferentes formas no sistema produtivo de cada país adquiriu grande expressão no “modelo japonês” de produção, o chamado toyotismo, que ofereceu uma solução ao problema de rigidez com o qual se defrontavam as indústrias ocidentais marcadas pela organização fordista.

1.6 Toyotismo

É importante esclarecer que o sistema de trabalho toyotista desenvolveu-se nos anos de 1950 no Japão. Segundo Pinto (2013, p.61):

[...] em contexto muito diverso do taylorismo/fordismo. O toyotismo surgiu em um contexto de crescimento econômico lento, em meio um mercado interno que, se por um lado visava o consumo de praticamente todos os tipos de bens e serviços, mostrando-se diversificado, por outro lado, caracteriza-se pela pequena expansão da demanda. Tais eram as características do contexto econômico japonês após a Segunda Guerra Mundial, era um ambiente propício à busca de inovações para um aumento da competitividade pelas empresas japonesas.

O toyotismo representa uma reestruturação econômica dentro do sistema capitalista de produção e estabelece um novo regime de regulação. O toyotismo foi desenvolvido no Japão por um engenheiro-chefe das fábricas Toyota, chamado Taiichi Ohno, inventor do método *kanban* e autor do livro *O Espírito Toyota*.

Dentre suas características para o seu funcionamento, o toyotismo estabelece que o trabalhador deve se sentir como parte da empresa e, portanto, passa a ser tratado como um colaborador e não mais como empregado, uma vez que ele deve cuidar da eficiência e da qualidade da produção, isto assim implica em um maior esforço pessoal e também na administração dos serviços dos outros trabalhadores (o vigia dos outros – *team work*), este é um fator que possibilita reduzir o papel das gerências. É relevante frisar que, neste contexto, passa a existir uma apropriação da subjetividade do trabalhador no que diz respeito, sobretudo, à sua participação na concepção do processo de trabalho, subjetividade esta que era combatida com o advento do binômio taylorismo-fordismo. (OLIVEIRA FILHO, M. A. M. B, 2010)

Assim, entre as principais inovações atribuídas ao *toyotismo* no sistema produtivo, estão:

- 1) O modelo “*just in time*”, por meio do qual a produção se dá a partir do momento em que o consumo já está garantido, evitando o desperdício e o encalhamento de mercadorias (estoque zero – Ohno se baseou nas prateleiras de supermercado);
- 2) O *Kanban*, que é um sistema de informação na linha de produção que permite à administração saber o que está sendo feito e por quem está sendo feito;
- 3) As células (ou ilhas) de produção, que não eliminam a linha de montagem desenvolvida pelo sistema fordista, mas garante que determinadas tarefas sejam feitas por equipes de trabalhadores preparados e dentro de uma competitividade muito grande, significando maior responsabilidade de um trabalhador em relação ao trabalho do outro;
- 4) A desespecialização das atividades produtivas, que cria uma situação de multifuncionalidade na força de trabalho, permitindo que os trabalhadores realizem diversas tarefas (a empresa se torna mais funcional, pois a mesma quantidade de trabalho passa a ser realizada por uma quantidade menor de trabalhadores);
- 5) O retrabalho, que acontece quando o sistema *Kanban* aponta para uma determinada falha que tenha surgido na produção, incumbindo a equipe responsável de refazer o trabalho;
- 6) O Círculo de Qualidade Total (CQT), no qual os trabalhadores são capazes de perceber onde encontram-se os gargalos (problemas) da produção, e são chamados com a finalidade de apontá-los e resolvê-los, sendo que, depois do trabalho, os

trabalhadores são convocados para discutir o que foi feito no serviço em termos de qualidade;

7) As técnicas *Kaisen*, que pretendem tornar os trabalhadores conscientes de que cada um deles realiza a função do engenheiro industrial, e funcionam por meio de um sistema de aprendizagem continuada dentro da própria produção, cujo intuito é desenvolver nos trabalhadores sua percepção da necessidade de contínuo aperfeiçoamento;

8) A maior flexibilização da produção, que permite que se coloque com mais rapidez no mercado novos modelos de produtos (uma maior flexibilidade na produção permite que com uma mesma estrutura criem-se vários modelos de produtos – tanto que nos anos de 1980 os modelos de carro japoneses ameaçaram os restritos modelos norte-americanos) (CORIAT, 1993; GOUNET, 1999; HARVEY, 1993 *apud* OLIVEIRA FILHO, M. A. M. B)

Ao retomar os problemas da crise na produção enfrentada pelas indústrias ocidentais devido ao problema de rigidez derivado da organização fordista, outra resposta referente ao nível organizacional das empresas foi a criação da terceirização, ou a subcontratação de pequenas empresas aos moldes do modelo japonês. Neste contexto, a produção é sustentada por pequeno núcleo central de trabalhadores bem remunerados e uma vasta periferia de trabalhadores mal pagos, que poucos organizados trabalhavam em tempo parcial. Além disso, a desespecialização das atividades produtivas, que cria uma situação de multifuncionalidade na força de trabalho, permite que os trabalhadores realizem diversas tarefas, isto é, que eles sejam polivalentes dentro da empresa. (PINTO, 2013)

Segundo Antunes (2000), a flexibilidade do mercado de trabalho contribuía para debilitar a ação sindical e para intensificar o trabalho. Portanto, a terceirização do trabalho nas empresas permitia a precarização das relações de trabalho, o que tornava difícil a organização dos trabalhadores.

1.6 Neoliberalismo

É diante deste contexto, no que tange particularmente a questão do Estado, que as ideias neoliberais, em debate desde os anos de 1940 pela Sociedade de *Mont Pelerin* composta por intelectuais como: Friedrich von Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, dentre outros, ganharam terreno, quando defendem a primazia do mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo. Para estes autores, as causas da crise dos anos de 1970 baseavam-

se no novo igualitarismo promovido pelo Estado de Bem-Estar Social e pelo poder excessivo e nefasto que os sindicatos haviam adquirido no período, assim corrói com isto as bases de acumulação capitalista devido às pressões por salários mais elevados e para que o Estado aumentasse cada vez mais seus gastos sociais. (ANDERSON, 1995)

Para os neoliberais o governo deveria assumir como meta a estabilidade monetária, praticando um rígido controle orçamentário, contendo gastos com as políticas de *welfare* e restaurando a taxa “natural” de desemprego com a criação de uma reserva de trabalho para enfraquecer o movimento sindical. Para os neoliberais, o financiamento do gasto público em programas sociais geraria: déficit, inflação, diminuição da poupança interna, desestímulo ao trabalho e à concorrência, queda no nível de produtividade, levando os jovens a abandonarem os estudos e colaborando para o aumento da criminalidade. Os programas assistenciais estariam condicionados, apenas, em casos de auxílio à pobreza extrema. (ANDERSON, 1995)

Segundo Brunhoff (1991), para os neoliberais, a crise da década de 1970 apresentava sua causa fundamental em um excesso de intervenção governamental na economia advinda das políticas keynesianas. As ideias neoliberais efetuavam a defesa do mercado livre de quaisquer entraves pelo Estado ou pelos sindicatos como mecanismo regulador da economia e gerador do bem-estar social. Para os neoliberais, o mercado conduz à harmonia social, ao consenso e à liberdade, ao mesmo tempo em que, o Estado é considerado como esfera da imposição e do conflito. Assim, o mercado é visto como superior ao Estado em termos de eficiência econômica.

Qualquer tipo de intervenção do Estado na economia deveria/deve ser visto como forma de afronta ao livre exercício da vontade individual o que, por sua vez, inibiria a atividade e a competição privada que alavancam o desenvolvimento econômico. O mercado, na ideologia neoliberal, é sinônimo de harmonia social, consenso e liberdade, cabendo a ele atender as necessidades básicas da população, sendo, portanto, o responsável pela regulação da sociedade.

As características principais deste modelo são a presença do capital financeiro como principal coordenador do desenvolvimento, sob o qual todas as demais estratégias econômicas, dentre elas a reestruturação produtiva, estão subordinadas. Como consequência de um ambiente globalizado, a acumulação flexível está provocando profundas transformações no mercado de trabalho, com novas divisões e distribuições do trabalho e enfraquecimento sindical. (MAGALHÃES, TODESCHINI, 2000, p. 141).

A onda neoliberal foi, principalmente, reverenciada na ditadura de *Augusto Pinochet* (Chile), nos governos de *Ronald Reagan* (Estados Unidos), *Margaret Thatcher* (Inglaterra) e *Helmut Kohl* (Alemanha). Nos primeiros anos, as políticas neoliberais centraram-se na redução dos impostos a favor dos que tinham altos rendimentos e na abolição dos controles sobre fluxos financeiros, elemento central e disparador da crise de 2008.

Enquanto a primeira ministra britânica tinha como principal opositor o movimento operário e as greves, contra o qual promoveu uma legislação anti-sindical e o desemprego em massa, *Reagan* tinha como característica peculiar de seu governo a intensa competição militar com a União Soviética e o anticomunismo, lançando-se em uma corrida armamentista sem precedentes, elevando o déficit público e desfazendo-se da disciplina orçamentária neoliberal. (ANDERSON, 1995)

Na década de 1980, governos socialistas da França com *Mitterrand*, da Espanha com *Felipe Gonzáles* e de Portugal com *Mario Soares* se viram impelidos, devido à nova configuração dos mercados financeiros internacionais, a adotarem, também eles, políticas da ortodoxia neoliberal para não verem a drenagem de investimentos em seus países.

Segundo Anderson (1995), pode-se dizer que o programa neoliberal obteve êxito em vários de seus objetivos: deflação, aumento dos lucros, equilíbrio fiscal e estabilidade monetária, elevação das taxas de desemprego, legislação trabalhista mais frouxa e melhores condições de exploração da força de trabalho em vários países, queda dos impostos sobre os altos rendimentos e desregulamentação dos mercados financeiros. Todas estas medidas visavam um único fim: elevar a taxa de crescimento da economia, retomando aos patamares anteriores à crise, típicos dos “anos dourados” do capitalismo. Deve-se ter presente que uma das principais teses defendida pelo neoliberalismo foi a desregulamentação financeira, o que culminou na perda de autonomia e importância dos Estados-nação no comando do desenvolvimento capitalista em detrimento da tese globalista, em que os mercados livres em nível mundial ficariam encarregados de promover o desenvolvimento econômico. Porém, isso provocou um resultado paradoxal, pois os lucros acumulados não levaram a uma recuperação dos investimentos, pois as condições implementadas eram muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva, assim essas economias não recuperaram os patamares de crescimento anteriores à crise dos anos de 1970, fazendo com que o neoliberalismo, em termos de recuperação do crescimento econômico a níveis compatíveis com os “anos dourados” do capitalismo representasse um grande fracasso (ANDERSON, 1995).

Na década de 1990, a dívida pública de quase todos os países ocidentais aumentou bruscamente, mas isso não impediu a reeleição de novos governantes adeptos ao receituário neoliberal na Europa, a eleições na América Latina e Brasil. A eleição do republicano Clinton à Casa Branca não alterou substancialmente a situação. Com a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética, o neoliberalismo ganhou ainda mais força como política hegemônica através de sua penetração em países do Leste Europeu (ANDERSON, 1995).

Se a experiência chilena, dos anos da ditadura de *Pinochet* que teve como conselheiro econômico Milton Friedman, buscava quebrar o forte movimento operário, na Bolívia a cruzada neoliberal era contra a hiperinflação. Estes dois países representavam experiências isoladas no cenário latino-americano até o fim dos anos de 1980, a partir daí o continente passou a trilhar o mesmo caminho, o México com *Carlos Salinas*, a Argentina com *Carlos Menem*, a Venezuela com *Carlos Andrés Pérez* e o Peru com *Alberto Fujimori*, o Brasil percorreu o mesmo caminho com Sarney e mais claramente com Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso. (ANDERSON, 1995). Assim, o neoliberalismo passa a ser o pensamento hegemônico embasado nas diretrizes das políticas definidas pelo Consenso de Washington¹.

A abolição dos controles sob os fluxos financeiros, provocada pelas políticas neoliberais, promoveu uma “guerra” por atração de investimentos proporcionando o deslocamento crescente da produção industrial em direção aos países de capitalismo tardio com incentivos fiscais ofertados pelos governos locais, com custos salariais menores, com sindicalismo pouco estruturado ou frágil, legislação trabalhista frouxa tornando-se espaços geográficos extremamente atrativos uma vez que se mostra mais adequado por possuir maiores e melhores condições de exploração da força de trabalho.

Todas essas questões somadas caracterizam uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial, que nos dizeres de Chesnais (1996) pode ser caracterizada como a etapa marcada pela intensa mundialização do capital. Diante de um novo regime de acumulação capitalista denominado de acumulação flexível.

1 O Consenso de Washington caracteriza-se por uma série de recomendações dada aos países em desenvolvimento abrangendo dez pontos: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação do mercado de trabalho, propriedade intelectual. (TAVARES; FIORI, 1996 *apud* LEITE, 2005)

O resultado ou a herança neoliberal não tardou a aparecer com as crises financeiras: no México em 1994, na Rússia em 1995, no Brasil em 1998 e na Argentina em 2001. O fracasso da estratégia neoliberal reflete os resultados catastróficos para as economias destes países, no que diz respeito às privatizações irresponsáveis de monopólios de serviços públicos, aos repetidos déficits no balanço de pagamentos e a incapacidade de proporcionar melhorias no padrão de vida (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Deste modo, afirma Anderson (1997), o neoliberalismo pode ter fracassado economicamente, não revitalizando as taxas de crescimento a patamares equivalentes aos anos dourados do capitalismo, mas obteve, segundo sua própria perspectiva, um grande êxito social desestatizando economias e criando sociedades mais desiguais, além de um enorme sucesso político-ideológico ao transformar-se em uma política hegemônica em praticamente todos os continentes.

1.7 Fordismo no Brasil

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva surge no final dos anos 1970 início dos anos de 1980, mediante a crise do modelo de desenvolvimento fundamentado na substituição das importações que teve início durante a década de 1930 em consequência da crise global a partir de 1929. Tal processo se intensifica nos anos de 1990 com a política neoliberal e a abertura econômica. No período do Estado desenvolvimentista, em linhas gerais, entre as décadas de 1940 a meados de 1970, o Brasil cresceu com ênfase na política industrial de “substituições de importações” com um crescente endividamento externo.

A partir dos anos 1980, o Brasil estava em uma recessão econômica, visto que a inflação batia recordes históricos, o Produto Interno Bruto (PIB) estava em queda, como resultado disto houve um movimento massivo de desemprego e queda da renda dos trabalhadores. É importante ressaltar que isto ocorre em um contexto em que a ideologia neoliberal começava a ser propagada, ao mesmo tempo em que havia uma tentativa de reconstrução da democracia e a economia brasileira.

A pragmática neoliberal instituída após o Consenso de Washington se enraizou no Brasil a partir do Governo Collor (1989 a 1992). Em 1989, Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente a empregar as medidas neoliberais. Na visão de Antunes:

Collor elegeu-se com base em um projeto de “modernização” do país. Em seus contornos mais gerais, esse projeto contemplava uma integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário neoliberal para um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando à desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos. Passada a euforia que aglutinou os setores da ordem, percebe-se que a implementação do Projeto Collor, além de brutalmente nefasto para as classes trabalhadoras, tem tido como consequência a destruição e o sucateamento de parcelas do capital industrial privado. Uma fatia do empresariado vê-se na iminência da extinção, incapaz que é, por razões estruturais, de se igualar ao seu parceiro avançado. Teme, com razão, que a abertura para a tecnologia forânea leve à sua eliminação. Muitos setores vinculados ao grande capital começam a perceber que a aventura eleitoral trouxe consequências catastróficas... O sucateamento de nosso produtivo ainda atinge, de maneira aguda, o pequeno e médio capital e destrói o capital produtivo estatal. Suas consequências são, portanto, arrasadoras. (ANTUNES, 1992, p.16)

Após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco foi empossado Presidente do Brasil (1992 a 1995). O Governo Itamar Franco mostrou-se um governo de transição cuja meta de seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi tentar controlar a inflação e, para tanto, foi desenvolvido o Plano Real.

No rastro da estabilidade da moeda advinda do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito (1995 a 2003) mantendo uma política econômica em conformidade com o que interessava aos capitais globais. Era implementado um processo de privatização, de desindustrialização, de desmonte nacional e de integração servil e subordinada à ordem mundializada.

[...] O processo de desregulamentação do trabalho coerente com a flexibilização produtiva, receituário que beneficiava os capitais e precarizava os direitos sociais dos homens e mulheres que vivem do trabalho, o que intensificava ainda mais a precarização social (ANTUNES, 2000, p. 41)

A crise que se iniciou nos anos de 1970 foi caracterizada pelo esgotamento do modelo de produção taylorista-fordista e esvaziamento dos Estados keynesianos. As crescentes quedas nas taxas de lucro provocaram um processo de reestruturação produtiva das empresas, em decorrência houve profundas transformações no mundo do trabalho e, como efeito no âmbito da sociedade. Nos países em que tal Estado de Bem-estar Social jamais se estabeleceu de fato, como o Brasil, as consequências foram mais graves. Durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000, com o desemprego em massa, crise do modelo fordista, enfraquecimento do movimento sindical, fracasso das experiências socialistas de modelo soviético e, ao mesmo

tempo, em meio à crítica ao padrão de desenvolvimento capitalista, em termos de recrudescimento das desigualdades socioeconômicas, começam a emergir novas formas de reação e propostas de alternativas ao capitalismo, dentre as quais estava posta a Economia Solidária.

Assim, neste contexto de flexibilização das leis de trabalho (crise da sociedade salarial), do processo de terceirização da economia e privatizações de serviços públicos básicos ressurgem o cooperativismo e outras atividades econômicas alternativas como resposta ao aumento da pobreza e como luta direta contra o desemprego. Deste modo, a reestruturação produtiva bem como as políticas neoliberais cujas consequências passam a fomentar o ressurgimento da Economia Solidária, como forma alternativa de organização do processo produtivo e de organização social da produção, sendo assim são abertas as portas para as práticas cuja lógica apresenta a pretensão de ser diferente à do capital.

CAPÍTULO 2

Economia Solidária e Movimento Cooperativista

Desde o fim da década de 1990 no contexto nacional e internacional, o fenômeno da Economia Solidária tem despertado interesse teórico de alguns intelectuais devido às suas diversas práticas cuja pretensão é ser diferente à lógica do capital. A partir dos anos 2000, sobretudo no Brasil, dada importância atinge também o campo das políticas públicas.

Alguns autores costumam caracterizar o fenômeno como (re)surgimento da Economia Solidária seja em relação às práticas solidárias de organizar o processo produtivo e as relações de produção, seja em relação à própria discussão teórica. Outros analisam o fenômeno como uma forma de economia atípica no seio do capitalismo tendo grande potencial de transformação social seja assim no processo de mudança estrutural de caráter político e cultural. Ao mesmo tempo em que, outros autores designam a Economia Solidária como uma proposta para uma nova economia e uma nova sociedade, em que a economia se encontra subordinada aos interesses sociais; por outro lado, há os autores que analisam a Economia Solidária como um fenômeno novo, que apesar de conter em si as práticas do cooperativismo do século XIX, estas adquiriam novos significados na contemporaneidade, sendo a Economia Solidária mesmo mais uma proposta no seio do capitalismo que não possui nenhuma pretensão de superação do capitalismo.

Dentre os teóricos da Economia Solidária é difícil sua definição. Mesmo assim, buscar-se-á, neste estudo, delinear algumas características do conceito de Jean-Louis Laville e das categorias de intelectuais brasileiros como Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger e Marcos Arruda. É importante considerar que a produção intelectual de Laville foi iniciada nos anos de 1990 a partir do contexto social e político de uma Europa atingida pela crise do Estado do Bem-Estar Social e a ascensão do Neoliberalismo. Por outro lado, os intelectuais brasileiros começam se interessar pelo fenômeno a partir do contexto da crise social das décadas de 1980 e 1990 no Brasil, quando o país passou por um processo de desindustrialização e ocorreram o desemprego em massa e uma acentuada exclusão social advinda do mesmo processo das políticas neoliberais, anteriormente, adotadas em outros países.

No Brasil, a partir da década de 1980 e 1990, a Economia Solidária estava posta como uma alternativa, de forma geral, de buscar novos meios de geração e distribuição de renda.

No entanto, não se pode ver a Economia Solidária no país apenas por uma abordagem emergencial de combate à pobreza, de maneira a entender que o participante da Economia Solidária no Brasil seja sempre aquele que não teve nenhuma oportunidade no capitalismo.

Assim, este capítulo consiste no campo teórico em buscar elementos para compreender a emergência e o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, como a mesma se configurou no país que, a partir do primeiro Governo Lula (2002), em plano nacional, passa a institucionalizar-se adquirindo em período seu estatuto de política de Estado. Neste sentido, para melhor compreensão sobre a Economia Solidária nos dias atuais, é preciso fazer uma retomada às ideias políticas e sociais do século XIX no que diz respeito ao cooperativismo.

2.1 O(s) conceito(s) de Economia Solidária

As expressões da Economia Solidária apresentam diversas acepções que envolvem a ideia de solidariedade em torno da economia. A solidariedade entre os participantes destas iniciativas é tida como um vínculo social de reciprocidade que oferece as bases para as suas relações de cooperação. Trata-se de práticas heterogêneas que abrangem iniciativas embasadas nos princípios da autogestão, da cooperação, da autonomia e da gestão democrática.

Hoje, ainda não há uma unanimidade teórica acerca da Economia Solidária nas produções intelectuais. Fato que permite considerá-la como um campo teórico e empírico em formação, dificultando, até o momento, a definição de suas fronteiras.

Neste contexto, é preciso reconhecer as dificuldades em se criar as bases teóricas para poder desenvolver uma discussão sobre o assunto. Neste trabalho, serão realizados apontamentos sobre a diversidade conceitual a respeito da Economia Solidária, isto no campo teórico entre Laville, considerado atualmente como o principal teórico e referencial internacional em Economia Solidária, e os três intelectuais brasileiros: Singer, Arruda e Gaiger, que, segundo Lechat (2004), nomearam a Economia Solidária no Brasil.

Para Gaiger e Laville (2009, p.162), a Economia Solidária é:

[...] um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e

comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.

Em 1994, na França, Laville apresentava um conceito de Economia Solidária com referência às formas associativas e às cooperativas que se formavam na Europa por consequência da crise do Estado Bem-Estar Social e da ascensão do Neoliberalismo. A Economia Solidária possui sua origem no bojo da crise da sociedade salarial que atingia à Europa, quando novos mecanismos de regulação da sociedade em que as articulações econômicas e políticas buscavam e ainda hoje buscam promover o desenvolvimento de práticas socioeconômicas a partir do território, há assim a formação de redes de serviços solidários nas residências ou no próprio bairro em busca de resolver questões associadas à qualidade de vida. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004)

Para Laville, a Economia Solidária trata-se de:

[...] um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (LAVILLE, 1994, p. 211 *apud* LECHAT, 2002, p.04)

A Economia Solidária, para Laville, é um projeto para uma sociedade pautada não apenas na economia de mercado, mas sim na possibilidade de existência também de uma força capaz de organizar a produção, esta força é a solidariedade. Portanto, a Economia Solidária, em um contexto de pluralidade de economia, contribui para a democratização econômica. (Adiante ver a noção de economia plural no conceito de outras formas de economia de Karl Polanyi utilizado por Laville)

É diante daquilo que autores como Laville (1998) e também Rosanvallon (2000) denominam de crise da solidariedade institucional quando se referiam à crise do Bem-Estar Social.

Ao analisar os empreendimentos econômicos solidários em território europeu, Laville identificou duas noções de solidariedade: a filantrópica e a democrática. A solidariedade filantrópica é apenas uma forma de ajuda aos excluídos por aqueles que tem condições materiais

e esta não se apresenta, deste modo, como um princípio de democratização da sociedade. Por outro lado, a solidariedade democrática atua como uma força capaz de organizar a produção nos empreendimentos. Para de Laville, as noções de solidariedade são:

A Solidariedade filantrópica trata-se da:

[...] a ação para com outrem se insere numa versão da cidadania responsável que integra deveres exercidos numa base voluntária, os mais aquinhoados intervindo para aliviar desprovidos e melhorar sua situação [...], só permitindo como retorno uma gratidão sem limites e criando uma dívida que não pode jamais ser honrada pelos beneficiários. Os laços de dependência pessoal que ela favorece correm o risco de aprisionar os donatários na sua situação de inferioridade. Em outras palavras, ela é a portadora de um dispositivo de hierarquização social e manutenção das desigualdades suportado nas redes sociais de proximidade. (LAVILLE, 2006, p. 23 *apud* Santo, 2010)

A Solidariedade democrática é vista como aquela que:

[...] reivindica uma reciprocidade voluntária estabelecida entre cidadãos livres. Nestas, a auto-organização é a expressão das relações de igualdades. Historicamente, ela assumiu as formas de ações mais centradas nas respostas a demandas não satisfeitas pelos grupos sociais envolvidos, [...]. Ela também adotou a forma de movimento social, buscando mudar as condições de vida pela reivindicação política, [...]. Finalmente, a solidariedade democrática não se condensa no movimento social, ela se amplia para a ajuda mútua e para a reunião de múltiplas partes envolvidas [...]. A solidariedade democrática pode ser definida pela articulação de uma reciprocidade voluntária respeitando a igualdade de um lado; e através de um reconhecimento jurídico que assegura direitos e elabora as regras de retribuição pública, por outro lado. A solidariedade democrática que emana da ajuda mútua e da reivindicação coletiva só pode emergir a partir da existência de direitos civis de alcance universal, manifestando a realidade do respeito para com os outros. ” (LAVILLE, 2006, p. 24 *apud* SANTOS, 2010)

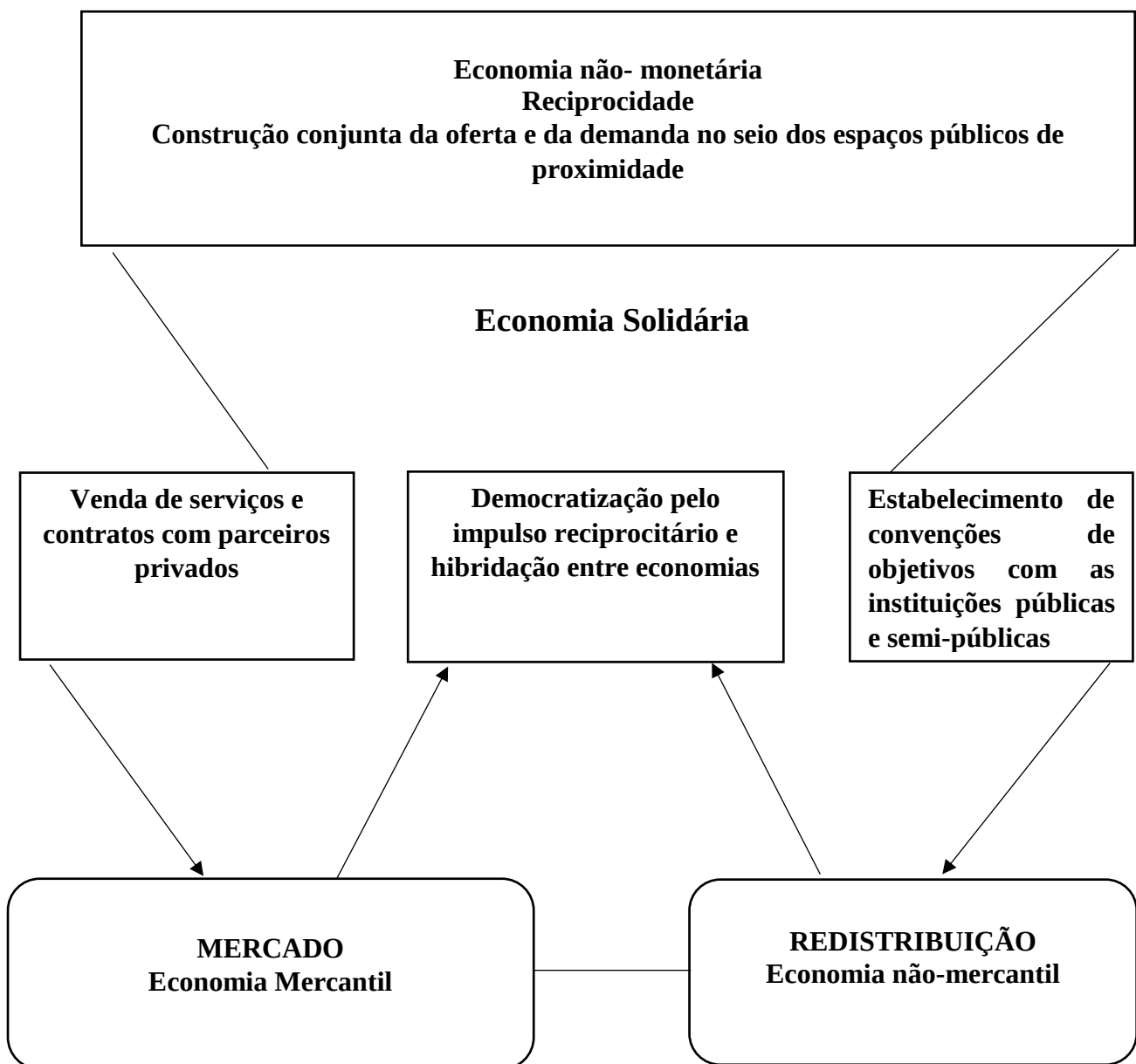
Ademais, Laville utiliza o conceito de outras formas de economia de Karl Polanyi² (1980), o qual é pautado na noção de economia plural, em que há outros comportamentos econômico além do mercado. Neste sentido, a economia plural se origina de diversos princípios econômicos e não há unicamente o mercado, a economia de mercado não é vista como única, a dinâmica econômica passa a ter princípios para além do mercantil como no caso o da domesticidade, o da reciprocidade e o da retribuição³.

Esse é um olhar ampliado da dinâmica econômica sobre os diversos princípios econômicos em interação numa economia plural que permitirá a compreensão do processo singular da Economia Solidária que possui a tendência de agregar diferentes formas econômicas

² Karl Polanyi (1886-1964) – filósofo, historiador da economia e antropólogo, conhecido por sua oposição ao pensamento econômico tradicional. Sua publicação mais relevante é *A Grande Transformação* (1944).

³ Ver página 45

e assim construir um hibridismo de economias como a economia mercantil (relação com o mercado), a economia não mercantil (relação com o Estado) e a economia não-monetária (relação das iniciativas solidárias entre si mesmas). As iniciativas de Economia Solidária se relacionam, ao mesmo tempo, com o mercado, com o Estado e entre si próprias fazendo, enfim, uma junção de economias. O diagrama a seguir demonstrar-se-á como agem os empreendimentos econômicos solidários na sociedade:



É importante esclarecer os princípios (economia plural) da dinâmica econômica, de acordo com França Filho e Laville (2004), autores da obra *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, são apontados:

O princípio da domesticidade consiste em:

[...] produzir para seu próprio usufruto, ou seja, a prover a necessidade do grupo. Quaisquer que sejam as entidades muito diferentes que formam a unidade de base, o princípio é de produzir e de armazenar para a satisfação dos membros desta unidade. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 32)

O princípio da reciprocidade compreende:

[...] A relação estabelecida entre várias pessoas, por meio da sequência durável de dídivas. A reciprocidade é, por consequência, fundada sobre a dívida como fato social elementar – a existência de dívida estando ligada a uma contra dívida. O aspecto social da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas. Embora sua grande variedade de motivações possíveis, as dídivas têm como ponto comum o fato de não constituírem trocas despersonalizadas, pois não podem ser isoladas da realização das prestações sociais. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 32)

O princípio da redistribuição aponta para:

[...] Produção fica a cargo de uma autoridade que tem a responsabilidade de distribuí-la, o que supõe um movimento de armazenamento entre aqueles de recepção e da repartição. Evidentemente que é o modelo institucional da centralidade que permite a redistribuição. Ele supõe uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os representantes desta autoridade e ou outros membros do grupo humano. Como as relações do grupo dirigente com os dirigidos distinguem-se segundo fundamentos do poder político, a redistribuição implica modelos, indo da divisão livremente consentida até o medo da punição. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 33)

A Economia Solidária, para Laville, é um fenômeno novo, embora apresente em suas práticas os princípios do cooperativismo do século XIX (estes serão abordados mais a frente neste capítulo quando for tratado sobre o fenômeno do cooperativismo no século XIX), estes adquiriam novos significados no contemporâneo contexto social e político. A Economia Solidária, nesta perspectiva, não apresenta modelos de sociedade que visem superar o capitalismo e os participantes dela não se organizam em torno de uma saída para o tal, e sim buscam, de fato, uma forma de inclusão social para além da economia de mercado no seio no modo de produção vigente. Laville (2004) afirma que é anacrônico um exame pela luta de classes por Marx, em que há dominação de uma classe sobre a outra, para explicar o fenômeno emergencial da Economia Solidária, sobretudo, na Europa.

Portanto, França Filho e Laville (2004, p.110-111) consideram que:

Enquanto fenômeno, a emergência atual de uma economia solidária na Europa encontra-se, como vimos, intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente, que se define cada vez mais como questão urbana, num contexto atual, que remonta já mais de vinte anos, de crise do Estado-providência. Nesta perspectiva a problemática da economia solidária aparece amplamente articulada à realidade da chamada nova questão social nos principais países europeus como é caso da França em especial (Donzelot 1991; 1994; Rosavallon, 1995, França Filho 2003). A esse respeito, não nos parece desnecessário lembrar que, classicamente, a sociologia definiu a questão social, na modernidade, sobretudo, em termos de exploração que ocorre no local de trabalho, fruto de um processo de dominação de uma classe social sobre a outra. Tal representação parece sofrer algumas mudanças no cenário do chamado novo capitalismo que se gesta a partir dos anos 80. A chamada nova questão social que vive nos países centrais do capitalismo parece definir-se menos em termos de exploração no interior do trabalho e mais em termos de exclusão dos espaços de trabalho. Isto conduz a uma nova representação do conflito social fundamental, que passa a ser definido menos em termos de dominação (de uma classe sobre a outra por exemplo) no local de trabalho e mais em termos de segregação ou de discriminação nos espaços da cidade, o que tem levado sociólogos mais recentemente a representá-lo não mais em termos de luta de classes, mas em termos de luta por lugares dos indivíduos na sociedade [...]. Portanto, de uma questão de dominação, os termos fundamentais do conflito social básico parecem deslocar-se para uma questão de discriminação ou de segregação, que conduz a uma relação social de indiferença com o outro.

A Economia Solidária é apresentada como uma outra forma de fazer economia além do mercado, a qual possui suas relações com a forma mercantil dominante, no contexto de uma economia plural. Hoje, a Economia Solidária apresenta diferentes lógicas em interação, por isso reuni e imbrica os outros princípios de comportamento econômico como o da reciprocidade e o da domesticidade fazendo, portanto, uma interação de comportamentos econômicos e um hibridismo de economias. (LAVILLE 2004)

Neste sentido, Santos (2010, p. 44-45) diz que:

O conceito de Economia Solidária de Laville diz respeito aos empreendimentos solidários que se relacionam com o mercado e o Estado, formados por trabalhadores autônomos, representantes da solidariedade democrática e seus produtores e serviços apresentam outra forma de fazer economia, baseadas nos princípios da reciprocidade, da domesticidade. Trata-se, portanto de uma hibridação de economias.

Para mais bem entender a Economia Solidária como uma hibridação de economias é relevante estabelecer os traços característicos dos empreendimentos econômicos solidários. Serão a seguir pontuados os critérios para defini-los:

1) Pluralidade de princípios econômicos: este critério indica que, em tais experiências, articulam-se distintas fontes de recursos, entre o mercado através da venda ou da prestação de serviços; os poderes públicos, através das várias formas de subsídio, oriundos tanto de instituições governamentais como não-governamentais; e aqueles recursos oriundos das práticas reciprocitárias, como o trabalho voluntário, as doações e as mais diversas formas de troca-dádiva.

2) Autonomia institucional: reconhecer a independência de tais iniciativas em relação à possibilidade de controle por parte de outras instituições. Este critério indica, sobretudo, a autonomia de gestão do empreendimento, o que não impede sua interdependência em relação a outras organizações sob a forma de parcerias ou arranjos interinstitucionais de cooperação de preservem sua autonomia.

3) Democratização dos processos decisórios: o que significa supor a existência de mecanismo de decisão interna nessas formas de organização que são coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados. Esse critério se opõe, portanto, a qualquer forma de heteronomia na gestão do empreendimento ou iniciativa, sendo a autogestão sua modalidade mais específica de condução dos empreendimentos.

4) Sociabilidade comunitário-pública: este critério sugere o fato de essas formas de organização desenvolverem um modo de sociabilidade singular, ao misturarem padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais. Este critério indica que o padrão de relações impessoais no trabalho não é tolerado nestas iniciativas. Observa-se, em geral, uma tentativa de combinação singular entre, ao mesmo tempo, valorização de relações comunitárias e afirmação do princípio da alteridade.

5) Finalidade multidimensional: este critério indica que, ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público. O econômico aqui acaba servindo como um meio para a realização do objetivo do empreendimento que se define, prioritariamente, em termos sociais, públicos ou ecológicos. Portanto, as iniciativas devem afirmar, do ponto de vista do seu grau de referencialidade, um caráter heterocentrado. Ou seja, ela não se limita apenas aos seus membros internos e volta-se para questões que estão no seu próprio entorno ou na sociedade mais ampla, portanto, questões públicas. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.167)

No Brasil, Singer, Gaiger e Arruda começaram a escrever sobre o assunto na década de 1990. Inicialmente, nenhum deles possuía conhecimento acerca da produção intelectual do outro. (LECHAT, 2004)

Gaiger cunhou a categoria de Empreendimentos Econômicos Solidários para denominar as experiências cujas características inovadoras são os princípios do solidarismo e da cooperação econômica que são calcados na vivência comunitária. O autor designa que os EES's buscam constituir-se em organizações autônomas, cujas relações de trabalho e de convívio são horizontais e solidárias. Para Gaiger, o sentido alternativo da Economia Solidária está apoiado nas experiências de trabalho conduzidas pelas equidade (justiça), cooperação e participação:

O conceito de empreendimento econômico solidário compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em setores da produção, prestação de

serviços, comercialização e crédito. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas. Mediante a socialização dos meios de produção e a autogestão, expressam uma inflexão da economia popular, de base doméstica e familiar, ou ainda, em alguns dos seus segmentos, uma reconversão da experiência operária do trabalho. Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural. Valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se insiram. As práticas características de tais empreendimentos inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra econômicos. O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere, à noção de eficiência, uma conotação bem mais ampla, incluindo a qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se tanto da racionalidade capitalista, como da solidariedade comunitária, por ser esta desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho social e econômico que não seja circunscrito e marginal. Além disso, dado o papel decisivo de um conjunto crescente de organizações e agentes mediadores, os empreendimentos solidários tendem a buscar ou criar mecanismos e instituições de articulação, representação e intercâmbio, econômico e político. Com suas vinculações e extensões, constituem a célula propulsora básica da economia solidária. (GAIGER, 2009, p. 181)

Ademais, Gaiger e Corrêa (2011) decompõem, metodologicamente, a categoria de EES's em dois vetores: o vetor empreendedor e o vetor solidário. O primeiro vetor abrange duas dimensões analíticas: eficiência e viabilidade, e o segundo vetor: autogestão e cooperação. Tal decomposição foi realizada com a finalidade de tornar a referente categoria de modo empiricamente operacional para análise dos EES's. O objetivo desta decomposição seria desenvolver um instrumento de análise para discernir os fatores que caracterizam as experiências denominadas como de Economia Solidária. A seguir as dimensões de ambos vetores:

A **Eficiência** de um empreendimento associativo diz respeito à sua capacidade de reproduzir-se em resultado imediato do seu funcionamento. Refere-se a aspectos da operação econômica que garantem a sobrevivência do empreendimento no presente, sem a comprometer no futuro.

A **Viabilidade** relaciona-se à capacidade de gerar condições propícias à preservação do empreendimento em médio e longo prazo. Envolve aspectos internos e externos, mas exclui expedientes que adiam compromissos ou transferem determinados custos da operação à sociedade, como o emprego de tecnologias poluentes ou a depredação do ambiente natural. Implica, portanto, um nível de desempenho que não gere os benefícios esperados apenas à custa de insolvências futuras, a exemplo ainda da usura do trabalho e da depreciação do capital.

A **Autogestão** vincula-se à participação coletiva, à democracia e à autonomia na gestão e condução do empreendimento, avaliadas através de indicadores como eleições livres e diretas; predominância de decisões coletivas, envolvimento dos sócios na gestão cotidiana, acesso dos sócios aos registros e informações gerenciais, predominância de trabalhadores associados.

A **Cooperação** refere-se a valores e práticas de mutualidade, compromisso social e gratuidade, no âmbito interno e externo do empreendimento. Essa dimensão pode ser traduzida por indicadores tais como práticas de convivência e ajuda mútua, práticas de Inter cooperação, dispositivos de amparo aos membros do empreendimento, coletivização do processo produtivo, inexistência de divisão social do trabalho, engajamento comunitário e participação em movimentos sociais. (GAIGER; CORREA, 2011, p. 39)

Metodologicamente, para Gaiger, os EES's possuem uma nova racionalidade produtiva, a combinação entre espírito empresarial, que compreende a eficiência e a viabilidade dos empreendimentos, e o solidário vinculado à autogestão e à cooperação. Desta forma, os EES's são capazes de produzir ganhos materiais e vantagens monetárias, e, também, ganhos extra econômicos mediante o solidarismo, este é um potencial de emancipação aos seus participantes. (LEITE, 2005)

A Economia Solidária é uma alternativa de distribuição e geração de renda atípica no seio do modo de produção capitalista, a qual até o conhecimento apreensível não elimina a reprodução da forma tipicamente capitalista, mas apresenta um poder de transformação social como um processo de mudança estrutural de caráter político e cultural, porém não se trata de um modo de produção, uma vez que possui limites de circulação e distribuição no mercado, portanto, é considerada como uma forma de produção social específica. (GAIGER, 2003)

Segundo Lechat (2002), Singer começava a empregar a categoria de Economia Solidária em 1996 quando elaborou uma proposta de política pública no programa do Partido dos Trabalhadores (PT), para encontrar um meio de combater o desemprego de moradores da cidade de São Paulo. O texto intitulado de *Economia Solidária contra o desemprego* foi publicado em 1996 no jornal *Folha de São Paulo*, o qual apontava que era preciso convocar os desempregados, estes por iniciativa própria se organizarem em massa, a fim de buscar a própria reinserção na economia. Neste contexto, Singer concebe, inicialmente, seu projeto de Economia Solidária como uma política de Estado de enfrentamento ao desemprego, assim como resultado a solidariedade era vista, portanto, como uma estratégia racional de sobrevivência para auxiliar, naquele momento dos anos 90, àqueles sem oportunidade no mercado de trabalho.

Posteriormente, a Economia Solidária, para Singer (2012), ganha uma dimensão política e passa a ser vista como a construção de um projeto político para outra sociedade distinta da capitalista, sendo uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo, é apontada como o germe do socialismo no capitalismo. Neste sentido, é

compreendida como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, quando se alia o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e a distribuição. Enquanto não há a superação do modo de produção dominante, a Economia Solidária é como um modo de produção *intersticial* no seio do capitalismo. Para Singer (2003, p.13) a Economia Solidária surge como:

[...] um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente. [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias simples de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Outrossim, Arruda cunhou a categoria de Socioeconomia Solidária, esta é orientada para a autogestão e envolve os valores de partilha, de reciprocidade, de amorosidade e de solidariedade e visa superar o economicismo e o utilitarismo da economia capitalista. Ela está posta em uma proposta de Arruda para uma nova economia e uma nova sociedade (Tal proposta será discutida mais adiante), em que os interesses econômicos estão subordinados aos sociais, trata-se de uma inversão de valores tomando como referência à economia capitalista. Para Arruda (2003, p.224), a Socioeconomia Solidária apresenta o sentido social da verdadeira economia, cujo termo compreende é:

[...] a verdadeira economia, aquela que é fiel ao seu sentido etimológico - *gestão, cuidado da casa e*, por consequência, *dos nela habitam*. As raízes históricas deste conceito vêm da Grécia Clássica, mas o sentido do seu resgate de tempos tão distantes está em recriá-lo à luz da contemporaneidade e das lições hauridas da história da economia reduzida ao mister de acumular riquezas materiais.

Neste contexto, na visão de Arruda, o princípio da solidariedade possui duas dimensões: a ontológica e a consciente.

A dimensão ontológica consiste:

[...] enquanto, seres da mesma espécie habitando o planeta Terra, somos irmãos filéticos e, portanto, somos naturalmente solidários. Mas esta *solidariedade ontológica* não tem sido suficiente para fazer predominar a responsabilidade comum uns com os outros e de todos com o planeta. É necessário um trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente. (ARRUDA, 2003, p. 226)

A dimensão da solidariedade consciente envolve:

[...] o reconhecimento, o acolhimento e o respeito pelo outro como parte intrínseca do mundo de cada indivíduo. Em consequência, convoca à responsabilidade por si próprio, por cada outro e pelo todo. A corresponsabilidade implica em contratos, consensos, leis e regulações que definem e garantem os direitos e deveres dos parceiros em convivência. A solidariedade consciente vai muito além do mero cumprimento dos deveres com o outro, a comunidade e a sociedade. Ela refere-se à postura ativa daquele que acolhe o outro porque é diferente, e, portanto, complementar a si próprio. O princípio da solidariedade impulsiona valores como a partilha, a reciprocidade e a comunicação dialógica para a construção de unanimidades que respeitem a diversidade. (ARRUDA, 2003, p. 228)

A Socioeconomia Solidária é apontada como redes não hierarquizadas de relações econômicas e humanas, esta é como um sistema aberto a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, da comunidade, da sociedade e da espécie. Esta envolve a reprodução simples (sobrevivência) e a reprodução ampliada da vida (bem-estar individual, comunitário, social e ambiental), portanto, trata-se de uma economia com prioridade social. (BORINELLI; LUZIO-DOS-SANTOS, 2010)

Em linhas gerais, para Arruda e Gaiger (2003) e Singer (2012), as cooperativas de consumo consistem como um antecedente importante da Economia Solidária. Os três autores afirmam que a origem da Economia Solidária está relacionada ao cooperativismo do século XIX, quando o qual foi transformado em um notável movimento social.

Especialmente, Singer (2012) afirma que as raízes históricas da Economia Solidária estão ancoradas nos primórdios do capitalismo industrial, quando foram formadas as primeiras cooperativas como forma de reação ao empobrecimento dos artesãos devido à difusão das máquinas e a organização fabril da produção. Neste contexto, para Singer, os socialistas utópicos (Sobre o Socialismo Utópico ver mais adiante quando for tratado do fenômeno do cooperativismo no século XIX neste capítulo), sobretudo, Robert Owen, assim denominados por Karl Marx⁴ para distingui-los dos socialistas científicos, deram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento do que hoje é nomeado Economia Solidária.

Segundo Singer (2012, p. 33):

⁴ O Socialismo Científico foi elaborado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), foi assim chamado devido à base científica com que formularam suas ideias, partindo de análises sobre a evolução do homem, da história e dos mecanismos de exploração capitalista no referente de uma classe social (detentora dos meios de produção) sobre uma outra (expropriada, tendo apenas sua força de trabalho para oferecer em troca de salário no mercado de trabalho sendo assim para obter condições de reproduzir materialmente sua existência). As ideias básicas do Socialismo Científico revolucionaram as concepções socialistas do século XIX e XX e encontram-se em algumas das principais obras de Marx como Manifesto Comunista e O Capital.

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen [este será apontado no próximo tópico sobre o cooperativismo no século XIX] equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto, mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução.

Portanto, é relevante citar que nas produções de intelectuais como de Gaiger, Singer, Arruda e Laville são identificadas as considerações e referências sobre as relações entre a Economia Solidária e as matrizes intelectuais do século XIX para construção de um modelo teórico de Economia Solidária. É necessária uma discussão sobre o fenômeno do cooperativismo no século XIX para buscar compreender a Economia Solidária na contemporaneidade. Mas, antes de adentrarmos, neste assunto, faz-se necessária uma tabela para explicação sobre o conceito e as categorias de cada autor apresentado, como também sobre suas perspectivas sobre o modo de produção e a Economia Solidária, sobre a relação da Economia Solidária com o Estado e sobre a Economia Solidária e a Educação/Cultura.

Tabela 1

Autores	Laville	Singer	Gaiger	Arruda
Conceito e categorias	Economia Solidária	Economia Solidária	Empreendimento Econômico Solidário	Socioeconomia Solidária
Modo de Produção	Práticas socioeconômicas a partir do território	Modo de produção <i>intersticial</i> inserido no capitalismo	Produção Social Específica	Redes não hierarquizadas de relações econômicas e humanas que possuem como valor central o <i>homos</i>
Estado	As práticas socioeconômicas podem fazer articulação com a Economia Estatal redistributiva	A ajuda do Estado é um fator importante para o movimento da Economia Solidária	Os empreendimentos econômicos solidários podem receber os recursos públicos angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição	Para a expansão da Sociocoeconomia Solidária há a necessidade de as práticas solidárias reduzirem sua ajuda das instituições do Estado e do capital, ao ponto de eliminarem tais articulações econômicas.
Educação/ Cultura	Solidariedade Democrática	Educação conforme os princípios do cooperativismo	Solidarismo	Cultura Matristica

2.1 O cooperativismo no século XIX

Um período chave para compreensão do fenômeno denominado cooperativismo é o século XIX, um período chave também na expansão do modo de produção capitalista que teve a Inglaterra como lugar privilegiado de suas relações.

Com o desenrolar da Revolução Industrial e a consequente consolidação das relações capitalistas de produção, os trabalhadores, devido às péssimas condições de trabalho, jornadas de trabalho extenuantes e salários aviltantes se organizaram em lutas com caráter anticapitalista. Estavam dadas, desta forma, as condições favoráveis ao desenvolvimento do movimento cooperativista. (PINHO, 2004; SINGER, 2008)

Em meio ao movimento de resistência operária, sobretudo, dos operários das fábricas de tecelagem, irrompeu uma proposta de organização do trabalho baseado no cooperativismo, não que este fosse uma proposta original do movimento operário, mesmo porque empresários também deram início aos importantes empreendimentos cooperativos, mas quando o cooperativismo se ligava aos operários ele era demarcado por uma série de características. Segundo Singer (2012), mesmo que ao longo do tempo e das experiências cooperativistas, os princípios cooperativistas tenham sofridos transformações, ainda hoje, são constituídos e apresentam-se com base em:

1. A sociedade seria governada democraticamente;
2. A sociedade seria aberta com quota mínima de capital igual para todos;
3. O dinheiro investido seja remunerado a determinadas taxas de juros;
4. Tudo o que sobrasse seria distribuído entre os sócios;
5. As vendas seriam à vista;
6. Os produtos deveriam ser de boa qualidade;
7. Promoção da educação dos sócios aos princípios do cooperativismo;
8. A sociedade deveria ser política e religiosamente neutra.

Tais princípios, segundo Guerra Junior (2013), visavam, ainda hoje visam, garantir o seguinte conteúdo, a saber:

1. Controle democrático pelos membros;
2. Participação econômica dos cooperados;
3. Autonomia e independência;

4. Promoção da educação;
5. Formação e informação;
6. Cooperação através de ações articuladas com outras cooperativas;
7. Interesse pela comunidade visando efetivamente o seu desenvolvimento.

Esses princípios formavam a base de uma grande iniciativa e experiência cooperativa que foi a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Esta sociedade cooperativa foi criada aos 21 de dezembro de 1844 e tornou-se conhecida como o “Armazém de Rochdale”. Com baixo capital inicial, proveniente da colaboração de seus vinte e oito sócios, a experiência cooperativista inglesa se expandiu baseada em uma proposta tanto teórica quanto prática que buscava contrapor-se ao capitalismo. A sociedade seguia os princípios acima mencionados que passaram a constar da tradição do Movimento Cooperativista.

Segundo Souza (2013, p. 29), “como em qualquer outro movimento político, científico, religioso ou artístico, sempre que se faz uma análise em profundidade histórica, recorre-se à contribuição dos chamados pais fundadores”.

Estiveram, deste modo, presente no pensamento seminal do cooperativismo nome de importantes figuras, que tiveram uma contribuição inegável, dentre os quais destacam-se os socialistas utópicos: Robert Owen, Charles Fourier, Willian King, Louis Blanc e Saint-Simon, bem como Joseph Proudhon pelos anarquistas. Tais pensadores defendiam uma sociedade em que relações sociais e econômicas fossem realizadas de modo a satisfazer as vontades coletivas, sem sofrer influência do capital, ou melhor, do capitalista. (BACIC, 2008)

Robert Owen, para especificar um dos autores acima mencionados, é o principal representante do socialismo utópico inglês da primeira metade do século XIX, aos nove anos de idade, chegou a trabalhar em uma fábrica, aos 19 anos foi diretor de uma fábrica de tecidos e aos 21 sócio proprietário de um complexo fabril em *New Lanark*. Anos mais tarde, ainda na primeira metade do século XIX, decidiu limitar, em sua empresa, a jornada de trabalho de 17 para 10 horas diárias e proibir o emprego de crianças (menores de 10 anos) para as quais construiu escolas. Tais iniciativas resultaram, evidentemente, em maior produtividade do trabalho, mas também proporcionaram melhor qualidade de vida aos indivíduos se tomarmos por base sua situação anterior (SINGER, 2003).

Para Owen, a divisão dos ganhos do que era produzido nas cooperativas deveria ser empregado na transformação das comunidades ao redor delas. Tendo o desenvolvimento da associação, de modo que também o progresso social da comunidade ou cidade, a qual

necessita dos recursos da cooperativa para investir na educação, saúde, moradia e avanço tecnológico, bem como forma de aprimorar a qualidade do trabalho e a do trabalhador. O Estado, para Owen, deveria regular a economia e incentivar as virtudes de uma sociedade coletivista que caminhasse em direção à cooperação e ao socialismo, pois senão, os capitalistas sustentariam o sistema concorrencial e perverso do ponto de vista social e das relações de trabalho.

Assim, Owen apresentou ao governo britânico uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego que buscasse resolver o problema das pessoas e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Esta previa uma participação mais ativa por parte do Estado na geração e ampliação de emprego e renda.

Seu diagnóstico foi a constatação que a crise e a depressão econômica eram causadas por queda na demanda da produção que era voltada para a indústria de guerra naquela época, a tal acabou por gerar um grande desemprego fazendo com que as pessoas buscassem migrar para a indústria têxtil que, porém, não foi capaz de absorver toda a mão-de-obra disponível possibilitando ainda ao capital jogar com o preço da força de trabalho. Diante desta situação, a proposta de Owen era a simples revitalização e reinserção dos trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar um salário para gastá-lo no consumo, o que ampliaria o mercado para outros produtos. Assim, ao invés da simples ajuda para retirar as pessoas da situação de pobreza, Owen propôs que o governo britânico comprasse terras e investisse na construção de Aldeias Cooperativas com cerca de 1.200 pessoas, que trabalhariam na terra e em indústrias produzindo para a própria subsistência trocando os excedentes entre as cooperativas. O raciocínio de Owen mostrava-se coerente e consistente uma vez que, em momentos de crise, se a mão-de-obra estiver desocupada faz cair ainda mais o consumo gerando queda na produção e mais crise.

O governo inglês negou-se a implementar o projeto de Owen, tendo perdido também seus apoiadores na Inglaterra. Owen partiu para os E.U.A e em 1825, no estado de Indiana, estabeleceu sua Aldeia Cooperativa *New Harmony* permanecendo à sua frente até 1829 quando, desiludido, voltou para a Inglaterra.

Souza (2013, p. 30) demarca que Owen:

[...] enquanto esteve fora de seu país assistiu em 1824 à revogação da legislação que proibia qualquer organização de trabalhadores, o que fez surgir novos sindicatos e também cooperativas. O primeiro empreendimento owenista na Inglaterra surgiu já em 1821 de um grupo de jornalistas que publicou o pioneiro jornal cooperativo, chamado *The Economist*, e formou uma comunidade com o nome de *London Co-*

operative Society. Em 1823, surgia o jornal *The Political Economist and Universal Philantropist*. Mas posteriormente os jornalistas deixariam de viver em comunidade.

Robert Owen partia do pressuposto, compartilhado com muitos outros pensadores de sua época, que a indústria em si é benéfica, pelo simples fato que consegue baratear os bens de consumo, porém, segundo ele, a empresa deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho deveriam ser colocados em comum, deveriam ser repartidos equanimemente entre os membros da cooperativa. Durante esse processo, o owenismo foi sempre mais assumido pelos trabalhadores tornando-se um movimento de expressão razoável na Inglaterra e, com o tempo, passou a inspirar o nascente movimento das *trade-unions* ⁵.(LEITE, 2011)

Sobre o pensamento de Marx (1864) no que diz respeito ao movimento cooperativista deve-se apontar o extrato da Mensagem Inaugural ao 1º Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864:

Em Inglaterra, a semente do sistema cooperativo foi lançada por Robert Owen. Os trabalhadores do continente tentaram experiências que davam uma conclusão prática a teorias que, não tendo sido inventadas em 1848, foram nessa altura preconizadas bem alto. Estas experiências, levadas a cabo entre 1848 e 1864, provaram indubitavelmente outra coisa: por excelente que seja nos seus princípios e por mais útil que se revele na prática, a cooperação dos trabalhadores, enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem suceda o que suceder no que lhes pertence, então a cooperação não será nunca capaz de travar os monopólios que crescem em proporção geométrica.

Na França, a grande contribuição veio de Charles Fourier, filho de uma família de comerciantes de tecido. Sua ideia central era que a sociedade se organizasse de forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. Assim, por meio da crítica de Fourier, a sociedade de seu tempo vê-se que ele idealizava a organização social como uma associação entre as pessoas que fosse conduzida pela liberdade e pela vida compartilhada. Em linhas gerais, seu pensamento centrava-se em:

1. Os instintos e as paixões humanas são sempre bons: se pudessem se expandir livremente, conduziriam os indivíduos à felicidade. Tudo se resume, pois, em encontrar boas instituições sociais, isto é, capazes de permitir essa liberdade de expansão necessária;

⁵ Na Inglaterra as *trade-Union* eram associações que combinavam ações de caráter sindical e, ao mesmo tempo, estimulavam a organização econômica dos trabalhadores – organização cujo principal protagonista foi Owen.

2. O comércio é prejudicial, moral e materialmente, porque corrompe as disposições naturais do homem. Ele é a alma danada do regime atual, que levará à ruína se não for a tempo substituído pela cooperação e pela associação;
3. O casamento é uma hipocrisia, porque sempre determina a escravização da mulher, e por isso deve ser substituído pela união livre;
4. A civilização, etapa atual da história da humanidade, encerra males de todas as naturezas. Ela, entretanto, gera as forças necessárias para elevar a humanidade à fase de associação e de harmonia, na qual os instintos humanos terão a liberdade de movimentos necessária, e criarão a riqueza, a alegria e a paz. (BEER *apud* OLIVEIRA FILHO, M. A. M. B. 2010, 36-37)

Por sua vez, Étienne Cabet e Louis Blanc pensaram a criação de uma república na qual o Estado, tendo posse dos meios de produção, aparecesse como garantidor da planificação econômica mediante o planejamento anual da atividade e a repartição dos bens segundo quatro partes: duas partes conservadas na unidade produtiva, para amortizar o capital e um fundo de socorro; outra parte seria subdividida entre os trabalhadores de uma mesma indústria e, enfim outra parte seria consagrada ao fundo de reserva coletivo que assegurasse a assistência mútua entre todas as indústrias. (LEITE, 2005)

Assim, demarca-se que o movimento cooperativista possui suas raízes a partir da Revolução Industrial tendo seus principais expoentes nos socialistas utópicos e anarquistas.

Alguns autores, como Singer (2003), denominam esse processo como cooperativismo revolucionário, embora haja inúmeras controvérsias a este respeito uma vez que o período se caracteriza, sobretudo, como um período de reformas sociais e não propriamente de revolução, ainda que tenha se evidenciado a ligação essencial do Movimento Cooperativista com certa crítica operária e socialista ao capitalismo.

Ainda assim, cumpre destacar que, com isso, Owen e os chamados socialistas utópicos, tiveram importante participação na formação e organização sindical e na política por meio da elaboração de leis trabalhistas, defendendo a redução da jornada de trabalho e a restrição de mulheres e crianças em fábricas. (BACIC, 2008)

Neste contexto, é importante esclarecer que o pensamento social do Socialismo Utópico no século XIX, conforme Marx e Engels (2011), teoricamente é a primeira tentativa de denunciar as contradições provocadas pelo capitalismo, os socialistas utópicos evidenciam as mazelas do capitalismo e tendem buscar solução às desigualdades sociais existentes, mas não

apresentam as condições materiais para a emancipação do proletariado. Para Marx e Engels (2011, p.97-98), o pensamento dos socialistas utópicos surge:

[...] no primeiro período, pouco desenvolvido, da luta entre proletariado e burguesia [...]. É verdade que os inventores desses sistemas enxergam tanto a antagonismo das classes como a eficácia dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não divisam, no campo do proletariado, nenhuma autonomia histórica, nenhum movimento político que lhe seja peculiar. Uma vez que o desenvolvimento do antagonismo das classes caminha passo a passo com o desenvolvimento da indústria, eles tampouco encontram as condições materiais para a libertação do proletariado, e procuram assim por uma ciência social, por leis sociais, no intuito de criar essas condições. No lugar da atividade social é preciso entrar a sua própria atividade inventiva; no lugar das condições históricas de libertação entram condições fantásticas; no lugar da organização do proletariado em classe, que vai se processando gradualmente, entra uma organização da sociedade engendrada por eles mesmos. A história do universal que está por vir dissolve-se, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos sociais. É verdade que estão conscientes de representarem em seus planos o interesse da classe trabalhadora como sendo a classe mais sofredora. O proletariado existe para eles somente sob esse ponto de vista da classe mais sofredora. Mas a forma pouco desenvolvida da luta de classes, assim como a sua própria situação de vida, tem por consequência o fato de julgarem muito acima daquele antagonismo das classes. Querem melhorar a situação da vida de todos os membros da sociedade, mesmo a dos mais bem situados. Por isso apelam continuamente ao conjunto da sociedade, sem distinção – de preferência, inclusive, à classe dominante. Basta compreender o seu sistema para reconhecê-lo como o melhor plano possível da melhor sociedade possível. Rejeitam, por isso, toda ação política, notadamente toda ação revolucionária; querem atingir sua meta por vias pacíficas e tentam abrir caminho para o novo evangelho social através de pequenos experimentos, que naturalmente malogram, através da força do exemplo.

Portanto, as teorias do Socialismo Utópico não possuem bases na história das condições materiais existentes, uma vez que os socialistas utópicos não concebem que para o proletariado para deixar sua condição de pobreza e miséria é preciso transformar a relação social de produção. Neste sentido, cada autor do Socialismo Utópico faz uma proposta de modelo de sociedade, sendo este um plano ou sistema “fantástico” que, por si só, levaria à emancipação do proletariado, o qual possui apenas sua força de trabalho para oferecer no mercado de trabalho em troca de um salário e assim obterem as condições materiais para reproduzir a própria existência.

Sendo assim, os socialistas utópicos não percebem que a história da sociedade é a história das lutas de classes, isto conforme o Socialismo Científico elaborado por Marx e Engels, segundo o qual, estas lutam ocorrem devido à relação de dominação de uma classe sobre a outra e à disputa de poder que se realizam no Estado capitalista. Neste sentido, estes elementos da luta política, os quais são essenciais para Marx e Engels pensarem a transição do

capitalismo ao socialismo tendo como referência a tomada do poder político pelo proletariado, não são encontrados nas teorias do Socialismo Utópico.

Por sua vez, Pierre Proudhon, teórico francês de pensamento anarquista, vislumbrava, no cooperativismo, uma forma de emancipação do trabalhador em relação ao patronato como indivíduo subalterno e dependente do salário. Sua ideia consistia em construir uma nova sociedade por meio da libertação do proletariado e a superação do capitalismo, em que a educação, para se buscar essa “nova sociedade”, seria o principal instrumento de transformação de vida para os trabalhadores-cooperados. (BACIC, 2008)

Apesar de discordâncias e divergências, tais ideias acabaram por confluir em organizações que, ao menos no seu interior, impusessem o fim da força de trabalho assalariada, conjuntamente com a posse dos meios de produção pelos trabalhadores e uma participação direta destes nas tomadas de decisões das empresas, fábricas, empreendimentos, conduzindo a uma lógica cooperativista (BACIC, 2008). Lógica que se pauta pela não divisão entre capital e meios de produção de um lado e trabalho assalariado de outro.

Neste processo inclui-se, também, para alguns, sobretudo os anarquistas, o fim da submissão ao Estado por parte de qualquer cidadão, que deveria autogovernar-se, estabelecendo uma ordem democrática com as mesmas condições sociais para todos. Esta sociedade anarquista, como definida por Proudhon, simbolizaria o estágio final da completa ruptura com a estrutura capitalista, a partir da organização de trabalhadores em cooperativas: agropecuárias, de crédito, de produção industrial, de serviços, etc. (BACIC, 2008).

Segundo Germer (2006) abriu-se, a partir de 1848, uma fase de disputa, no interior da classe trabalhadora, entre o caminho das lutas meramente econômicas, concentradas, segundo o autor, no cooperativismo e uma luta mais ampla centrada no grande capital.

O primeiro caminho, representado pelo anarquismo (Proudhon, Bakunin e Kropotkin), pelo oportunismo lassaliano caudatário do Estado e, finalmente pelo reformismo no campo marxista (Bernstein e Kautsky), contundentemente criticados por Marx e Engels e, mais tarde, por Rosa Luxemburgo e Lênin. (GERMEN, 2006, p.58)

Marx (1975, p. 87), referindo-se às cooperativas, na Crítica do Programa do Partido Operário Alemão - Crítica ao Programa de Gotha, de 1875 afirma que:

Os operários querem instaurar as condições da produção cooperativa à escala de toda a sociedade e, em primeiro lugar entre eles à escala nacional. Este fato apenas significa uma coisa: os operários trabalham para a desagregação das condições de produção

atuais. Isso nada tem a ver com a criação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. No que diz respeito às sociedades cooperativas atuais, elas apenas têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas pelo governo nem pelos burgueses.

Os apontamentos de Marx direcionam-se àquilo que se poderia entender como possíveis políticas, por parte do Estado, de fomento e indução das cooperativas de trabalhadores, algo que, para ele próprio, se apresenta como relações muito complexas e com elementos essenciais de contradição.

Ainda assim, Marx reconhece, em 1866, portanto antes da Crítica ao Programa de Gotha, que o movimento cooperativo é uma das forças transformadoras da sociedade baseada no antagonismo de classes.

O seu grande mérito [do cooperativismo] é o de mostrar, na prática, que o sistema atual, despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano de associação de produtores livres e iguais [...] Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que consagrem uma parte dos seus fundos à propagação dos seus princípios, que tomem a iniciativa de novas sociedades cooperativas de produção e que façam essa propaganda tanto oralmente como através da imprensa com o objetivo de impedir as sociedades cooperativista de degenerar em sociedades ordinárias burguesas (sociedades por ação), qualquer operário empregado deve receber o mesmo salário, seja ou não associado. Como compromisso meramente temporário, transigimos em admitir um lucro mínimo para os sócios (MARX, 1983, p. 121).

Marx, evidentemente, acompanhava o movimento real da sociedade e, ao mesmo tempo em que faz a crítica ao movimento cooperativista como possibilidade de questionamento da ordem estabelecida, compreende que ele também possui um papel importante de ressignificação e, sobretudo, de processo formativo, ou seja, a questão da cooperativa apresenta-se como uma questão contraditória. O processo formativo é também ressaltado por Singer (1998, 2002) por Gaiger (2009) Laville (2001) e outros.

Marx irá afirmar n' *O Capital* que:

[...] as cooperativas operárias, elas representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre o capital e o trabalho encontra-se superado, embora ainda sob a forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o próprio trabalho (...) Quer as sociedades capitalistas por ações quer as empresas cooperativas são de considerar como formas de transição entre o modo de produção capitalista e sistema de associação, o antagonismo é superado de maneira negativa e, nas segundas, de maneira positiva (Marx, 1988, p. 148)

Tratar-se-ia de demonstrar que a sociedade experimenta e investe em todos os lugares e de todas as formas, nos interstícios deixados pela grande lógica dominante ou em espaços conquistados a despeito da esfera funcional do sistema, visão essa compartilhada por Singer e pela maioria dos autores nacionais.

Como se percebe a discussão sobre o Movimento Cooperativista esteve sempre presente na tradição marxista, Rosa Luxemburgo⁶, por exemplo, escrevia em 1900, o livro *Reforma ou Revolução?* Texto em que polemiza com Bernstein⁷ que preconizava a realização do socialismo pela via dos sindicatos e das cooperativas. Para Luxemburgo, no entanto, as cooperativas e, sobretudo, as cooperativas de produção são de natureza híbrida, ou seja, uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista pondo-se o problema da relação com o mercado. Tal assertiva de Luxemburgo que via problemas na relação das cooperativas com o mercado coloca-se diferentemente para Lênin⁸, por exemplo, que esteve à frente de um processo revolucionário, na então denominada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tentando implantar o socialismo em uma sociedade cujas relações de produção mantinham, ainda, laços quase feudais.

No campo marxista, no que se refere à transição para o socialismo, há a polêmica dada a importância ao cooperativismo no contexto da N.E.P.⁹ na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no início da década de 1920, Lênin faz uma defesa das cooperativas no contexto de processo revolucionário em que ele se encontrava, uma vez que vale mencionar aqui os *kolkhozes* que eram fazendas coletivas organizadas sob a forma de cooperativas de camponeses, que eram reunidos com base no voluntariado para administrar

⁶ Rosa Luxemburgo foi uma revolucionária polaco-germana do século XX, a qual foi fundadora do Partido Comunista Alemão. Ela foi uma militante, dirigente e intelectual que lutou pelo socialismo contra o capitalismo durante toda a sua vida, até ser assassinada em 1919. Suas reflexões, suas ações políticas e sua compreensão da vida são fundamentais para o entendimento da luta de classes.

⁷ Eduard Bernstein (1850-1932) foi um escritor socialdemocrata alemão, que se tornou amplamente conhecido quando, no fim do século XIX, pretendeu uma revisão dos fundamentos do marxismo (daí o nome de revisionismo dado a essa tendência). O seu revisionismo, que, do ponto de vista eclético e pequeno-burguês, atacava o caráter dialético das doutrinas de Marx, negava suas conclusões revolucionárias (teorias da miséria crescente e da derrocada final do regime, revolução violenta, concepção do Estado, etc.) e propunha-se a acrescentar à economia social da burguesia seus “complementos” e “correções”, revelando, desde o início, os característicos da ideologia imperialista da aristocracia operária.

⁸ Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924) era um revolucionário russo, o qual foi responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, era líder do Partido Comunista, e foi o primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Suas teorias influenciaram partidos comunistas de todo o mundo, as quais resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo (Ética de Estado).

⁹ N.E.P: Nova Política Econômica. Corresponde à política econômica implementada na URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - no início da década de 1920

uma grande propriedade agrícola calcada na socialização dos meios de produção e no trabalho coletivo. Assim, os *kolkhozes* desenvolviam sua produção em terras de propriedade estatal que foram cedidas para usufruto perpétuo e gratuito.

Parece-me que não damos suficiente importância à cooperação. Não penso que todos compreendam que, depois da revolução de outubro e independente da N.E.P, a cooperação adquire entre nós uma importância verdadeiramente excepcional (...). Com efeito, entre nós, sendo o poder de Estado exercido pela classe operária, e detendo o Estado todos os meios de produção, apenas nos falta efetivamente agrupar a população em cooperativas. Logo que a população esteja agrupada o mais possível em cooperativas, o socialismo realiza-se por si próprio. [É, portanto, necessário] conceder à cooperativa uma série de privilégios de ordem econômica, financeira e bancária, é nisso que deve consistir o apoio dado pelo nosso Estado socialista ao novo princípio de organização popular (LÊNIN, 1980, p. 124)

Percebe-se, portanto, que na tradição marxista há posições muito distintas em relação ao cooperativismo. Cabe salientar e ressaltar que tais posições distintas estão demarcadas pelo período histórico, em momentos de posições externadas, mas, ainda assim, permanece algumas questões de fundo para esses autores que é, justamente, o caráter contraditório de uma experiência que se opõe ao capitalismo, mas que, ao surgir no seu interior, necessita e depende, de estabelecer e entrar em relações de mercado.

Se para Marx, diante dos acontecimentos de 1848, a cooperativa se colocava ora como algo intencionalmente positivo, mas não efetivo, pois repleto das contradições e tensões postas necessariamente pelas relações capitalistas de produção, Luxemburgo salientava as contradições, as mesmas já pontuadas por Marx, da relação das cooperativas com o mercado, questão que se mantém presente hoje e Lênin, por sua vez, externalizava sua concepção em contexto completamente distinto, um contexto revolucionário em que o Estado teria papel importante, uma vez que este não seria mais o Estado burguês.

De uma forma ou de outra, as questões colocadas por estes teóricos clássicos permanecem, ou seja, as cooperativas irrompem, com um desejo de emancipação social, porém no seio da sociedade capitalista tendo que se relacionar diretamente com o mercado e com o Estado, neste sentido ela pode ou não se mostrar como alternativa ao sistema? Elas poderiam fazer parte de um processo lento, mas gradual de transformação social? Elas apenas reproduzem uma lógica existente e, no hodiernamente, ajuda apenas a precarizar, ainda mais, as condições de trabalho?

Hoje, as discussões teóricas em torno da Economia Solidária estão envoltas em todos esses questionamentos colocados outrora para o Movimento Cooperativista, acrescidos e

todas as experiências que compõe um vasto campo de atividades e que se convencionou chamar de Economia Solidária, deixando ainda mais complexas as discussões ao ultrapassar o campo restrito das cooperativas ou do movimento cooperativista.

2.3 (Re)Surgimento da Economia Solidária

É justamente no contexto de fins dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 que muitas iniciativas no campo do que hoje se convencionou chamar largamente de Economia Solidária ressurgem com base nos movimentos cooperativistas, ou inspiradas nessa longa trajetória e história do movimento cooperativista. Pode-se dizer que tais iniciativas se relacionam com o contexto decorrente dos resultados das políticas neoliberais expressas na flexibilização das leis trabalhistas (crise da sociedade salarial), no processo de terceirização, nas privatizações de serviços públicos básicos, no aumento da pobreza, no agravamento do desemprego dentre outras mazelas.

Neste sentido, tanto iniciativas cooperativistas como outras atividades se colocam como tentativa de resposta às consequências da exclusão social e um movimento de luta direta contra o desemprego buscando saídas para a geração de emprego e renda.

O cooperativismo constitui uma das formas por meio das quais práticas sociais coletivas se desenvolvem, mas outras realidades surgiram.

Leite (2005, 129-30) destaca que:

[...] toda essa situação advinda do neoliberalismo contribuiu, e continua contribuindo, para um ressurgimento da Economia Solidária na maioria dos países, quase como uma reinvenção. Há indícios da criação, em número cada vez maior, de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países e ainda tantas outras experiências que buscam conjugar economia e solidariedade nas relações de produção. A esse respeito podemos enumerar, por exemplo: o movimento de Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores; o Comércio Ético e Solidário, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Sociais, Cooperativismo e Associativismo Popular, difusão de Softwares Livres, entre muitas outras práticas que costumam ser situadas como alternativa ao modelo vigente entrando no vasto campo da chamada Economia Solidária.

É em circunstâncias da crise do trabalho assalariado, fortemente, demarcada na década de 1980 e 1990, que este modelo solidário estimula a organização de trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal ou aqueles que sempre viveram na informalidade a construírem ações, ao mesmo tempo, sociais e econômicas, como formas de resistência à empresa capitalista que são capazes de promover a democratização da economia (reciprocidade e interesse coletivo), recorrendo aos recursos monetários para satisfazer às lógicas redistributiva e de barganha para reforçar a auto-organização da sociedade civil.

As práticas que integram a Economia Solidária tendem, muitas vezes, a ficar marginalizadas no circuito econômico e acadêmico pela suposta reduzida significância social, pelo pequeno peso econômico e por carecerem de quantidade suficiente de capital.

As associações de bairros, sindicatos, igrejas, universidades e partidos podem e devem, segundo Singer (1998), contribuir para a consolidação de dessas atividades, sobretudo, as cooperativas de produção, que apresentam preocupação crescente com o desenvolvimento local e regional. As décadas de 1980 e 1990 verão florescer iniciativas envolvendo as Universidades, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITPS), os partidos políticos (Prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estado contratam entidades de fomento da Economia Solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outro programas congêneres, SINGER, 2012) e as centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), as quais passam a promover o debate em torno desta questão, e a Cáritas Brasileira, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (Mais adiante neste capítulo será abordado sobre estas entidades).

Para Singer (1998), a Economia Solidária é, essencialmente, anticapitalista (alternativa viável ao capitalismo), no sentido que os empreendimentos são implementados ou transformados, no caso de empresas falidas, a partir de uma proposta contrária a lógica da empresa capitalista. O modelo de economia de solidariedade como alternativa anticapitalista tem a função de compensar perdas causadas por duas tendências inerentes ao capitalismo: a primeira, de natureza perene, é a concentração de renda e a exclusão da economia capitalista de uma fração significativa da população (“tendência excludora”); e a segunda, de caráter mais cíclico, que provoca a destruição de empresas e empregos, em decorrência do progresso técnico, isto é, empresas mais avançadas tecnologicamente são mais competitivas e tendem a ocupar o lugar das mais atrasadas.

[...] cada onda expansiva da economia capitalista emprega e desemprega, sendo a competição entre os que estão sendo empregados e os que estão sendo demitidos um dos fatores que permite aos capitalistas comandar um processo muito complexo de transformação econômica e social, sem perder o controle do mesmo e se apropriando de grande parte do valor obtido a partir do ganho de produtividade, que passa a ser acumulado e permite financiar a construção de um novo parque produtivo. (SINGER, 1998, p. 117-118).

Para Singer, portanto:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER: 2012, p. 10)

A oposição da Economia Solidária ou da sua forma mais usual, o cooperativismo, à típica empresa capitalista, caracteriza-se pelos seguintes princípios: toda cooperativa deve ser dirigida por representantes democraticamente eleitos pelos sócios; não deve haver diferença de direitos entre sócios; a repartição dos resultados econômicos entre os sócios deve ser igualitária ou proporcional à contribuição de cada sócio para estes resultados (SINGER, 1998).

Para Singer (2012, p. 10):

[...] o que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

Para Singer (2012), o capitalismo causa a desigualdade e a competição entre todos na sua forma de organização das atividades econômicas. Por outro lado, há possibilidade de implementação de outras formas organizacionais dentro do modo de produção capitalista. A Economia Solidária é uma destas formas que estaria em desenvolvimento como um modo de produção intersticial inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo próprio. No contexto de que as contradições do modo de produção capitalista geram oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas que como de fato se exercem e fazem oposição

ao capitalismo. Ademais, a relação entre capital e trabalho é transformada na Economia Solidária quando comparada ao modo de produção capitalista.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores. (SINGER, 2002, p. 83)

Singer (2000) analisa a Economia Solidária como um processo de revolução social, contrapondo-se a ideia de revolução política, ou seja, se opõe à visão de que a conquista do poder estatal é a única via para a revolução socialista. Para ele, os modos de produção socialistas podem surgir dentro das formações sociais capitalistas nos interstícios do capitalismo, sendo potenciais embriões de uma revolução social socialista e, neste sentido:

[...] o espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente. O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienados da maioria das decisões que afetam suas vidas e dos seus dependentes. Esta é sem dúvida a primeira grande tarefa de uma educação para o cooperativismo ou para o socialismo. Despertada a consciência da alienação (assim como da exploração etc.), é preciso educar o jovem para competir não só individual, mas coletivamente, mediante participação ativa em cooperativas, sindicatos, centros estudantis, partidos políticos. (SINGER, 1998, p. 131).

A partir dessa visão, a Economia Solidária representaria a construção de uma economia socialista, por outras vias, que não a do modelo soviético e/ou revolucionário entendendo por revolução a tomada do poder à força.

Segundo Singer (1999), revolução social socialista teve início na Grã-Bretanha com a inserção na sociedade de instituições anticapitalistas como sufrágio universal, os sindicatos, a legislação trabalhista, o sistema de seguridade social e as cooperativas. Ademais, Singer critica importância alcançada pela revolução política e pelo planejamento centralizado da economia no socialismo (crítica ao modelo socialista soviético), enquanto instrumentos para a implantação do socialismo “de cima para baixo”; ele propõe a construção do socialismo “de baixo para cima”, desde que a posse coletiva dos meios de produção seja feita de forma livre e voluntária pelos trabalhadores.

Nós temos que parar de apostar apenas na luta política, por mais que ela seja importante. Eleições para o executivo, criação de maiorias parlamentares, avanço dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores, do direito dos consumidores, e mil outras lutas políticas são passos igualmente importantes se um dia quisermos um outro tipo de sociedade. Mas isso tem que andar paralelo com a autogestão. Não se pode condicionar a autogestão à vitória política. E eu tenho um argumento a mais: se criarmos uma autogestão protegida pelo Estado, ela jamais será competitiva e não será eficiente. Na primeira derrota política afunda. (SINGER, 1999, p. 23-32)

Outrossim, o que constitui outra diferença entre a Economia Solidária e os empreendimentos capitalistas, em linhas gerais, é como trabalhar com o lucro.

Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. [...] O excedente anual – chamado “sobras” nas cooperativas – tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores. Uma parte, em geral, destina-se ao reinvestimento e pode ser colocada num fundo “indivisível”, que não pertence aos sócios individualmente, mas apenas ao coletivo deles. Outra parte, também reinvestida, pode acrescer o valor das cotas dos sócios, que têm o direito de sacá-las quando se retiram da empresa. O restante das sobras é em geral destinado a um fundo de educação, a outros fundos “sociais” (de cultura, de saúde etc.) e eventualmente à divisão entre os sócios, por critérios aprovados por eles. Portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há ‘lucro’[...]. (SINGER, 2002, p. 84)

Para Singer (2012), a cooperativa de produção é o protótipo de empresa solidária, em que todos os sócios possuem a mesma parcela do capital e o mesmo direito de voto em todas as decisões. Em outras palavras, é a associação entre iguais, e a solidariedade na economia realiza-se quando é organizada, de forma igualitária, pelos quais se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Singer faz a defesa de que a cooperativa assume as características que conduz à transição para outro modo de produção.

A reprodução das experiências de Economia Solidária, precisamente nas cooperativas de produção, realiza-se mediante a diferença dos rendimentos obtidos deduzidos os “salários” pagos aos cooperados, permitindo gastos de custeio (ou manutenção) com equipamentos e máquinas ou novos investimentos para a compra de insumos ou novos meios de produção. Em determinadas situações, empresas capitalistas falidas são recuperadas por seus trabalhadores devido aos fortes laços de solidariedade e contribuição mútua e transformadas em cooperativas. Em troca do patrimônio, a cooperativa assume a dívida, inclusive o pagamento de juros. Os trabalhadores aprendem a gerir a cooperativa com apoio de órgãos de assistência vinculados a estrutura governamental ou a incubadoras universitárias. (SINGER, 1998)

Rodríguez e Sousa Santos (2002) introduzem a ideia de que o associativismo está intrinsecamente ligado à ideologia do socialismo de mercado. Inspirado no modelo de Proudhon, o socialismo de mercado ganhou interesse com o fracasso do modelo de economia centralizada nas mãos do Estado, que tinha dominado o pensamento e as práticas socialistas. O socialismo de mercado seria a forma viável e adequada de perseguir os fins socialistas de solidariedade e igualdade, utilizando mecanismos de mercado, que por si só não gera, inevitavelmente, os níveis de desigualdade e alienação que caracterizam o capitalismo.

A questão do mercado e sua relação com o socialismo foi levantada também por Hobsbawm¹⁰ em sua obra *A Era dos Extremos* demandando que estudiosos marxistas se dediquem, mais profundamente, ao tema.

Um mercado no qual predominem cooperativas e que seja regido pelo planejamento estatal fundado por regras básicas de distribuição de riqueza poderia promover, simultaneamente, liberdade, solidariedade e igualdade. Mas não basta reorganizar o mercado com base em cooperativas de trabalhadores, seria necessário criar formas de coordenação entre cooperativas, e entre estas e as entidades estatais, para conceber uma rede de apoio entre as experiências bem-sucedidas (RODRÍGUEZ; SOUSA SANTOS, 2002). Um exemplo sobre é Mondragón Corporación Cooperativa (MCC), em território basco, um complexo cooperativo que surgiu em 1956 por iniciativa do clérigo basco José Maria Arizmendiarreta.

Trata-se provavelmente o maior complexo cooperativo do mundo, que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas das investigações tecnológicas. O que torna Mondragón ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas estas sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional. Sem ignorar as dificuldades que o cooperativismo de Mondragón enfrenta, é inegável que ele procura realizar a autogestão numa medida hoje, infelizmente, é difícil de encontrar nas grandes organizações cooperativas. (SINGER, 2012, p 98-99)

No entanto, Singer faz uma ressalva sobre MCC:

Os dados disponíveis indicam que a MCC [Mondragón Corporación Cooperativa] está em constante processo de transformação e que a prática autogestionária se encontra

¹⁰ Eric Hobsbawm (1917-2012) nasceu em Alexandria no Egito, e desenvolveu seus estudos em Viena, Berlim, Londres e Cambridge. Foi um historiador marxista reconhecido como um importante nome da intelectualidade do século XX. Ao longo de toda a sua vida, Hobsbawm foi membro do Partido Comunista Britânico. Sendo professor visitante em diversas Universidades da Europa e da América, lecionou até aposentar-se no Birkbeck College, da Universidade de Londres. Escreveu entre obras importantes como *A Era do Capital*, *A Era dos Extremos*, *A Era das Revoluções*, *A Era dos Impérios*, *Os Bandidos*, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, *Rebeldes Primitivos*, *O Breve Século XX (1914-1991)*, e *Ecos da Marselhesa*.

sob pressões que se originam do gigantismo e do burocratismo, que se manifestam cada vez mais no funcionamento do grupo. Não obstante, a cultura da economia solidária persiste e possivelmente se enriquece em Mondragón, que se tornou paradigma para cooperadores e estudiosos do mundo inteiro. O exemplo de Mondragón vem inspirando outras iniciativas em outras partes da Espanha e nos Estados Unidos. (SINGER, 2012, p.105)

Na análise de Razzeto (*apud* Quijano, 2002), a diferença entre Economia Popular e a Economia Solidária é que a primeira não se trata sempre, ou explicitamente, da auto identificação ideológica e políticas de seus atores, nem da visão revolucionária do mundo. O que caracteriza a Economia Popular é que as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, ou seja, das práticas sociais cotidianas em torno da comunidade, não impedindo que esteja articulada com o mercado de múltiplas formas e medidas.

O enfoque da Economia Popular é libertar o homem para a sociedade, no sentido de um sujeito preso a um sistema capitalista fechado às relações humanas e comunitárias, sendo a combinação dos valores do trabalho e da solidariedade o caminho para atingir uma nova civilização latino-americana.

A análise de Coraggio (2000), por sua vez, busca salientar que a Economia Popular está enraizada no sistema capitalista e que ela, por si só, não pode ser considerada solidária. O desenvolvimento da especificidade solidária seria resultado de um processo “de baixo para cima”, sustentado em iniciativas populares locais, enfatizando o modelo democrático e cooperativo e fomentando novas atividades de participação pública. Na visão dele, dentre todas as diferentes formas de Economia Popular, o cooperativismo não constitui o único caminho, nem o mais importante modo de produção alternativo ao capitalista. (BACIC, 2008)

Para ele, a incapacidade do capitalismo atual de inserir o conjunto da população trabalhadora em seus empreendimentos, bem como a limitação das políticas públicas compensatórias em face do desastre social do desemprego e da precarização do trabalho estariam levando a população excluída a buscar formas de subsistência na economia doméstica, cuja lógica não é da reprodução do capital, mas da reprodução ampliada da vida. (LEITE, 2009, p. 5)

2.4 A Economia Solidária no Brasil

O cooperativismo aparece, pela primeira vez, no Brasil, em torno de 1610, em tal período da colonização, a partir da catequização da população indígena por parte dos jesuítas.

Ademais, é relevante mencionar uma experiência marcante sobre o cooperativismo no país, quando o sacerdote suíço e jesuíta Theodor Amstad chegou ao Brasil em 1885 e foi designado para atividades com os colonos no interior do Rio Grande do Sul, fez um trabalho de mobilização das comunidades que redundou na fundação, em 1912, da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, atualmente, chamada de Associação Theodor Amsta. (SOUZA, 2013)

Na primeira metade do século XX, pequenas experiências cooperativistas foram implantadas nas regiões Sul e Sudeste. As cooperativas agropecuárias e de crédito rural surgiram concomitantemente às cooperativas de consumo e foram seguidas pelas de produção, educação e trabalho. (GALLO; CARETTA; EID, 2000)

Economia Popular Solidária (EPS) é um modo de produção, distribuição e comercialização de bens centrados em princípios que se opõem aos valores do capitalismo, como as relações de trabalho assalariadas, a propriedade privada dos meios de produção, a disparidade quanto ao poder de decisão entre trabalhadores e a ênfase em lucros cada vez maiores. Este modelo econômico representa um movimento de resistência popular e operária contra o desemprego e a exclusão social. (CORREA, 2014)

A solidariedade traz consigo outros princípios, como a cooperação, a gratuidade, a democracia em oposição ao comportamento individualista impregnado na sociedade capitalista (GAIGER, 2009; LEITE, 2005). Dizer que a economia popular é solidária não significa ser uma atividade paternalista, dependente de caridade por parte do Estado, mas sim demonstrar a solidariedade como sinônimo de trabalho coletivo, cooperativo, comunitário e ética nas relações: humanas, de trabalho, econômicas e comerciais. (CORREA, 2014, p.03)

A Economia Solidária na América Latina expõe iniciativas solidárias que são associações de trabalhadores desempregados ou não, que priorizem a participação cidadã, cooperação da atividade econômica, a socialização do processo produção e a autogestão na administração de empreendimentos, objetivando rendimentos e qualidade de vida. (GAIGER, 2009)

Este novo modelo de organização, sem o papel do capitalista, ganha força num cenário latino-americano, nas décadas de 1970 e 1980, em que a população se encontrava em franco crescimento demográfico, especialmente em direção as cidades, expandindo à periferia

e se defrontando com a incapacidade de absorção do mercado de trabalho formal. O trabalhador tendo que buscar a sobrevivência por meio de ocupações informais.

No fim da década de 1980 e início dos anos 1990, a elaboração de iniciativas divergentes ao modo de produção, gestão e relações de trabalho das empresas capitalistas foi resultado da intensificação das políticas neoliberais não apenas no Brasil, como também no mundo. A mundialização da economia e a reestruturação produtiva e econômica, somadas às privatizações, a entrada de multinacionais e a flexibilização das leis trabalhistas geraram fortes repercussões no mercado com a diminuição de postos de trabalho e fechamento de empresas, culminando em uma elevada taxa de desemprego, aumento da informalidade e queda do valor real dos salários.

É nesta conjuntura que a Economia Solidária desponta como alternativa voltada para a geração de emprego e renda. A democratização do Brasil fortaleceu, dentro dos movimentos sociais, propostas e formas de democratização das relações de trabalho, fomentado a formação de cooperativas a partir de práticas de autogestão com apoio de universidades, sindicatos e outras instituições empenhadas na construção de empreendimentos solidários.

No início dos anos 1990, a primeira entidade que apoiou e sustentou por meio de incubadoras a concepção e a sustentação de cooperativas foi a Cáritas Brasileira ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O trabalho da Cáritas realizava os financiamentos dos Projetos Alternativos Comunitários (PACS), miniprojetos que favoreciam de forma associada à geração de trabalho e às rendas aos moradores pobres da periferia das cidades e da zona rural de diversas regiões do país.

Outra modalidade de Economia Solidária, no Brasil, foi a tomada de empresas falidas ou em via de falir pelos os seus trabalhadores, que buscavam recuperá-las como cooperativas autogestionárias para preservarem os seus postos de trabalho e ao mesmo tempo se tornarem os seus próprios patrões. Foi tal movimento, durante a falência da empresa calçadista Mekerli da cidade de Franca no estado de São Paulo, que dava lugar à Associação Nacional dos trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). A ANTEAG surge, assim, de fato, em 1994, vinculada ao movimento sindical, apoiando experiências cooperativistas como resposta dos trabalhadores aos acontecimentos da década de 1990. (LEITE, 2009; NAKANO, 2000; SINGER, 2012)

A inspiração para a formação de uma associação que tenha com função a assessoria técnica às empresas de autogestão e cogestão vem do chamado “novo sindicalismo” surgido nos anos 1970 e que teve como principal característica a ação autônoma, dos sindicatos,

diferentemente do aparelhamento estatal dos governos pré-64 ou reagindo aos processos de exclusão engendrados pelo desenvolvimento capitalista, mediante formas de atuação, como por exemplo, o “da empresa sem patrão” no início dos anos de 1990. (NAKANO, 2000)

Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, dentre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se, por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas iniciativas, eram fundamentais, por outro, não eram suficientes. Havia a necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar um espaço para o debate e a produção de alternativas. Enfim, havia a necessidade de uma entidade que assumisse estes papéis. Era o começo da ANTEAG. (NAKANO, 2000)

A “cultura” técnica trazida pelos trabalhadores das empresas capitalistas era marcada pela fragmentação, concentração de saberes e o individualismo, caracterizado na preocupação apenas com o emprego e o salário, o poder de decisão estava centrado nas mãos de certos grupos, que na maioria são acionistas e não vivem a realidade da empresa. Portanto, foi necessário produzir uma nova cultura, a partir de um novo ideário, que garantisse a sobrevivência das empresas baseadas na autogestão. Era preciso assim constituir uma entidade que fomentasse tais iniciativas, democratizando conhecimentos para aqueles que ousam, de maneira autônoma, valorizar o trabalho e as relações de solidariedade e da cooperação, indispensáveis para a cultura autogestionária. (NAKANO, 2000)

Além da questão da fábrica sem o patrão, a ANTEAG se responsabilizava por capacitar os trabalhadores e viabilizar econômico e financeiramente a autogestão, cujo objetivo era fornecer maior conhecimento sobre o conjunto de processo produtivo, não por uma simples alteração nas relações de poder, mas sim dando aos trabalhadores a condição de tomarem as decisões necessárias à manutenção do empreendimento. Por fim, o último desafio da ANTEAG posto aos trabalhadores era que o pensar e o fazer não estejam dissociados. A intenção era modificar a relação patrão-empregado e que a firma seja fruto da discussão, das decisões e do controle por parte de cada um dos membros. (NAKANO, 2000)

O trabalhador na empresa capitalista é afetado pela forma com que o trabalho está organizado, resultando no desconhecimento com o que se passa na totalidade do sistema produtivo. Esta alienação é combatida na Economia Solidária, onde a nova forma de gerir a

empresa, sem o papel do dono dos meios de produção, pressupõe que as análises econômico-financeiras, que culminam na viabilização da firma, sejam realizadas pelo conjunto de associados. Desta forma, educar o trabalhador quanto ao agir coletivamente, a capacitação técnica e a gestão da firma, evidentemente, representam um importante motor para a difusão e a sobrevivência das empresas criadas sob o princípio da solidariedade.

Desde 1997, quando foi fundada a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), que reúne mais de 80 universidades e presta serviços nas mais variadas áreas ao movimento operário, tem-se a realização de um programa de estudos e pesquisas sobre a Economia Solidária, assim estava criado um grupo de trabalho para realizar projetos de pesquisa sobre a Economia Solidária na realidade brasileira. Existe um crescente número de núcleos da UNITRABALHO em universidades, os quais acompanham e assistem às cooperativas.

A UNITRABALHO surgiu por iniciativa de um grupo de reitores de Universidades Brasileiras, cujo objetivo é fazer com que a Universidade Brasileira contemple em seus programas de pesquisa e extensão, de forma relevante e sistemática, as questões relativas ao mundo do trabalho. Ela está constituída na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos e agrega Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o Brasil, uma vez que é uma Rede Nacional de Universidades apoiando os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, de forma realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social. A UNITRABALHO está presente em todas as regiões do país, através de ações nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, neste sentido professores, estudantes e técnicos das Universidades e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia fazem parte da rede e são responsáveis pelos programas e projetos implementados. Trata-se de estimular e promover a relação entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, e assim buscar democratizar o acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na Universidade.

Em 1998, ganha destaque as Incubadoras Tecnológicas Universitárias, onde a primeira iniciativa partiu do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (COPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como programa de assistência à criação e ao desenvolvimento de associações de trabalhadores e cooperativas, em especial, com a fundação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP),

buscando difundir estas experiências pelas Universidades do país, transferindo tecnologias e conhecimentos para as organizações incubadas. (LEITE, 2009)

O objetivo das Incubadoras Tecnológicas é utilizar os recursos e conhecimentos adquiridos nas Universidades na formação, qualificação e assessoria dos trabalhadores na concepção de atividades autogestionárias, buscando sua inserção no mercado de trabalho. (GUIMARÃES, 2000) Tal modelo foi adotado e adquiriu grande impulso entre professores, alunos e servidores, na tentativa de concretizar a aplicação dos estudos teóricos a um projeto de extensão universitária, atuando na intenção de fomentar o desenvolvimento de determinada localidade ou comunidade. (GAIGER, 2004)

Este projeto de extensão universitária representa uma intervenção econômica na geração de trabalho e renda, fazendo com que os cooperados entendam a metodologia de incubação, primordial para o sucesso do empreendimento (GUIMARÃES, 2000). As incubadoras realizam o procedimento de incubação de um empreendimento em três partes: 1) pré-incubação: fase de análise, estudo e conhecimento do local e dos componentes da cooperativa, os cooperados, levantando dados que viabilizem a implantação, como estipular o investimento inicial a ser feito; 2) incubação: fase que a incubadora presta assessoria técnica aos cooperados no processo de maturação da empresa; 3) pós-incubação (“desincubação”): ocorre quando o empreendimento consegue se sustentar de maneira autônoma para operar no mercado independentemente da incubadora.

O que a Universidade propõe é a transformação social de setores aliados tanto do mercado de trabalho formal quanto do informal, por meio da transferência de saberes e tecnologia para os cooperativistas. A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surge como maneira de promover o intercâmbio de experiências entre técnicos e cooperativados, estendendo a produção de conhecimento, a inserção da metodologia de incubação e a preparação dos trabalhadores em relação ao processo de independência do empreendimento solidário à tutela da incubadora. (GUIMARÃES, 2000)

A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares busca, assim, articular as experiências acumuladas pelas Universidades no suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares. Promover a inserção social e a melhoria de qualidade de vida de comunidades marginalizadas. E a produção e socialização de conhecimentos, também, como metas a serem atingidas. (GUIMARÃES, 2000)

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também contribuiu para o fomento de organizações solidárias, articulando-as com os demais aspectos da agenda histórica do

movimento sindical. Na sua visão era importante combinar a resistência aos avanços de um modelo econômico pautado pelo desemprego com ações que visem uma política de organização sindical para a incorporação dos desempregados e trabalhadores cooperados na base sindical; a elaboração de políticas de crédito, formação, pesquisa e incubação, e a formulação de política públicas de incentivo à Economia Solidária. (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000) O resultado deste debate levou a criação de três entidades, que conjuntamente, fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) fundada em 1999; a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) criada em 2000; e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (ECOSOL) implantada em 2004.

A ADS foi constituída após um intenso debate sobre formas de reversão da reestruturação produtiva e crise do desemprego nos anos de 1990 e seu objetivo é gerar novas oportunidades de trabalho e renda a partir da promoção de organizações de caráter solidárias, contribuindo com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável fundadas nos princípios da gestão democrática do trabalho, da distribuição da renda e na educação permanente dos trabalhadores. (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000)

A relação entre a agência e a Economia Solidária se daria por meios dos instrumentos que lhes foram concedidos pela condutora da política, a CUT. Deste modo, a ADS deveria facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito, formar agentes que auxiliam a consolidação de empresas solidárias, conscientizar trabalhadores a respeito das convicções que norteiam a Economia Solidária, assim como a democratização das relações de trabalho e de gestão e oferecer a eles informações sobre políticas públicas, legislação e mercado, além de proporcionar assessoria técnica, jurídica e política as cooperativas. (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000)

Na década de 90, também teve o desenvolvimento da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), cujo objetivo era fomentar e apoiar a transformação de empresas em crise na cooperativa de seus trabalhadores. A UNISOL tem como finalidade a melhoria socioeconômica de cooperativas e empreendimentos voltados à lógica solidária, buscando assegurar que estas experiências, que possibilitam geração de emprego e renda, não se desintegrem.

A ECOSOL, para finalizar, reúne um grupo de cooperativas de crédito, que operam de acordo com os princípios da Economia Solidária, com o propósito de utilizar os recursos poupados pelos cooperados na realização de empréstimos, com juros menores que os praticados pelo mercado, aos demais membros. O objetivo final da ECOSOL é integrar as

comunidades de baixa renda com o sistema financeiro e o acesso a crédito e impulsionar o desenvolvimento das regiões onde estas cooperativas atuam. (LEITE, 2009)

No Brasil, o cooperativismo é a atividade mais praticada e também a mais conhecida dentre as formas democráticas de gestão, relações de trabalho, produção e comercialização que constituem a Economia Solidária. Um exemplo disso são as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) implantadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Elas representam uma forma de organizar a produção baseada na gestão coletiva e no trabalho coletivo, onde os meios de produção, isto é, a terra, as máquinas e os equipamentos são de propriedade da cooperativa. Estas possuem personalidade jurídica, portanto são consideradas empresas, atuando de acordo com a legislação cooperativista brasileira e cumprindo com as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias. O capital acumulado pela CPA está sob controle coletivo dos associados, o quais são remunerados conforme cotas que possuem no empreendimento. (FERREIRA, 2000)

No entanto, o fato destas cooperativas não usufruírem da legislação trabalhista em suas relações de trabalho, não significa que isto se aplica a maior parte de cooperativas existentes no Brasil, seja ela de produção, seja ela de trabalho. A Economia Solidária tem como função a reinserção de cidadãos desempregados no mercado de trabalho, além de ser uma alternativa a precarização do trabalho nas empresas capitalistas. A intenção é fazer com que os trabalhadores de forma autônoma se unam para buscar melhores condições de trabalho, mesmo sem contar com os benefícios previstos no regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A ideia é que a organização do trabalho sustentada na cooperação mútua, na democracia e na ausência da relação “patrão-empregado” supere a condição de assalariados com carteira assinada nas firmas capitalistas, que submetem o trabalhador a longas jornadas de trabalho, resultando nem sempre em salários maiores que os rendimentos obtidos no modelo solidário.

Além das cooperativas de produção, é comum encontrarmos em território nacional cooperativas de consumo e as cooperativas de trabalho. O melhor exemplo do cooperativismo de consumo são as cooperativas de crédito, que tem a finalidade de facilitar o acesso a crédito, com intuito de elevar a renda familiar de seus membros. (FERREIRA, 2000) As cooperativas de crédito são alternativas aos bancos e seus altos custos de empréstimos para financiar qualquer atividade econômica, contribuindo para a permanência de muitos trabalhadores em seus postos de trabalho, não só estimulando a produção, como também utilizando parte da poupança formada para capacitar e qualificar seus associados na gestão financeira creditícia.

Quanto às cooperativas de trabalho, sua atuação é dedicada, basicamente, a comercialização de serviços de assessoria técnica (organização da produção), conserto de máquinas, de formação política, de utilidade pública (coletores de resíduos sólidos), etc. O dono da empresa que contrata a cooperativa não pode ser reportar diretamente aos prestadores de serviço, e sim passar o que deseja ao gestor da cooperativa. O valor recebido pela cooperativa está sob seu controle, pois uma parte pode ser utilizada para qualificação de novos membros e a outra para a remuneração dos cooperados.

Entre as organizações que compõe a Economia Solidária estão os empreendimentos comunitários. Esta modalidade de empreender se insere em um contexto urbano capitalista e se enquadra no setor informal, comumente associado à população de baixa renda, englobando formas de produção que não se baseiam no trabalho assalariado. Os empreendimentos comunitários são adeptos do caráter coletivo do trabalho e da distribuição democrática da renda, mas não estão imunes das acusações de precarização do trabalho, em razão de que muitos de seus praticantes tem baixa renda, trabalham por muitas horas e não dispõem de mecanismos de seguridade social. (SOUZA, 2000)

Nessa proposta comunitária de resposta ao desemprego, há casos que os membros não são os proprietários dos instrumentos de produção, e sim estes de posse de uma pessoa jurídica externa, como sindicatos, associação de moradores, uma igreja local ou uma organização não-governamental. A remuneração para os envolvidos no trabalho pode não ser a mesma, visto que a presença de coordenadores ou monitores, muitas vezes, recebendo salário fixo como forma de contribuir para o desenvolvimento local, pois tais empreendimentos geram renda e possuem caráter educacional, de promoção humana e assistência social. (SOUZA, 2000)

Os empreendimentos comunitários podem ser grupos de costureiras, lanchonetes, padarias, oficinas de artesanato e pequenas cooperativas de trabalhadores prestando serviços de limpeza, jardinagem ou em trabalho doméstico. Apesar de uma significância econômica muito pequena ainda, estas atividades proporcionam a seus praticantes, pessoas marginalizadas do trabalho formal e de baixa escolaridade, uma alternativa de renda. O importante é fortalecer esses empreendimentos, que isolados são muito frágeis, reunindo-os para que eles se ajudem mutuamente e possam adquirir viabilidade econômica. A formação de redes de empreendimentos comunitários é possível obter vantagens na compra de matéria-prima comum e na produção em conjunto, auferindo custos menores e preços mais competitivos. (SOUZA, 2000)

Outra experiência que possui a marca da Economia Solidária é o clube de trocas. No Brasil, o primeiro foi criado em São Paulo, em setembro de 1998, no bairro de Santa Terezinha. Os clubes de trocas são espaços onde os associados trocam entre si produtos, serviços e saberes, de uma forma solidária ou alternativa ao sistema vigente, respeitando a ética e o meio ambiente. Apresentam uma característica familiar, composto por pessoas que se conhecem por afinidade ou procuram uma alternativa econômica, visando uma melhor qualidade de vida para todos. (CASTRO et al., 2000)

Os clubes buscam se organizar com base nas concepções de uma sociedade justa e harmônica, desfrutando os direitos da vida em comunidade. A finalidade é que estas experiências construam feiras de trocas, onde os sócios possam negociar aparelhos eletrodomésticos, roupas, comidas, produtos de limpeza, brinquedos, utensílios domésticos, serviços de manutenção, serviços técnicos de eletrônica, professor de português, eletricista, contábil, etc. O ingresso de novos sócios é feito mediante a apresentação do que é o clube, qual é seu objetivo, suas propostas, sempre destacando o espírito da solidariedade e que as pessoas juntas busquem alternativas que todos ganhem, sem exploração, sem egoísmo, mas com justiça. A meta dos clubes de troca é criar um mercado solidário, ofertando produtos, serviços e saberes, satisfazendo ao máximo as necessidades de seus sócios. (CASTRO et al., 2000)

O êxito dos clubes de troca caminha para o mesmo rumo que os empreendimentos comunitários, ou seja, é necessário promover a união dessas ações e fortalecer a Rede Global de Trocas, que possui mais de quinhentos clubes, fomentando a sociabilidade dos grupos envolvidos. Para unificar este mercado surge a ideia da moeda social. O intuito é fazer com que as pessoas que editam, distribuem, regulam e controlam a moeda sejam as mesmas pessoas que as usam. O mercado solidário consistirá em uma experiência onde existe a privatização radical da produção e do controle, uma espécie de monopólio, sobre a moeda por parte de pequenos grupos, contrariando o que o mercado formal não permite fazer. A moeda social é introduzida para compensar os desequilíbrios do próprio mercado, segundo a lógica de reciprocidade, solidariedade e inclusão, em que o dinheiro não é condição de satisfação das nossas necessidades e que a qualidade de vida tem pouco a ver com a quantidade de coisas e muito com a qualidade das relações entre as pessoas. (CASTRO et al., 2000)

No Brasil, as visões a respeito da economia solidária são divergentes, desde os mais entusiastas até os que ignoram tais iniciativas ou porque não representam uma alternativa a modo de produção capitalista ou porque são formas que precarizam o trabalho. No entanto,

existe certa uniformidade em ressaltar as dificuldades que os empreendimentos enfrentam. (LEITE, 2009)

A defasagem tecnológica, pequeno volume de recursos, baixa escolaridade dos participantes, as diferenças nas relações de trabalho entre empresas capitalistas e o ideal solidário, pouco compromisso com a autogestão são fatores destacados na literatura brasileira a respeito da economia solidária.

Para França Filho (*apud* LEITE, 2009), políticas públicas de Economia Solidária tem papel preponderante na mudança do pensamento sobre o caráter e a finalidade destas iniciativas. Na visão dele, deve se substituir a preocupação com a simples reprodução das condições de vida pela reprodução ampliada do modo de vida, ou seja, articular políticas que visem um estado de sustentabilidade das iniciativas empreendidas e não um estado de subsistência, deixando uma condição de economia popular apenas, para uma condição de economia popular e solidária. Dentro da mesma perspectiva, Gaiger enfatiza que as políticas públicas devem abandonar o caráter emergencial e paliativo e possibilitarem alternativas duradouras focadas na auto-sustentação de empreendimentos geradores de emprego e renda, como as experiências. Por outro lado, Alves considera que as políticas públicas de Economia Solidária só passam a ter efeito se estas forem realizadas pelos sujeitos sociais, o que acarretaria no desaparecimento do problema da descontinuidade das iniciativas. Para isso, é necessário que haja maior envolvimento de agentes sociais, deixando de serem objetos das ações políticas para ser tornarem autores e executores dos projetos e ações. (LEITE, 2009)

Portanto, a Economia Solidária deve ser interpretada como uma política de desenvolvimento e não estar relegada a políticas assistenciais, produzindo medidas capazes de combater, efetivamente, às causas estruturais da pobreza e marginalidade em relação ao mercado formal e promover a inclusão e o desenvolvimento social.

Em 2003, no Brasil, durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a Economia Solidária ganha estatuto de políticas públicas em âmbito federal, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), esta já foi presidida por Paul Singer. A SENAES é uma representação Estado-sociedade, ambas as estâncias (Estado e sociedade civil), em plano nacional, são representativas da Economia Solidária, a primeira no âmbito do Estado, a segunda no da sociedade civil. De fato, a SENAES tem caráter de interpenetração de organizações estatais e não-estatais no espaço de produção de políticas de Economia Solidária.

A expansão da Economia Solidária no Brasil foi potencializada com a criação da SENAES, cujas atividades visam à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Trata-se de dar o fomento e o apoio técnico aos empreendimentos econômicos solidários do país, a SENAES também incentiva e fomenta a criação de políticas públicas de Economia Solidária de âmbito estadual e municipal.

A SENAES executa a política pública de Economia Solidária por meio das transferências de recursos a estados, municípios, universidades e organizações da sociedade civil que tenham projetos para apoiar e fomentar empreendimentos econômicos solidários. Os instrumentos de transferência utilizados são convênios, termos de parceria, termos de fomento e de colaboração. A SENAES não possui autorização para fornecer bolsas ou para financiar diretamente os empreendimentos. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2016)

A Economia Solidária, após a formação da SENAES, trata-se de uma política pública de caráter democrático, uma vez que esta depende de uma articulação entre diversos campos institucionais. Neste sentido, a Economia Solidária é uma política de desenvolvimento visando à emancipação dos beneficiários, para Praxedes (2009, p.62), “respeita e considera a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas”.

Ademais, Gaiger trabalha a partir da categoria de Empreendimentos Econômicos Solidários, exalta o poder de transformação social que tais iniciativas são capazes, revigorando a energia de setores populares excluídos e apresentando um enorme potencial de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares. (GAIGER, 2008)

Gaiger, ao contrário de Singer, coloca-se mais cético quanto as possibilidades abertas pela Economia Solidária em termos de questionamento do próprio modo de produção capitalista. Para ele, a questão tornou-se objeto de intensa discussão, na qual se manejam com frequência teses e categorias da economia política marxista – leito de navegação tradicional do pensamento de esquerda - sustentando argumentações e respostas de natureza, sobretudo, ideológica e programática. Neste contexto, as tentativas de teorizar o tema, com os cuidados que a tarefa requer, correm o risco de serem apreciadas diretamente por seu impacto político, por seus efeitos de legitimação sobre as elaborações discursivas politicamente em confronto, dotadas de elevado grau de finalismo, de ingredientes teleológicos próprios das ideologias. O fato é suscetível de ocorrer, sobretudo com as formulações mais audaciosas, que associam a

Economia Solidária a um novo modo de produção, não capitalista (TIRIBA, 1997; SINGER 2000; VERANO, 2001), quer pela insuficiente explicitação conceptual das mesmas, quer porque tendem a não serem vistas como problematizações do tema, ou hipóteses revisáveis, mas sim como respostas seguras, chancelando tomadas de posição e juízos definitivos. (GAIGER, 2003, p.184).

Gaiger (2003) faz uma crítica de carácter político aos intelectuais que afirmam a questão de cunho alternativo da Economia Solidária como advento de um novo modo de produção. Ele critica a indicação da formação da Economia Solidária como instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características prevalecerão historicamente.

Interpretações ligeiras dessa importante questão pode, em verdade, manifestar uma pressa de encontrar respostas tranquilizadoras, por sua aparente eficácia política, pressa de que parecem ressentir-se os grupos de mediação, desorientados com a regressão da agenda social, a falência dos modelos de transição ao socialismo e a carência de teorias credíveis que respaldem uma nova (ou apenas retocada) estratégia de intervenção. (GAIGER, 2003, p.184)

Para Gaiger (2003), o conceito de modo de produção cunhado por Marx não é útil para analisar o fenómeno da Economia Solidária. Com base em Gorender, ele argumenta que:

A crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção. Por conseguinte, a defesa de uma alternativa económica, quando lança mão desta abordagem, deve sustentar-se em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquirem outro carácter e possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas. A exigência não se deve, então, a um gosto ou viés economicista, mas a uma necessidade metodológica prioritária. (GORENDER, 1978, p. 25 *apud* GAIGER. 2003. p. 193)

Na visão de Gadotti, a Economia Popular Solidária forja atividades económicas integradas à economia de mercado, porém contrária à sua lógica. O autor salienta que essas micro experiências cumpriram um papel fundamental na formação de indivíduos e grupos com capacidade de ação, advinda não da assimilação dos modelos preconizados pela teoria social, mas da vivência de reorganização da vida cotidiana e, por extensão, das esferas da vida social. De maneira que, tais organizações económicas parecem portadoras de uma racionalidade económica diferente do custo/benefício estritamente monetário, possui uma lógica interna sustentada em tipos de comportamento e práticas sociais em que a solidariedade ocupa lugar e função central. (GADOTTI, 2009)

Iturraspe (1996, p.11) declara que em relação à Economia Solidária:

Não se trata de construir um modelo de sociedade, de Estado, de empresa, utópico e perfeito, a ser atingido, mas trata-se de buscar táticas, estratégias e políticas concretas que permitam o avanço sistemático dentro das contradições e da realidade social e, precisamente a partir delas, dos setores sociais marginalizados do poder e da propriedade, da cultura e da tecnologia. Uma nova concepção de empresa deve estar acompanhada por uma proposta de transformação global da economia, que implica o questionamento do atual modelo de desenvolvimento e a necessidade de buscar novas metas e instrumentos na economia que esteja dirigida a satisfazer as necessidades essenciais e fundamentais do homem, determinadas através da planificação democrática, que permita o acesso aos bens socialmente produzidos para a maioria atualmente marginalizada. É evidente que o paradigma clássico do desenvolvimento baseado na grande empresa e na estabilidade do trabalho assalariado mostra-se inexoravelmente em causa. Tampouco se sustenta a suposição de uma tendência à homogeneização do processo produtivo.

Portanto, o que se conclui é que o potencial e o alcance dessas experiências permanecem uma questão em aberto, muitos são os estudos que estão se desenvolvendo e visam analisar as experiências concretas em várias partes do Brasil, porém convém situar a relevância cada vez maior assumida pela Economia Solidária sem um conjunto de transformações mais amplas, de âmbito nacional e global. Singer (2005, p.15) diz que “a prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural”, pois o comportamento social da Economia Solidária está pautado pela solidariedade e não mais pela competição”, e para sua realização necessita-se de uma educação à solidariedade e à cooperação, esta nova *práxis* apresenta uma relação intrínseca existente entre a Economia Solidária e Educação. Segundo Singer (2005, p.19):

A economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a. Mas seus valores fundamentais precedem sua prática.

A educação à solidariedade e ao cooperativismo tem papel fundamental nas práticas e nas experiências solidárias, para que haja uma transformação social em processo de mudança estrutural de caráter político e cultural; deve-se apontar que, o desenvolvimento e avanço da Economia Solidária estão intrinsecamente relacionados à formação cultural dos seus participantes. Neste sentido, faz-se importante abrir uma discussão entre a relação existente entre Economia Solidária e Educação.

3.2 Economia Solidária e Educação

As reflexões sobre Economia Solidária e sua relação com a educação apontam, sobretudo, para importância de que as práticas solidárias sejam pedagógicas. Sem dúvida, existe uma relação intrínseca entre Economia Solidária e Educação/Cultura. Segundo Singer (2005, p.16):

O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros.

Singer diz que os indivíduos educados no capitalismo, quando participantes das práticas solidárias, necessitam de uma reeducação coletiva, para que efetuem em conjunto a transição do modo competitivo ao modo cooperativo de produção e distribuição; devem ser, essencialmente, empoderados com base na convicção de que a economia pode funcionar de forma diferente à da lógica do capital. Esta mudança de mentalidade apresenta como consequência uma transformação cultural, havendo o processo de desenvolvimento e de maturação das experiências de solidariedade na economia. Portanto, trata-se de uma educação fundamentada em uma cultura ao cooperativismo, à solidariedade, à reciprocidade, à tolerância e que seja gestada em *práxis* da Economia Solidária. (LEITE, 2010; SINGER, 2005)

Além disso, segundo Singer (2005, p.19), “a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um novo entendimento da mesma”, até porque não há outro modo de como ensinar Economia Solidária se não for por meio da sua prática. No entanto, seus valores fundamentais precedem-na.

A Economia Solidária, desse modo, trata-se de um processo contínuo de aprendizado, e para Gadotti (2009), esta é uma *práxis*, eminentemente, pedagógica, porque as suas práticas engendram uma mudança cultural que está relacionada com a indispensabilidade de formação cultural, isto é, a eficiência das iniciativas solidárias depende não apenas dos valores econômicos e sim ao mesmo tempo de valores culturais para a sua realização. Gadotti afirma que a Economia Solidária possui a necessidade de uma educação para a cooperação e para a autogestão, uma vez que para o funcionamento dos empreendimentos tenha resultados eficientes, as pessoas envolvidas não podem participar neles com uma mentalidade capitalista; a educação via formação cultural é essencial para o desenvolvimento e o avanço da Economia

Solidária. O funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários possui uma relação de dependência com a prática da solidariedade, da cooperação, da mutualidade e da reciprocidade, por isso é fundamental uma pedagogia da Economia Solidária, a qual somente pode ser construída com a sua prática. (GADOTTI, 2009)

É precisamente porque “a economia solidária é um ato pedagógico” (Singer, 2005) que temos necessidade de construir uma **pedagogia da economia solidária**. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje. O ensino da autogestão é um exemplo prático. Como ensinar a autogestão? Só pelo exemplo. Não dá para ensinar a autogestão com “lições de autogestão”, como não dá para ensinar democracia com “lições de democracia”. Essa é uma pedagogia a ser construída com a prática. Aqui vale a advertência de Paulo Freire: “ninguém ensina nada a ninguém. Aprendemos juntos, em comunhão”. Não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura, juntos. (GADOTTI, 2009, p.35)

Por sua vez, Coraggio (2003), que não se refere, precisamente, à Economia Solidária, mas sim à Economia do Trabalho, diz que é difícil transformar a lógica capitalista em iniciativas cuja lógica proposta seja contrária à do capital, até porque a lógica do sistema capitalista trata de construções embasadas em processos históricos institucionalizando-se, formalmente, seja por meio de costumes, de comportamentos e de valores. Coraggio (2003) afirma que a Economia do Trabalho é uma forma de economia que não está orientada somente para produção, insumos e questões materiais, mas incorpora uma nova visão de mundo que apresenta a solidariedade na reprodução do trabalho. Ele tem a ideia clara de que a mudança cultural é um processo lento, por isso é necessário instituir novas formas econômicas como também novos comportamentos com sua contravenção. (CORAGGIO, 2003) Com o intuito de provocar uma mudança cultural, portanto, Coraggio (2003, p.38) pressupõe a utilização de “argumentação, diálogo, reflexão crítica, contraposição de diagnóstico, projetos e experiências novas” .

Na perspectiva de Gaiger, a Economia Solidária apresenta uma dimensão política, cuja prática estimula a participação dos sujeitos, fomenta o espectro democrático e estimula a formação deles. As práticas solidárias se estendem para além do ambiente de trabalho, uma que vez os seus participantes engajam em problemas da própria comunidade e em lutas coletivas mais amplas. Os empreendimentos econômicos solidários apresentam uma concepção de trabalho enquanto realização e emancipação e, ao mesmo tempo, são como alternativa de mercado. (GAIGER, 2009; MIGUEL, L. A. A, 2013)

Os empreendimentos econômicos solidários expressam uma germinação de formas de economia alternativas distintas da lógica mercantil capitalista e de alternativas econômicas por conformarem estabelecimentos viáveis capazes de assegurar sua reprodução social. (GAIGER, 2003, p.181)

Gaiger (2003, p.194) afirma que a Economia Solidária “não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento”. Ele não considera a Economia Solidária como um modo de produção alternativo ao capitalismo, mas sim como uma produção social específica cuja lógica opõe-se à lógica da empresa capitalista e à lógica do mercado. (LEITE, 2007). Ademais, Gaiger (2003) compreende que os empreendimentos econômicos solidários combinam suas atividades com ações educativas/culturais, uma vez que valorizam o sentido da sua comunidade de trabalho e o seu compromisso com a coletividade.

Tal qual Arruda (2005, p.37), a educação, portanto, não é como fim em si, mas parte intrínseca da *práxis* da Economia Solidária, a qual é como:

[...] via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Chamo-a de Educação da Práxis. Essa educação identifica-se pelas práticas conscientes da cooperação e da solidariedade no modo de ensinar e aprender e também nas relações entre educandos, entre esses e os educadores, e entre educadores. É uma educação centrada numa concepção não dogmática nem doutrinária do conhecimento, que se estriba na pesquisa e no diálogo como métodos essenciais da construção do conhecimento. Essa educação integra de maneira dinâmica e complementar o ato de conhecer e o ato de trabalhar.

Para Arruda, a educação está sempre voltada para construção de uma visão de mundo e de *homos*, e como consequência disto a educação promoverá a formulação de um sistema de organização e desenvolvimento da sociedade. A educação em Arruda pode estar a serviço da emancipação do trabalho no que se refere a Economia Solidária. No entanto, antes de discutir, conforme o autor, a Economia Solidária como *práxis* de uma economia centrada no ser, sentir e fazer humano, é importante mencionar a compreensão de *homos* de Arruda “como ser consciente reflexivo, livre para escolher os caminhos, o modo de organização e os instrumentos de transformar o mundo e de fazer-se enquanto pessoa e coletividade.” (ARRUDA, 2003, p.241)

A Economia Solidária está como *práxis* de uma economia orientada para educar o *homos* como ser cooperativo cujo valores éticos fundamentais são a honestidade, o amor ao

próximo, a corresponsabilidade e a solidariedade, como resultado homens e mulheres terão a capacidade de adotar de forma consciente atitudes de partilha, altruísmo, reciprocidade e convivialidade. Trata-se da construção de sujeitos históricos por meio da educação promovida pela Economia Solidária, todo trabalho educativo fundado na *práxis* aponta no sentido de um processo interativo educador e educando através do qual ambos aprendem por intervenções na própria sociedade. (ARRUDA, 2003) Portanto, para Arruda:

A educação é um dos fatores mais eficientes de desagregação, subordinação e alienação, quando usada para manipular as pessoas a fim de ajustá-las ao sistema dominante. Mas pode ser também um dos fatores mais poderosos de religação, desalienação, de emancipação, através do despertar da consciência das pessoas para os fatores de subordinação e alienação, assim como para os seus próprios potenciais enquanto indivíduos e coletividade. (ARRUDA, 2003, p. 243)

A Socioeconomia Solidária e a educação da *práxis* tem papel fundamental no processo do fazer-se humano. (ARRUDA, 2003) Para Arruda (2004, p. 05), a cooperação e a solidariedade são como elementos estruturais da educação nas redes solidárias. Um desafio fundamental para Socioeconômia Solidária é dar espaço para uma cultura matrística., esta última possui uma relação não fundada na ordem (*arché* em Grego), e sim no cuidado materno, na estima, confiança e afeto uns pelos outros. Segundo Arruda (2004, p. 04), a cultura matrística passa a promover:

[...] a democracia econômica e política, entendida como cooperação, partilha e coparticipação enquanto partes das emoções fundamentais que inspiram a ação de superar a escassez, enquanto distribuição participativa em vez de apropriação e centralização.

Quando Arruda propõe uma Socioeconomia voltada para uma cultura matrística, ele considera que à medida que as redes solidárias se desenvolvem seja em ambiente local, nacional e internacionalmente, assim, dão início para uma formação de um novo sistema e de uma nova cultura no seio do capitalismo. A mudança cultural aponta para um conjunto de valores com base na cultura matrística que passam a inspirar os modos de relação que constituem o modo de inter-relação entre os membros de uma comunidade. Como decorrência das transformações culturais, necessárias para a consolidação da Socioeconomia, Arruda (2004) afirma que os novos valores começam, deste modo, a ser transmitidos de uma geração para outra, o resultado disto é um processo de educação para a autogestão solidária. (ARRUDA, 2004)

Ao retomar à Gadotti, ele valoriza, também, a importância da formação cultural da Economia Solidária orientada não só para ética, pois, ao mesmo tempo, deve estar voltada para o sentido das emoções, ao desenvolvimento pessoal. De acordo com Gadotti (2009), o desenvolvimento humano é resultado de um trabalho em comum, uma vez que todo ser humano necessita da colaboração do outro para se desenvolver, por meio da cultura e da educação, por fim todo ser humano precisa da alteridade, e uma educação para a cooperação e a solidariedade não é somente uma opção ética, uma vez que:

Não se pode pensar numa cultura para a solidariedade sem a formação para a sensibilidade. A cultura solidária e a educação estética estão intimamente relacionadas. A educação estética mobiliza para a sensibilidade, abrindo-se para o novo, para o outro, para o diverso. Daí uma outra dimensão da educação para uma cultura solidária, que é o respeito e a valorização da diversidade cultural. Trata-se de não impor padrões culturais, mas de compartilhá-los, valorizá-los, não estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles. (GADOTTI, 2009, p. 45)

Assim, na visão de Gadotti (2009), o respeito à alteridade é essencial para *práxis* da Economia Solidária, havendo, assim, o desenvolvimento pessoal e social, é uma condição humana necessária sendo um dever educacional e uma responsabilidade social e política de todos e todas. (GADOTTI, 2009) O trabalho associativo pressupõe um processo educativo que aponta para um processo de mudança na valorização das relações simbólicas dos trabalhadores entre si, esta encontra-se calcada no respeito pela alteridade e pela diversidade cultural.

A *práxis* da Economia Solidária se aproxima da educação popular proposta por Paulo Freire, a Economia Solidária passa a ser vista como uma prática dialógica. Em sua teoria dialógica da ação, Freire (2011) diz que os sujeitos se encontram para fazer a transformação do mundo em co-laboração, uma vez que os sujeitos que se encontram para *pronúncia* do mundo, para sua transformação. (FREIRE, 2011)

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a *pronúncia* do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. (FREIRE, 2011, p.110)

Para Freire (2011, p.111), o amor é o fundamento do diálogo, “o amor é um compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa”. Contudo, não há diálogo, se não há uma intensa fé nos homens, no poder deles de fazer-se e refazer, de criar e recriar, isto é, fé na vocação deles de *ser mais*, o que é um direito de todos, portanto, a fé nos homens é um dado *a priori* ao diálogo.

O diálogo é o encontro dos homens para *ser mais* e somente este implica um pensar crítico e, portanto, havendo comunicação para educação. (FREIRE, 2011)

A educação popular proposta por Freire não é neutra ou isenta, porque educar é tomar partido pelos oprimidos e o ato de ensinar e de aprender tornam-se reflexão da ideia de uma prática social sem opressores e oprimidos, portanto, ensinar e aprender passam a ser partilha, comunhão, troca e construção. Neste contexto, a dialogicidade está orientada por uma educação problematizadora, que se faz constantemente na *práxis* e como *para ser tem que estar sendo*, então se reconhece o educador-educando com educando-educador durante o processo educativo. Pode-se vincular, de fato, a *práxis* da Economia Solidária à educação popular de Freire, sobretudo, conforme o pensamento de Singer, até porque os empreendimentos econômicos solidários são marcados como na economia popular pelo agir coletivo da colaboração, da união, da organização e da síntese cultural. Assim, nas palavras de Singer:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a Associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (SINGER: 2002, p. 9-10)

No Brasil, tendo em vista tal importância da formação cultural e assessoria técnica, para de promover os valores de cooperação, autogestão, solidariedade, valorização do trabalhador e reciprocidade, diversos grupos trabalham assessorando às iniciativas solidárias, cabe citar os de maior ênfase, como a UNITRABALHO, a Cáritas Brasileira e as universidades que servem auxiliando empreendimentos através de suas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). É importante demarcar que o maior desafio que se coloca para Economia Solidária é o deslocamento do foco do campo econômico-produtivo ao campo pedagógico e cultural.

Um dos desafios pedagógicos para Economia Solidária é a reeducação coletiva, uma vez que a educação não pode ser formulada e transmitida somente em termos teóricos, quando aspectos teóricos são postos para pensar tal prática em sentido pedagógico e cultural. Ao mesmo tempo, a vivência de experiências solidárias e as práticas de ajuda mútua são necessárias para que os sujeitos alcancem o entendimento desta *práxis*. Neste contexto, cabe

citar o trabalho do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) que utilizada nas suas práticas e estudos a Economia Solidária como dimensão fundamental da prática social e como trabalho humano e emancipador. O Programa Ensino de Jovens e Adultos (EJA) utiliza nas suas práticas e estudos a Economia Solidária fazendo uma articulação entre a educação e o mundo do trabalho. Para tratar desta articulação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Economia Solidária, foram criados os Cadernos EJAECOSOL, são seis cadernos: 1) EJA na teoria e na prática; 2) Economia solidária e mundos do trabalho; 3) Economia solidária, produção associada e autogestão; 4) Economia solidária, processo de trabalho e processo educativo; 5) As feiras de troca como espaços de aprendizagem de novas relações sociais; 6) Desenvolvimento local, tecnologias sociais e finanças solidárias. O material do EJA está posto conforme os princípios da Economia Solidária, isto é a concepção de trabalho associada à Economia Solidária. Deve-se reconhecer a dada importância deste processo de educação com base na Economia Solidária como também apontar alguns de seus desafios, como salienta:

Os desafios da relação entre a educação e o mundo do trabalho na EJA são particularmente complexos. Uma questão que preocupa é o reducionismo dessa relação à perspectiva de emprego. Esse reducionismo impede uma visão ontológica do trabalho, como constituinte do sujeito na sua totalidade. Pensar as categorias relacionadas ao trabalho no campo da EJA implica em desmistificar concepções alienantes que colocam indivíduos na condição de meros reprodutores. O lugar do trabalho na vida do jovem e adultos precisa ser o lugar do ser, onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura. (IRELANDETAL, 2005, p.98 *apud* MIGUEL, L. A. A

Sem dúvida, deve-se reconhecer que a educação possui um papel fundamental para o desenvolvimento e o avanço da Economia Solidária, uma vez que existe uma relação intrínseca entre a Economia Solidária e a Educação/Cultura, é importante frisar a necessidade uma mudança de mentalidade pelos sujeitos envolvidos em sua *práxis*, isto é, uma mudança cultural com bases nos valores de cooperação, autogestão, solidariedade e valorização do trabalhador. Assim, no referente capítulo, o debate teórico discutiu no campo cultural a Economia Solidária, no capítulo que se segue, propõe-se uma discussão, no campo produtivo, acerca da Economia Solidária sobre suas possibilidades, limites e desafios no seio do capitalismo.

CAPITULO 3

Economia Solidária e o Sistema Capitalista

O presente capítulo tratar-se-á da Economia Solidária e o Sistema Capitalista. Será realizado um delineamento sobre as possibilidades, os limites e os desafios da Economia Solidária no seio do capitalismo.

É importante demarcar o debate teórico, existem teóricos que interpretam a Economia Solidária como uma forma de transformação social entendida, até mesmo, como sendo o germe de superação do modo de produção capitalista, um enxerto do socialismo no capitalismo, outros teóricos entendem-na como um fenômeno novo e importante para a geração de renda, mas pouco alentador em termos de grandes transformações estruturais, pois esta atuaria ,apenas, no sentido de configurar-se como mais uma alternativa de geração de renda, e há os que negam-na como qualquer tipo de transformação social frisando que, essencialmente, a Economia Solidária contribui ainda mais para a precarização do trabalho devendo ser, portanto, combatida como qualquer outra forma precária de trabalho.

Este capítulo abrir-se-á caminho para o entendimento dessas discussões, assim, verificando se é possível, depois de alguns anos, uma maior convergência e, talvez, um consenso em torno de uma dessas vertentes.

3.1 A Economia Solidária em debate

Sobre a Economia Solidária em debate, no campo teórico, buscar-se-á versar acerca das possibilidades, dos limites e dos desafios às experiências de solidariedade na economia, as quais se estruturam no seio do capitalismo.

Singer diz que (2012, p.115) “a economia solidária foi concebida pelos ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social”. Segundo este autor, as concepções, especialmente, de

Owen¹² são consideradas a origem da Economia Solidária e já como experiência fundadora desta é apontada a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale¹³.

Em outras palavras, a formação da cooperativa de Rochdale é uma consequência das ideias de Owen. Singer (2012) afirma que a prática da Economia Solidária tem origem seja do cooperativismo durante o século XIX, mas a categoria da mesma é uma construção recente que está relacionada com a formação de novas cooperativas e de formas análogas de produção associada. Portanto, a Economia Solidária, nesta perspectiva, é vista como um novo cooperativismo, até porque é considerada como uma continuidade histórica do cooperativismo do século XIX e ao mesmo tempo como sendo o enxerto do socialismo no seio do capitalismo. Nos dizeres de Singer (2012, p. 111):

Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

Ainda mais, segundo Singer (2000), esse novo cooperativismo é a reafirmação dos valores do movimento operário socialista, sejam estes referentes à democracia na produção e na distribuição do próprio cooperativismo do século XIX, sejam estes na luta direta pela geração de trabalho e renda, sejam estes na luta contra a pobreza e a exclusão social. A Economia Solidária assumiu o sentido da autogestão, que pressupõe o exercício da igualdade e da democracia; para o pensamento de Singer, a Economia Solidária é um modo de produção específico de um cooperativismo autogestionário, o qual se aproximaria do socialismo. (LEITE, 2009)

A empresa solidária, para Singer, não apresenta a separação entre a posse dos meios de produção e o trabalho, uma vez que todo capital dela está nas mãos dos próprios trabalhadores. A Economia Solidária é concebida como sendo um projeto político em direção ao socialismo em que a autogestão deve ultrapassar a condição administrativa; as empresas solidárias necessitam ser administradas democraticamente, para que se tenha a autogestão; cabe frisar que a autogestão e a democracia precisam ocorrer ao mesmo tempo em uma empresa solidária. Neste contexto, a autogestão se trata de uma prática de tomar decisões em assembleia de forma coletiva, democrática, igualitária e livre, por isso todos os trabalhadores devem possuir

¹² Ver páginas 54 e 55

¹³ Ver página 53

as informações sobre os acontecimentos e sobre o conhecimento das alternativas disponíveis para resolução de cada problema da empresa. Além disso, os trabalhadores necessitam cumprir as tarefas de seu cargo e fazer um esforço adicional quando preocupando-se com os problemas gerais da empresa e assim sendo a prática democrática realmente exercida, visto que, por outro lado, o maior inimigo da autogestão, o qual pode causar degeneração da empresa solidária, é, precisamente, o desinteresse dos trabalhadores no que se tange ao esforço adicional exigido pela prática democrática. (SINGER, 2012)

Em princípio, o projeto de Economia Solidária realizado por Singer era uma política estatal de enfrentamento ao desemprego, até porque a solidariedade era vista como sendo uma estratégia de sobrevivência, nos anos de 1990, para auxiliar aos desempregados. Posteriormente, Singer atribui uma dimensão política ao seu projeto, quando retoma os ideais utópicos e socialistas encontrados no movimento operário do século XIX. Neste sentido, a Economia Solidária começava a ser vista por Singer como a luta dos trabalhadores em processo contínuo contra o capitalismo, uma vez que no campo do discurso é aplicada a luta pelo socialismo na contemporaneidade quando a Economia Solidária, o germe do socialismo no capitalismo, é interpretada como um modo de produção intersticial no seio do capitalismo.

Ademais, Singer diz que seu projeto de Economia Solidária está posto em uma ética marxista à medida que representa o interesse de classe do proletariado em sua luta contra o capitalismo. Contudo, em sua produção intelectual acerca da Economia Solidária Singer não faz uma análise sobre a relação de dominação entre classes sociais e a disputa de poder que se realizam no aparelho do Estado capitalista, uma vez que o elemento da luta política, o qual era essencial para Karl Marx pensar a transição do capitalismo ao socialismo pertinente à tomada do poder político pelo proletariado não é encontrado em Singer e sua concepção de socialismo aponta para uma revolução social como o processo que levará por si só à transição do modo de produção capitalista ao socialismo. Singer critica a importância dada à revolução política e ao planejamento centralizado da economia como no modelo socialista (crítica ao modelo soviético), enquanto instrumentos para a implantação do socialismo “de cima para baixo”. Singer propõe a construção do socialismo “de baixo para cima” por meio da organização social e a posse coletiva dos meios de produção.

Nesse contexto, o pensamento de Singer apresenta seu projeto de Economia Solidária em ressonância com as concepções dos socialistas utópicos do século XIX, porque não se contempla nele o elemento essencial da luta política apontado por Marx e ainda evidencia o caráter de denúncia e de superação das contradições capitalistas de acordo com o Socialismo

Utópico. Assim, o projeto de Economia Solidária de Singer é visto como um modelo utópico, o qual estabelece a Economia Solidária no plano do discurso.

Singer ainda afirma que o papel do Estado no que tange a Economia Solidária é enfrentar aos desafios relacionados com o financiamento, o crédito e as políticas públicas para os empreendimentos econômicos solidários. Trata-se da necessidade de implementação de fundo com recursos públicos para financiar e apoiar o investimento nos empreendimentos solidários, para que obtenham recursos suficientes para aquisição do meio de produção e para qualificação dos trabalhadores. Sendo o apoio do Estado para Singer (2002, p.92) é:

[...] um fator importante para o movimento das cooperativas de produção, por uma série de motivos. O primeiro é que os trabalhadores não dispõem de capital nem propriedades que pudessem oferecer como garantia para levantar capital no mercado financeiro. O segundo é que as firmas capitalistas, que concorrem com as cooperativas de produção, também contam com a ajuda do Estado, sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido. Portanto, para concorrer em condições de igualdade com estas firmas, as cooperativas de produção precisam do apoio do poder público.

Em sua obra *Economia Socialista* (2000), mesmo quando Singer reconhece a importância da crítica de Engels ao capitalismo como modo de produção, Singer (2000, p.11) faz a crítica à visão científica do socialismo de Engels “sobretudo no delineamento de sua organização econômica e de seu ordenamento social e político”. Conforme Singer (2000, p.15):

[...]. Esta visão de socialismo como *um prosseguimento linear do desenvolvimento capitalista das forças produtivas*. Quando Engels sustenta que o capitalismo “socializa” as forças produtivas, ele tem em vista duas tendências: 1. O capitalismo, ao desenvolver as forças produtivas, impõe a sua direção em escala cada vez maior, portanto, cada vez mais “social”. 2. Esta socialização crescente das forças produtivas inevitavelmente supera os limites da propriedade particular, substituindo no mercado a concorrência pelo monopólio, o qual já contém em germe o socialismo. Como o monopólio capitalista particular é insustentável, o Estado capitalista é obrigado a intervir, tomando para si a direção dos meios de produção que o capital particular não pode mais administrar. Ao fazer isso, o Estado, embora capitalista, aponta a solução, que só será aplicada, no entanto, quando o proletariado tomar o poder estatal: a apropriação de todas as forças produtivas pelo Estado em nome da sociedade. Essa visão do socialismo, que merece o adjetivo de “clássica”, propõe como superação do capitalismo a apropriação direta dos meios de produção pela sociedade. O Estado dominado pelo proletariado é apenas um instrumento dessa apropriação, pois tão logo ela se realiza o proletariado é abolido e o Estado começa a perecer. E como a sociedade se apropria *diretamente dos meios de produção*?

Especialmente, quando for colocado o referente problema: “como a sociedade se apropria diretamente dos meios de produção?” Singer (2000) faz crítica à essa visão do socialismo em que o Estado é somente como um instrumento de apropriação dos meios de

produção, e que deixaria de existir, posteriormente, junto com as classes sociais. Esta visão clássica do socialismo, de acordo com Singer, não apresenta qual caminho deve ser tomado para a organização da sociedade socialista e como também não aponta em termos estratégicos como seria realizada a transição de uma sociedade capitalista à uma socialista. Diante de seu apontamento sobre o problema da visão clássica de socialismo, para Singer (2000, p.77) quando não há a socialização dos meios de produção não há socialismo:

[...]. Não há socialismo sem a socialização dos meios de produção. Penso que esta é a questão central. Os clássicos definiam a economia socialista como constituída “pela livre associação dos produtores”, o que implica o fim de toda e qualquer subordinação dos trabalhadores. Se formos levar isso a sério, parece-me evidente que “socializar os meios de produção” não poderá ser submetê-los a uma vontade única, a um plano concebido e implementado a partir de um único centro de poder. Por isso, o planejamento centralizado, que foi a marca registrada do “socialismo” soviético, nada tem a ver com a socialização dos meios de produção. Se todos eles pertencem ao Estado, em tese cada cidadão é proprietário de meios de produção. Mas isso não passa de uma ficção jurídica. Na prática, o controle sobre a economia era exercido pela cúpula do partido, que também era a cúpula do Estado. E os trabalhadores continuaram tão subordinados quanto no capitalismo.

Certamente, a luta pelo socialismo na concepção de Singer envolverá as formações de Economia Solidária. Singer (2002, p.112) faz a defesa de que há a possibilidade de superação do modelo econômico capitalista por meio do modo de produção e distribuição solidário, “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”. Para Singer (2000, p.78):

A luta contra a pobreza e o desemprego mediante a constituição de cooperativas e outras formas associativas de produção, que põem em prática os princípios do cooperativismo – participação por igual na propriedade da empresa, um voto por cabeça, exercício democrático de controle etc. – é uma das mais importantes modalidades de luta pelo socialismo a partir da contradição central do capitalismo: a de marginalizar grande parte dos trabalhadores da produção social.

Por outro lado, Germer (2006) faz crítica à concepção de Economia Solidária de Singer, sobretudo, quando Singer aponta para a Economia Solidária como um modo de produção intersticial inserido no capitalismo. De acordo com Germer, está posto em Marx que a superação do capitalismo não advém da presença de um outro modo de produção ao seu lado. Haja vista nisto, para Germer (2007, p. 52) “a economia solidária se situa no campo da cooperação capitalista, não marxista, mas reconhecendo que a economia solidária é um ‘campo

heterogêneo”. Para Germer (2006, p.03), de fato, os empreendimentos econômicos solidários estavam operando em conformidade com a lógica capitalista.

Na concepção de Marx o modo de produção constitui uma totalidade complexa, cujo desenvolvimento é movido por um impulso endógeno originado das suas contradições internas. Como resultado disto os elementos de um novo modo de produção emergem, espontânea e impremeditadamente, até atingirem uma envergadura incapaz de ser contida pelos beneficiários do modo de produção vigente, o qual encontrará seu fim sob o impacto das potências transformadoras geradas pelo seu próprio desenvolvimento. Isto implica que a superação do capitalismo não resulta da interrupção do seu desenvolvimento, nem há outro ‘modo de produção’ ao seu lado, com o qual faz uma ‘síntese’ inexplicável. A superação do capitalismo resulta do seu próprio e pleno desenvolvimento. A mudança endógena tem seu núcleo gerador central em transformações que se processam nas forças produtivas, isto é, na massa dos meios de produção essenciais e do conhecimento científico correspondente, que são no capitalismo, como em todas as sociedades divididas em classes, monopolizadas por uma classe minoritária. Estas mudanças refletem-se em mudanças nas relações sociais de produção e, por via destas, estendem seus efeitos a todo o âmbito político, social, cultural, etc., e abalam a estrutura do poder de Estado, detido pela classe proprietária vigente. Ou seja, cada modo de produção constitui uma totalidade, cujo processo de mudança endógeno produz os elementos da sua própria superação. Na concepção de Singer a noção de uma totalidade em desenvolvimento desaparece, dando lugar à concepção da existência de diversos ‘modos de produção’ justapostos de um modo inexplicado. A ‘economia solidária’ parece penetrar como corpo estranho por entre as frestas do capitalismo, o que transparece na denominação de ‘modo de produção *intersticial*’, que Singer dá à suposta ‘economia solidária’ atual.

Segundo Germer (2007, p.62), a Economia Solidária “não é um projeto socialista e não reflete, portanto, os interesses do proletariado como classe”. Em contrapartida, quando aponta-se para esta crítica de Germer sobre a concepção de socialismo de Singer, Gadotti (2009) adverte que existe uma divergência entre a concepção de socialismo de Estado de Marx e a concepção de socialismo de Singer a partir da organização da sociedade. Gadotti (2009), portanto, concorda com Singer de que nos interstícios do capitalismo poderão ser construídas formas de organização da produção e do trabalho que superem as contradições do capitalismo, trata-se da construção do socialismo de baixo para cima através da organização da sociedade. (GADOTTI, 2009)

Trata-se de conquistar o estado para, depois, fazer a revolução na sociedade, ou se trata de fortalecer a sociedade civil e os trabalhadores para fazer a revolução com base na sociedade? O modelo de socialismo de estado de tipo soviético fracassou, inclusive porque adotou a lógica capitalista de mando e subordinação (não da cooperação) na gestão dos empreendimentos coletivizados. [...]. Precisamos aprender com nossos próprios erros e acertos. Sem dúvida, a economia solidária é um **embrião de uma nova sociedade**, como forma típica de um novo modo de produção, antagônica ao modo de produção capitalista. Ela permanece no campo da ética marxista, mas não em todas as suas concepções político-econômicas e estratégicas. (GADOTTI, 2009, p.40-41)

Para Singer (2012), a Economia Solidária tem possibilidade de ser mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo deixando sua condição de modo de produção *intersticial* para se transformar em uma força geral de organização da economia e da sociedade, a qual será capaz de superar a divisão de classe antagônica e a competição do capital. Neste contexto, segundo Singer, os empreendimentos solidários atuais necessitam agregar-se em um todo economicamente consistente, para assim como resultado poderem oferecer a oportunidade de trabalho e de vivência conforme os princípios do cooperativismo. Portanto, a Economia Solidária precisa criar a sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção e assim podendo a tal deixar de ser um modo de produção *intersticial* inserido no capitalismo. (SINGER, 2012) Por outro lado, no âmbito da economia, é importante frisar que Singer não desconsidera a possibilidade de a Economia Solidária ser somente uma resposta às contradições do capitalismo, quando até porque à medida que não haja seu crescimento acelerado, a Economia Solidária poderá ser como apenas uma forma de complemento à economia.

Lima e Souza (2014) quando analisam o socialismo proposto por Singer estão chamando-o de o novo socialismo, o qual cada vez mais no Brasil foi sendo substituído pelo discurso da inclusão social dos excluídos do mercado. Para Lima e Souza (2014), o novo socialismo de Singer foi transformado em uma forma alternativa de ocupação e geração de renda.

Na visão de Lima e Souza (2004), no Brasil, a proposta do movimento de Economia Solidária visava combater ao desemprego e se desenvolveu em torno da organização de cooperativas e de associações de autogestão, tratava-se de uma forma diferente de economia que estava integrada ao mercado capitalista. Entretanto, segundo Lima (2002), a partir da década 1990, passava a existir também as cooperativas de terceirização que promoviam a precarização da relação salarial. De acordo com os autores, o cooperativismo deixava seu posto de alternativa ao assalariamento na década de 2000 por razão da recuperação da economia brasileira mediante ao aumento dos empregos formais e do salário mínimo e, por outro lado, ocorreu a implementação de políticas sociais compensatórias no contexto de Economia Solidária seja em políticas públicas de governos progressistas na esfera municipal, estadual e federal.

Lima e Souza (2014), com base na argumentação de Castel (1998), afirmam que a Economia Solidária está em uma situação intermediária entre emprego e assistência, pois esta é vista como porta de saída da assistência ao emprego. Castel (1998) até reconhece a expansão das práticas com vínculo social de solidariedade, seja esta uma relação de emprego e coesão social, no entanto, estas práticas, para Castel, limitam-se às declarações de intenções e não as considera como políticas efetivas. Além disso, Castel (1998) levantava um questionamento a respeito do que se chama de tratamento “social” do desemprego, visto que para o autor não está

claro que a Economia Solidária se trata de uma proposta de retorno ao emprego ou da criação de uma situação intermediária entre trabalho e assistência, portanto, este tratamento intermediário se justificaria em situações de crise, mesmo assim seria eufemismo chamá-la de política de emprego. (LIMA; SOUZA, 2014)

A Economia Solidária é vista como uma forma diferente de economia integrada ao mercado capitalista, seja como uma proposta de ocupação e inclusão social pensada fora de uma ética marxista conforme afirmam Lima e Souza (2014). Para Lima e Souza (2014), a Economia Solidária está posta em uma situação intermediária entre emprego e assistência, sobretudo, após a criação da SENAES em 2003, quando as políticas públicas para fomento à Economia Solidária adquirem dimensão nacional, a partir disto cabe à SENAES aplicar políticas públicas que cumpram este papel de assessoria aos empreendimentos econômicos solidários. Assim, para impedir as tentativas de precarização das relações de trabalho, em junho de 2012, foi implementada a lei 12.690 do cooperativismo de trabalho, a fim de regularizar a abertura e o funcionamento das cooperativas. Posteriormente, no Governo Dilma Rousseff (2011), a Economia Solidária passou a integrar ao Programa Brasil Sem Miséria, sobretudo, o Programa de Complementação de Renda, o Bolsa Família.

Sem dúvida, para o desenvolvimento da Economia Solidária, até então, no Brasil, deve-se considerar a formação cultural das pessoas nos empreendimentos econômicos solidários, a qual está posta pelo ideário cooperativista no sentido da equidade e da criação de uma cultura própria. Tanto que, Lima e Souza (2014) constata que, no debate teórico sobre solidariedade social e Economia Solidária, as cooperativas e as associações são como uma proposta de inclusão e/ou emancipação. Neste sentido, é relevante reconhecer a potencialidade da Economia Solidária, ela transcende o ato de aprender pela vivência, visto que a mesma apresenta a proposta de solidariedade não somente como imposição da necessidade.

Por outro lado, para Santos (2010), a Economia Solidária é uma opção de ocupação e renda, porém considerada como uma forma precária de trabalho. Para Santos (2010), em *Economia Solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira*, o processo de precarização do trabalho inclui os empreendimentos de Economia Solidária, cujo participante é o trabalhador excluído que não teve oportunidade de emprego no capitalismo. Neste contexto, a exploração do trabalho está em função dos empreendimentos econômicos solidários possuírem a necessidade de competir com as empresas capitalistas no mercado e assim precisarem manter um baixo investimento em capital e apresentarem, relativamente, elevado grau de exploração da força de trabalho. Para Santos (2010), portanto, a Economia

Solidária não é uma solução para o processo de exclusão social e desemprego-estrutural, até porque, segundo este autor, os empreendimentos econômicos solidários indicam uma exploração da força de trabalho, remunerações baixas e elevado grau de informalidade. (SANTOS, 2010)

Em *Economia Solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira*, Santos (2010) não faz nenhuma consideração à relação existente entre Economia Solidária e Educação/Cultura, este autor não faz a discussão sobre a formação cultural estabelecida pela *práxis* da Economia Solidária no interior dos empreendimentos solidários, uma vez que não considera a importância da solidariedade e da formação cultural para comportamento social da Economia Solidária. Por outro lado, é imprescindível retomar o pensamento de Singer (2012), quem afirma categoricamente que a Economia Solidária exige uma reeducação coletiva das pessoas que foram formadas no capitalismo e seu aprendizado, de fato, faz-se com a prática, o comportamento econômico solidário apenas há quando é recíproco. Sendo assim, Singer, sem dúvida, ao contrário de Santos (2010), reconhece a importância da relação intrínseca entre Economia Solidária e Educação/Cultura para o desenvolvimento da Economia Solidária.

De verso, Gaiger (1998, p.03) reconhece o potencial de transformação social da Economia Solidária.

Atualmente, torna-se mais receptiva a interpretação que admite serem respostas necessárias a demandas urgentes, vendo aí ademais a base para uma reconstrução do tecido social em que vivem as classes populares, cuja tendência à decomposição, sem essa ação contraofensiva, alcançaria níveis intoleráveis. Sendo assim, o autor propõe compreender o solidarismo econômico como a possível gênese de uma nova forma social de produção.

Para Gaiger (2003), a Economia Solidária, até o conhecimento apreensível, não se trata de um modo de produção, é de fato uma forma de produção social específica que apresenta uma potencialidade de transformação social em processo de mudança estrutural de caráter político e social. Os empreendimentos solidários econômicos apresentam relações sociais de produção que são diferentes das assalariadas, uma vez que as suas práticas de autogestão e de cooperação possuem uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção. O autor reconhece que o solidarismo contribui para emancipação do trabalhador, por outro lado, a Economia Solidária apresenta seus limites, uma vez que os empreendimentos econômicos solidários possuem limites no plano de circulação e distribuição de seus produtos. Estas limitações demonstram a ausência de autonomia no âmbito de comercialização e de consumo,

o que restringe qualquer concepção sobre a Economia Solidária como sendo um novo modo de produção. (GAIGER, 2003; 2002)

Nesse quadro de referência, os empreendimentos econômicos solidários não apresentam mecanismos de exploração de trabalhadores e assim apresentam natureza distinta das empresas capitalistas, neles se manifestam uma lógica, que se opõe à lógica do capital, portanto, é diferente da lógica da empresa capitalista e da lógica do mercado. A originalidade dos empreendimentos econômicos solidários conforme as análises teóricas e empíricas de Gaiger encontram-se na combinação entre o espírito empresarial e o espírito do solidarismo, (LEITE, 2005) Por outro lado, esta nova racionalidade distingue-se do “novo cooperativismo” enaltecido por Singer, que se trata de uma tentativa de retomar aos princípios de atribuir tamanha importância à democracia e à igualdade no interior dos empreendimentos e porfiar na autogestão e no repúdio ao assalariamento.

Segundo Gaiger, o espírito empresarial, cujo empreendedorismo envolve a eficiência e a viabilidade aos empreendimentos, compreende as ações planejadas em busca de resultados imediatos gerando assim as condições favoráveis à preservação dos mesmos em médio e longo prazo. Concomitantemente, há o espírito solidário, que inclui a autogestão, esta é vinculada à participação coletiva, à democracia e à autonomia na gestão e na condução dos empreendimentos. Além disso, o solidarismo inclui a cooperação, que funciona como vetor de racionalização produzindo ganhos materiais e vantagens monetárias aos empreendimentos, portanto, contando com os valores e com as práticas de mutualidade, com o compromisso social e com a gratuidade no âmbito interno e externo dos empreendimentos. (LEITE, 2005)

É preciso apontar que, no Brasil, ainda frisando o pensamento de Gaiger, o solidarismo promove uma ruptura com a tradição cultural do padrão paternalista, clientelista e assistencialista que atinge às populações pobres. Nota-se que os empreendimentos econômicos solidários apresentam uma dimensão política, até porque a formação cultural estabelecida pelo solidarismo permite que os participantes dos empreendimentos apresentem um vínculo ético-político fundando o próprio pertencimento de todos em um mesmo espaço de retribuição e de solidariedade. Sem dúvida, o solidarismo estabelece uma formação cultural promovendo uma nova cultura entre seus participantes. (LEITE, 2005)

Segundo Gaiger (2002), a Economia Solidária convive, juntamente, com outras práticas econômicas, neste contexto, esta é vista como participante de uma economia plural, por isso, sua perspectiva aproxima-se a de Laville, ambos autores vinculam a Economia

Solidária à economia plural, tanto que escreveram juntos o verbete: “*Economia Solidária*”, na obra intitulada de “*Dicionário Internacional da Outra Economia*”, em que afirmam que:

[...] A gênese das iniciativas de economia solidária repousa ainda em fatores mais específicos, como o grau de compatibilidade entre as práticas costumeiras de economia e os formatos associativos, o passado de cooperação das categorias sociais envolvidas e a presença de lideranças genuínas. Aquelas experiências que evoluíram, dando provas de viabilidade, entusiasmaram intelectuais e ativistas. O clima de franco otimismo levou à rápida profusão de entidades, movimentos e redes, articulando as iniciativas e ampliando as possibilidades de ação política. O avanço econômico das experiências realiza-se mediante a conjugação de três tipos de recursos: aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros, exercida via prestações ao coletivo livres de contrapartidas; os recursos públicos, angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca. Esses agenciamentos simultâneos levam a economia solidária a ser partícipe de uma economia plural, constituindo-se suas iniciativas em tipos híbridos, entre as economias pública e privada, como exemplificam as empresas sociais. (GAIGER, LAVILLE, 2009, p. 166)

Laville como teórico de tradição Polanyiana¹⁵ possui um olhar ampliado a respeito da dinâmica e do comportamento econômico, ele concebe a economia de forma plural, como uma prática em que existem ao mesmo tempo diversos princípios em constante interação, ou seja, trata-se de diferentes lógicas de economia em interação. Conforme tal perspectiva, coexistem o princípio mercantil e os princípios de redistribuição e de reciprocidade na dinâmica econômica, a partir desta visão é possível ir além da concepção de economia de mercado como única forma de produção de riqueza e oportunidade de empregos, até porque há outras práticas econômicas com distintas lógicas que estão em interação como, por exemplo, uma das tais, é a Economia Solidária.

É importante esclarecer que em uma economia plural está posto que as empresas capitalistas não configuram a única forma possível de empresa, por exemplo as iniciativas solidárias são referências de outras formas de produção de riqueza e de geração de empregos.

Quando o assunto é a Economia Solidária no Brasil, França Filho e Laville (2004) afirmam que o fenômeno aborda diversas formas de cooperativismo e iniciativas sob a forma associativa, isto é, como os casos de organizações não governamentais e de fundações. Também no contexto histórico do país não se deve caracterizar a Economia Solidária propriamente como um fenômeno emergencial, uma vez que a estrutura econômica da sociedade brasileira historicamente foi marcada por um processo de exclusão social em sua

¹⁵ Ver página 43

constituição e em seu desenvolvimento, pois muitas das práticas atuais de Economia Solidária apresentam ações cuja origem é a chamada economia popular. Segundo os autores, no Brasil, existe uma tradição de economia popular, a qual hoje é compreendida como alicerce para a construção de uma Economia Solidária, por razão dos laços de solidariedade já existirem antes nestes grupos sociais da economia popular. Portanto, para Laville e França Filho, é importante dizer que o fator inovador nestas formas variadas de iniciativas solidárias no Brasil foi, de fato, um amplo contingente de novos desempregados incluídos nelas devido ao panorama político brasileiro marcado pela ascensão do projeto neoliberal e seus ajustes estruturais na economia. (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004)

França Filho e Laville defendem que a Economia Solidária é uma outra forma de economia e por meio da qual os indivíduos excluídos do mundo trabalho podem participar do espaço do trabalho. A Economia Solidária é uma outra forma de realização da economia que coexiste com o mercado, o qual é a forma econômica dominante, neste sentido, a Economia Solidária dá existência à uma economia para além do mercado. Em outras palavras, na concepção destes autores, as iniciativas solidárias possuem as relações mercantis, as não mercantis com o Estado e a relação não-monetária com elas mesmas.¹⁶

Para Laville e França Filho, além do mercado, há outras formas de economia que podem incluir socialmente os indivíduos. A Economia Solidária não se encontra posta contra o mercado, ao contrário, as práticas solidárias colocam a economia juntamente com o mercado.

A proposta de Laville sobre a Economia Solidária apresenta a perspectiva de democratizar a economia e não são considerados a substituição do Estado pela sociedade civil nem a dissolução da sociedade civil no mercado. Sobretudo, a proposta de Laville tem o propósito de proporcionar um reforço mútuo entre democratização da sociedade civil e democratização das instituições públicas. A Economia Solidária não tem o intuito de substituir o modo de produção capitalista, e sim é uma tentativa de articular a economia mercantil com a não mercantil para tornar possível que a economia de mercado, a qual é excludente, possa coexistir com as práticas solidárias cujas bases estão nos princípios econômicos de reciprocidade e de domesticidade.

Por outro lado, Laville (2004) diz que os desafios da Economia Solidária são encontrados quando se busca acumular vantagens na economia monetária capitalista e também como dar visibilidade a esta outra forma de fazer economia numa economia plural que

¹⁶ Ver a página 44

predomina a economia de mercado, ou seja, de que modo demonstrar a existência das iniciativas de Economia Solidária e retirá-las do anonimato. A riqueza social produzida pelas práticas solidárias não tem o propósito de substituir o trabalho assalariado inerente ao capitalismo, é importante esclarecer neste ponto que o capitalismo pode, portanto, contribuir para multiplicação das oportunidades de emprego, quando reduzir o preço de venda do serviço solidário e assim facilitar a manutenção de um vínculo com os usuários e os demais parceiros. Realmente, Laville defende uma interação de economias. (SANTOS, 2010)

Laville também pensa o desenvolvimento e a expansão da Economia Solidária a partir do território local, para este autor a Economia Solidária tem como característica a autonomia institucional, isto é, as práticas socioeconômicas solidárias são autônomas em relação ao controle de outras instituições, no entanto isto não significa que não possam receber apoio das mais variadas formas e até mesmo os vindos do Estado. Além disso, as articulações econômicas e políticas para promover o desenvolvimento destas práticas devem ser realizadas a partir do território, assim, criando as redes de serviços solidários na esfera local como no caso europeu.

É importante ressaltar que este novo fenômeno da Economia Solidária analisado por Laville, a partir dos anos de 1990, na Europa, sobretudo na França, não tem a potencialidade de apresentar condições que levem a sociedade para outro modo de produção, pois a Economia Solidária nesta condição busca democratizar a economia, sendo assim, não se pretende a substituição do Estado pela sociedade civil nem realização da dissolução da sociedade civil no mercado. Portanto, a Economia Solidária não se encontra posta contra o mercado e nem de forma complementar a ele, mas sim ela está colocada juntamente com o mercado numa economia plural. Havendo, desta maneira, uma articulação entre economia de mercado, economia estatal e Economia Solidária.

Contudo, neste contexto ao tomar como referência a perspectiva de Laville, há uma fragilidade de sustentação da Economia Solidária, pois esta se defronta com uma economia de mercado considerada forte e com a economia estatal, redistributiva, burocratizada e inclinada a agir segundo as orientações da primeira. Assim, a Economia Solidária é mais uma proposta no seio do capitalismo que não tem o poder de transformação social para superar o modo de produção dominante, nem expressa possibilidade para tal em sua racionalidade que articula economia mercantil, não-mercantil e não monetária, uma vez que o trabalho que produzirá a riqueza social não substituirá o trabalho assalariado situado no capitalismo. A Economia Solidária tem dificuldade de acumular vantagens na economia monetária capitalista e até

mesmo de adquirir visibilidade numa economia plural, como também de conseguir demonstrar para sociedade que existe uma outra forma de fazer economia que é menos excludente como a economia de mercado considerada ontologicamente excludente.

Ademais, deve-se reconhecer a importância da formação cultural para a Economia Solidária analisada por Laville, mesmo que em suas práticas os princípios do cooperativismo do século XIX tenham adquiridos novos significados no atual contexto social e político, uma vez que seus participantes são trabalhadores autônomos que buscam sua inserção social junto à economia de mercado. Ainda assim, para a Economia Solidária, neste contexto, há a necessidade de uma formação cultural no sentido que implica a solidariedade democrática, que é o seu cerne.

Bem diferente de Laville, porém Arruda compreende também que há a possibilidade de se fazer uma outra economia. Para Arruda (2003, p.224), “no interior da economia globalizada, dominada pelo capital e pelo consumismo [...] emerge uma diversidade de outras maneiras de organizar o consumo, a produção, o comércio, as finanças, a comunicação e a educação”. Uma destas diversas formas é as várias de práticas de Economia Solidária. Ao contrário de Laville, Arruda não defende uma hibridação de economias e sim aponta para a Economia Solidária como uma nova proposta de organização da economia e da sociedade, isto concorde sua convicção de que existe a possibilidade para realização de uma Socioeconomia Solidária Global, que supere a alienação do trabalho, mecanismo da exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista.

Neste contexto, como estratégia para o desenvolvimento da Socioeconomia Solidária no âmbito nacional e internacional, haverá três fases para sua realização, em primeiro momento, é necessário, conforme Arruda (2004), através do autodesenvolvimento solidário realizar a superação do trabalho alienado produzido pelo capitalismo. Este autodesenvolvimento contará com a expansão de empresas e de cooperativas solidárias, a partir de quando são realizados o aumento e a diversificação do número de iniciativas solidárias nos variados setores que elas atuam, para que assim possam constituir as interconexões econômicas, comerciais e financeiras, as quais são embasadas nos valores da colaboração, da reciprocidade, do respeito próprio e pelo outro. (ARRUDA, 2004)

Já em um segundo momento para Arruda, deverá existir uma Socioeconomia Mista, à proporção que são desenvolvidas as iniciativas solidárias no meio local, nacional e internacional ocorrerá, gradualmente, uma mudança cultural. Como consequência, no seio do capitalismo, emergirá uma cultura matrística, a qual está fundamentada no cuidado materno,

na estima, confiança e afeto uns pelos outros. (ARRUDA, 2004). Arruda faz a defesa de sua convicção acerca de uma necessidade de mudança cultural, para que se possa desenvolver a Socioeconomia Solidária.

Posteriormente, durante o terceiro momento, segundo Arruda, tem-se uma Socioeconomia Solidária Local-Global, quando as redes econômicas de colaboração solidária terão a possibilidade de se tornarem suficiente fortes para operarem uma mudança cultural, a qual para a história serão o nascimento de uma outra economia e de uma cultura matrística transformada em *ethos* planetário. Na visão de Arruda, o desafio fundamental da Socioeconomia Solidária é, justamente, suplantando a cultura atual que promove o consumismo e a dependência de relação ao Estado, o qual hoje, para o autor possui um papel de garantir a “liberdade” do mercado e manter o capital privado como sujeito legítimo, seja por manipulação ideológica ou seja por coerção, como também é um desafio vencer o estado de dependência aos padrões técnicos dominantes e ao mercado financeiro. (ARRUDA, 2004)

Trata-se da construção de redes não hierarquizadas de relações econômicas e humanas que tem como valor central, o *homo*, seu trabalho, seu saber socialmente acumulado, sua criatividade, e como objetivo a resposta às necessidades materiais e imateriais de cada pessoa e coletividade de forma justa, fraterna e sustentável. (ARRUDA, 2003, p.224)

Para Arruda (2004, p.03), a Economia Solidária configura-se quando, sobretudo, os homens “se empoderam para ser os sujeitos da sua vida e do seu próprio desenvolvimento e o Estado, o capital, o desenvolvimento econômico e o tecnológico passam ser concebidos como meios para viabilizar o desenvolvimento humano e social”. Um dos desafios da Socioeconomia Solidária, portanto, é o empoderamento e o desenvolvimento da sociedade civil, à medida que ela diminui cada vez mais sua dependência das instituições do Estado e do Capital. Trata-se de uma mudança estrutural das relações sociais nacional e internacional para formação de redes de colaboração e cadeias solidárias para atingir todos os setores da sociedade. Como decorrência disto, o Estado democrático passa a ser um projeto comum, cujo papel é de promover um sistema de convivialidade alicerçado na cooperação, respeito mútuo e pleno desenvolvimento de cada um e de todas as cidadãs, cidadãos e comunidades, como também a colaboração solidária é, neste sentido, a forma predominante e fundamental de relação social. Ademais, a democracia se torna efetiva quando há formação de um sistema humano e social, ou seja, um espaço socioeconômico, mental e psíquico de partilha, de respeito mútuo, de cooperação e de coparticipação. (ARRUDA, 2004).

Em termos de uma valorização da Educação/Cultura, Arruda faz uma proposta de economia e sociedade calcada numa nova cultura matricial, pois esta exige uma formação cultural para se estabelecer. A proposta de Arruda pretende uma transformação que transcende as instituições e o modo de produção, uma vez que esta possui uma dimensão existencial e espiritual do ser humano. A Socioeconomia é posta como prioridade social. A Socioeconomia é vista como um sistema aberto e firmado nos valores da cooperação e da partilha, da solidariedade e da autogestão tendo como referência desejos e aspirações da pessoa, da comunidade e da sociedade.

Ademais, Arruda pensa a Socioeconomia Solidária a partir do território, pensa esta como redes de colaboração e cadeias solidárias de produção desde o nível local do território. Neste contexto, um dos maiores desafios para realização da Socioeconomia é a emancipação de cada ser humano e ainda o atendimento de uma dupla demanda: a reprodução simples (sobrevivência) e a reprodução ampliada da vida (individual, comunitário e social). Contudo, apenas poderá ser viável e efetiva uma mudança estrutural das relações sociais, quando as práticas inovadoras da Socioeconomia que entrelaçarem-se umas com as outras para formação e expansão de redes de colaboração e cadeias solidárias de produção. Portanto, o que Arruda está propondo não é apenas outra forma de fazer economia, mas sim uma filosofia de vida que contempla a esfera individual, social, política e econômica.

Coraggio (2003), assim como Arruda, afirma que o trabalho não deve ser reduzido à mercadoria e ao trabalho alienado. Para resolver solidariamente a questão da reprodução do trabalho, Coraggio vincula a economia do trabalho com o sentido estratégico da política e, portanto, à economia pública.

De acordo com Leite (2009), Coraggio (2000, 2003) não tem a intenção de desenvolver o conceito de Economia Solidária e sim suas reflexões teóricas estão apontadas para as unidades domésticas cujas extensões são como os micro-empresendimentos, as associações e as cooperativas. Neste sentido, suas análises são desenvolvidas em torno do conceito de Economia do Trabalho sobre os trabalhadores e suas células de organizações domésticas.

Segundo Coraggio (2003), as políticas neoliberais provocaram um acentuado desemprego, o capitalismo encontrava-se incapaz de inserir a população de trabalhadores em seus empreendimentos. Assim, os trabalhadores em busca de formas de sobrevivência ao neoliberalismo, a partir de então começavam a organizar uma multiplicidade de iniciativas individuais e coletivas, que passam a competir entre si, sejam estas com os valores de mercados

capitalistas e outras sejam com os valores da solidariedade. Tratava-se de uma economia fragmentada e heterogênea, que representava um vasto setor constituído de uma diversidade de formas econômicas de sobrevivência, e foi, portanto, este denominado como Economia Popular.

Nesse amplo leque da Economia Popular, tem-se uma extensão da vida doméstica, ou seja, uma forma de economia cujas células organizadoras são as unidades domésticas e suas extensões como os pequenos empreendimentos, as associações coletivas e as cooperativas. Esta forma de economia foi definida como Economia Doméstica, a qual busca a reprodução da vida social e biológica, assim a Economia Popular passa a ser vista como uma extensão da Economia Doméstica voltada para reprodução da vida dos membros da unidade doméstica e suas extensões.

Tal trabalho doméstico embora seja para autoconsumo também está vinculado à uma economia capitalista no sentido que há venda da força de trabalho assalariada, a compra de produtos de empresas capitalistas, além da sua participação em uma economia pública como trabalhadores públicos, como usuários de serviços públicos, como contribuintes de impostos e como cidadãos. Ao mesmo tempo em que, trata-se de uma economia social vinculada ao mercado através de organização de empresas solidárias como empresas cooperativas e como empresas associativas.

Entendemos essa economia popular como a base para o desenvolvimento de um sistema ou subsistema de uma economia alternativa cujo sentido seria dado pelo princípio da reprodução ampliada da vida cujo sentido seria dado pelo princípio da reprodução ampliada de todos. Penso não em um agregado caótico, mas em um sistema com pretensão de ser alternativo ao sistema capitalista que produz esta economia popular como resultado da exclusão e da exploração do trabalho. Não é suficiente pensar em uma reprodução ampliadas dos membros de cada uma das unidades domésticas, porque o sistema precisa ser estrutural ou conscientemente responsável pela reprodução ampliada da vida de todos os membros da sociedade. Deve ser pensado como um sistema, no qual, para que cada um possa ter sua qualidade de vida garantida, os demais também a tenham garantido, e que todos garantam, com seus comportamentos de massa e seus projetos coletivos, as condições gerais de vida humana (meio ambiente, paz social, justiça, etc.). Existe, portanto, aqui um elemento adicional, orgânico, de solidariedade. É a esse sistema que propomos chamar de Economia do Trabalho, por estar centrado nas capacidades dos trabalhadores e na lógica da reprodução de suas vidas e não na lógica da reprodução capital (economia empresarial capitalista) ou do poder político (economia pública). Esse sistema teria, sem dúvida, um forte componente associativo de solidariedade da classe trabalhadora num sentido mais amplo, ou seja, nós não estamos falando aqui dos pobres, nós estamos falando de trabalhadores e de suas células de organização, até mesmo os intelectuais, que precisam reproduzir a sua vida através do trabalho. (CORAGGIO, 2003, p. 36)

Neste quadro de referência, a reflexão teórica de Coraggio sobre a Economia do Trabalho “é entendida pelo autor como uma economia social que vai além dos interesses individuais e que busca, primordialmente, a criação de bens coletivos”. (LEITE, 2009, p.35) Coraggio em seu conceito considera a produção de mercadorias e o social, a Economia do Trabalho incorpora a forma de viver e de reprodução da sociedade, pertinente, aos seus comportamentos e valores simbólicos. A Economia do Trabalho apresenta uma lógica diferente daquela orientada pelo mercado, e sim há produção de outra ética, outra cultura e de outros valores. No entanto, “Coraggio admite as possibilidades de relações de concorrência ou até de exploração no interior dessa economia em vez de relações de solidariedade” (LEITE, 2009, p. 36)

A economia do trabalho alude às formas de organização da produção de acordo com uma lógica reprodutiva da vida. Nelas se incluem os processos autogestionados pelos trabalhadores, sejam individuais ou coletivos – empreendimentos familiares, associações que organizam as condições de vida, caixas de consórcio e cooperativas. Essas modalidades abrangem também os trabalhos doméstico e comunitário, as diversas formas de associação para melhora dos termos de troca e, certamente, o trabalho assalariado, mesmo sob a direção do capital e a tensão relativa à busca por uma crescente autonomia e emancipação dos sistemas produtivistas, tayloristas ou toyotizados. Nessa perspectiva, o trabalhador não é o proprietário de um recurso organizado pelo capital, mas o sujeito da produção, em pugna por sua autonomia a partir do cerne do sistema capitalista. (CORAGGIO, 2009, p, 120)

Assim, é importante frisar que “[...] Para Coraggio, a Economia do Trabalho aparece apenas como uma possibilidade que não obrigatoriamente deverá ocorrer (LEITE, 2009, p. 36). Em síntese, apesar de Coraggio analisar a Economia do Trabalho como uma forma de economia alternativa ao capitalismo, ele não se posiciona como a mesma sendo, de fato, transformadora ao tanto de superar a matriz econômica capitalista, a Economia do Trabalho, passa ser vista, portanto, como uma possibilidade em aberto podendo se concretizar ou não no futuro.

Assim, o debate teórico realizado, neste terceiro capítulo, aponta para as diversas interpretações sobre o fenômeno da Economia Solidária, trata-se de uma realidade complexa e heterogênea neste vasto leque que largamente se convencionou chamar de Economia Solidária. Sem dúvida, a Economia Solidária quando posta em debate é importante considerar concomitantemente seu campo econômico-produtivo e seu campo cultural, uma vez que há, de fato, uma relação intrínseca entre a Economia Solidária e a Educação/Cultura. Portanto, evidentemente que a Economia Solidária enfrenta limites seja no plano de circulação e

distribuição e seja de comercialização de seus produtos, uma vez que há a necessidade de criação de uma dinâmica própria para Economia Solidária. De fato, há uma defasagem tecnológica dos meios de produção e a necessidade de recursos para financiar e apoiar os empreendimentos econômicos solidários para aquisição de meios de produção e para qualificação dos trabalhadores. Além disso, um dos quesitos fundamentais para realização da Economia Solidária trata-se de uma reeducação coletiva para sua *práxis*, a precisão de um espaço coletivo propício ao desenvolvimento da cidadania, especialmente, no que se referente a implantação de uma incubadora tecnológica para apoiar de forma técnica e cultural como também para assessorar aos empreendimentos.

Considerações Finais

O objetivo central, ao qual esta pesquisa se propôs, foi analisar o debate teórico sobre a possibilidade de a Economia Solidária ser uma proposta alternativa ao capitalismo ou ser apenas mais uma proposta no seio do modo de produção capitalista. Foi demarcada, em linhas gerais, a diversidade de interpretações sobre o fenômeno da Economia Solidária no campo produtivo-econômico, como assim também foi analisada, no campo cultural, a relação existente entre Economia Solidária e Educação/Cultura.

Os empreendimentos econômicos solidários precisam apresentar uma combinação de o espírito solidário com o empresarial, porque suas ações planejadas devem ser em busca de resultados imediatos ao seu funcionamento e ainda gerando as condições favoráveis para sua preservação em médio e longo prazo. Os tais podem se relacionar ao mesmo tempo com o mercado, com o Estado, seja na esfera municipal, estadual ou federal, e entre si próprios formando uma rede de empreendimentos econômicos solidários.

Ademais, a Economia Solidária seja como geração de renda pode funcionar seja como uma alternativa de emprego, a qual vise combater ao desemprego, para promover a inclusão e o desenvolvimento sociais aos excluídos do mercado formal de trabalho. Ou, por outro lado, a Economia Solidária seja como uma oportunidade de geração de renda aos que buscam trabalhar com base neste novo comportamento econômico que se opõe à lógica da empresa capitalista que se pauta pela divisão entre o capital de um lado e o trabalho assalariado de outro.

Sem dúvida, não deve entender a Economia Solidária por si só ser uma proposta de geração de renda atuando apenas como uma resposta de combate ao desemprego, para inclusão social dos quais não tem oportunidade de emprego no mercado de trabalho. A Economia Solidária pode ser uma proposta de geração de renda para todos que busquem trabalhar em uma forma de produção social que não envolva o modo competitivo de produção. É preciso valorizar e reconhecer seu potencial de uma nova racionalidade produtiva pautada na combinação do espírito empresarial e o solidário podendo ser uma proposta profícua e promissora de produção social específica, uma vez que, apesar dos limites e desafios, sobretudo no referente à circulação e consumo de seus produtos, isto seja na relação da Economia Solidária com o mercado, até porque os empreendimentos solidários são estruturados no seio

do capitalismo, os empreendimentos são capazes de apresentar ganhos econômicos e vantagens monetárias.

A iniciativa da organização dos empreendimentos solidários precisa partir dos próprios trabalhadores, que quando se organizam vão em busca da sua reinserção na economia através de estratégia da solidariedade. Por outro lado, cabe ao poder público, este voltado de fato aos interesses sociais com uma política de geração de renda, elaborar e desenvolver políticas públicas para o fomento e o apoio técnico aos empreendimentos para aquisição de meios de produção e para qualificação dos seus trabalhadores, como também auxiliar a circulação e a distribuição de seus produtos em referente à comercialização e consumo no mercado. Portanto, para concorrer em condições de igualdade com as empresas capitalistas, os empreendimentos econômicos solidários necessitam do apoio do poder público, que dentre várias possibilidades, podem ser apoiados sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido aos empreendimentos.

É importante frisar que os desafios da Economia Solidária não se encontram somente no campo produtivo e sim também no cultural, uma vez que a Economia Solidária exige uma mudança de mentalidade daqueles que dela participam, até porque as pessoas formadas no capitalismo que vão perfazer em conjunto a transição do modo competitivo para o modo cooperativo de produção e distribuição necessitam de uma educação firmada no comportamento econômico e social da Economia Solidária. Sem dúvida, a Economia Solidária requer uma reeducação coletiva, não é possível uma pessoa participar de um empreendimento econômico solidário com uma mentalidade capitalista; para que os empreendimentos solidários funcionem, as pessoas devem estar com uma mentalidade cuja base está fundamentada na cooperação e na partilha, na solidariedade e na autogestão. As pessoas que vão participar da Economia Solidária precisam ter o conhecimento que vão construir uma nova cultura durante as práticas solidárias, pois a Economia Solidária envolve uma nova racionalidade produtiva, e sobretudo, também, um novo comportamento social que pense e aja por uma sociedade que seja solidária e não seja competitiva.

O papel da Educação é fundamental para o sucesso da Economia Solidária, há uma necessidade de formação cultural aos seus participantes, a reeducação coletiva para a Economia Solidária realiza-se por meio da formação cultural, até porque a cooperação e a autogestão só se aprendem praticando-as. A Economia Solidária envolve um processo contínuo de aprendizado. Um dos desafios pedagógicos é a reeducação coletiva, a educação não pode ser formulada e transmitida somente em termos e aspectos teóricos para que seja pensada a prática

solidária em sentido pedagógico e cultural, uma vez que, ao mesmo tempo, são necessárias a vivência e as experiências solidárias e as práticas de ajuda mútua, para que se tenha o entendimento do que seja, realmente, a Economia Solidária.

Todas as práticas e as experiências existentes no vasto campo do que se convencionou chamar largamente de Economia Solidária abrangem uma mudança cultural que somente a formação pode estabelecer. Neste sentido, compreendemos a necessidade de grupos trabalharem assessorando às iniciativas solidárias e sejam exemplos notáveis no Brasil: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), as quais são um espaço coletivo propício ao procedimento da incubação.

No contexto de uma mudança cultural, as práticas solidárias vão contribuindo para a valorização do trabalhador, à medida que se acentuam a densidade do vínculo solidário nos empreendimentos; ainda mais a Economia Solidária apresenta uma dimensão política quando sua prática estimula a participação popular e fomenta o espectro democrático e compromisso com a coletividade. Pode-se afirmar que a Economia Solidária não deve ser compreendida apenas como uma proposta de geração de renda, até porque ela pode ser uma forma de produção social específica que apresenta potencial de transformação seja em caráter político e seja social.

Neste sentido, a possibilidade de a Economia Solidária ser uma proposta alternativa ao capitalismo ou ser apenas mais uma proposta no seio do modo de produção capitalista, a resposta que se atingiu com esta pesquisa bibliográfica no campo econômico-produtivo foi esta: a Economia Solidária é alternativa de distribuição e geração de renda, no seio do capitalismo, uma vez que, para Gaiger, a Economia Solidária é uma proposta alternativa à lógica da empresa capitalista e à lógica do mercado, cujas bases estão fortemente calcadas no solidarismo. Concomitantemente, no campo cultural da Economia Solidária, concordamos com Singer quanto à necessidade de uma formação cultural às pessoas que atuam nos empreendimentos econômicos solidários, sendo que as pessoas educadas no capitalismo tem a necessidade de ser reeducadas no comportamento social da Economia Solidária, para que os empreendimentos econômicos solidários realmente funcionem, o funcionamento destes exigem uma mudança de mentalidade, não é possível participar da Economia Solidária com uma mentalidade capitalista, a única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a.

Importante considerar o pensamento de Gadotti de que a Economia Solidária exige uma pedagogia própria ocorrida na sua *práxis*, a qual deve ser realizada respeitando a

diversidade cultural e a alteridade em seus talentos individuais. Além disso, as práticas dialógicas de Freire e sua educação problematizadora estão em consonância com a Educação/Cultura da Economia Solidária, uma educação para *ser mais*.

Portanto, a Economia Solidária exige uma nova cultura para o seu avanço e desenvolvimento, a necessidade de o homem *ser mais*. Neste sentido, para uma pedagogia da Economia Solidária trata-se de educar o homem para *ser mais* conforme a prática dialógica de Freire no contexto de uma educação problematizadora, o desenvolvimento pessoal e social, de fato, é uma condição humana necessária, um dever educacional e uma responsabilidade social e política de todos e todas, em que a educação se re-faz constantemente na *práxis*.

Referências:

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALTVATER, E. *O preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E.; GENTILI, P (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. São Paulo: UNESP, 1997

ARRUDA, M. *Humanizar o Infra-Humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES: 2005-2007. Anual.

BACIC, M. R. *Economia Solidária*. Campinas: ITCP/Unicamp, 2008. 22 p. Texto para Aula. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Economia_Solidaria_Basic.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BOYER, R. *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.

BORINELLI, B. SANTOS, L.M.L do. PITAGUARI, S.O. (Orgs). *Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional*. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

BORON, A. *Estado Capitalismo e Democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRUNHOFF, S. *A Hora do Mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1991.

CASTRO, B.G. de. *A Economia Solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. UNICAMP, 2009.

CASTRO, R.P. “*Tecnologia, Trabalho e Educação*” in Cadernos ANPED, Belo Horizonte: out/1994, p. 35-37.

CATANNI, A.D. LAVILLE, J.L. GAIGER, L.I. HESPANA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia São Paulo*: Edições ALMEDINA, AS, 2009.

CHENAIS, F. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORNELIN, A.R. *A concepção de “Economia Solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Sociologia, UNESP, 2006.

CORAGGIO, *Política social e economia do trabalho*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CORREA, L. O. R. *Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário*. Porto Alegre: p. 19. Disponível em: <http://www.ufgrs.br/faced/pesquisa/niepeeja/pefjat/economia_solidaria_popular.p>. Acesso em: mai. 2014.

CUNHA, G. C. *Economia Solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do Programa de Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, USP, 2002.

EID, F. *Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de empreendimentos de economia solidária*. In: Picanço, I.; Tiriba, L. (Orgs.). *Trabalho e educação - Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da Economia Popular Solidária*. 1 ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2004, v. 1, p. 167-188.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FERREIRA, E. *A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção*. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

GADOTTI, M. *Economia Solidária como práxis pedagógicas*. São Paulo: Ed, L, 2009.

GAIGER, L.I. *A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul. /dez. 2003.

_____. CORRÊA, A. S. da. *O diferencial do empreendimento solidário*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 34-43, jan. /abr. 2011

GERMER, C. *A Economia Solidária: uma crítica com base em Marx*. 2005. Anais: 4º Colóquio Marx e Engels. Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), IFCH, Unicamp, 8 a 11 de novembro de 2005.

GRAMSCI, A. *“Americanismo e Fordismo”* in Maquiavel, a Política do Estado Moderno, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

_____. *Caderno 22 (1934): Americanismo e fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUERRA JÚNIOR, A. *Cooperativas de créditos mútuo no contexto do sistema financeiro*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade de São Caetano do Sul. 2013.

GUIMARÃES, G. *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda*. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.

HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos, o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego Juro e da Moeda, Os Economistas*. São Paulo, Nova Cultural, 1996

ITURRASPE, F. *Participacion congestiom y augeston em América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 2000.

LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária, a perspectiva europeia., Sociedade e Estado*. Brasília: UNB, v. 16, n. 1-2, jan. 2001.

LECHAT, N.M.P. *Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. 2004.

_____. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Palestra proferida na UNICAMP. II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de cooperativas populares em 20 de mar de 2002.

_____. *Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?* Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 2, nº. 1, junho, 2002, pp. 123-140. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

LEITE, C.K. *A “Contra-Reforma” Neoliberal do Capitalismo e a Reestruturação das Relações de Trabalho*. São Carlos, SP: Dissertação de Mestrado, UFSCAR, 1998.

_____. *A reestruturação capitalista da sociedade e o ressurgir da economia solidária*. Araraquara: in Estudo de sociologia, 2011.

_____. *Economia de Comunhão: uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas*. São Carlos, SP: Tese de Doutorado, UFSCAR, 2005.

LEITE, M. P de. *A economia solidária e o trabalho associativo. Teorias e realidades*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, nº69, São Paulo, 2009.

LENIN, V. I. *Sobre a cooperação*. In: OBRAS Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAGALHÃES, R. S.; TODESCHINI, R. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

MARX, K. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. IN: FROMM, Erich. O conceito marxista de homem. Trad. De Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro. Zahar, 1975

_____. “*História e Consciência de Classe, Setenta Anos Depois*” in Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1993.

_____. LUXEMBURGO, R. LENINE, V. PRÉOBRAJENSKI, E. TSE-TUNG, M. *Cooperativismo e Socialismo*. Coimbra: Editora Centelha, 1979.

MÉSZAROS, E. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1996.

MUNARIN, A. *Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES: superação do capitalismo?* Santa Catarina: Monografia, UFSC, 2007.

NAKANO, M. Anteag: *a autogestão como marca*. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA FILHO, M. A. M. B. *Rotatividade de sócios e estabelecimento da cultura solidária em uma cooperativa de trabalho - variáveis relacionadas e desafios à autogestão: um estudo de caso em São Carlos. Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UNESP, 2010.

PALLOIX, C. “O Processo de Trabalho: do fordismo ao neofordismo” in Erber,R.S. (Org) *Processo de Trabalho e estratégia de Classe*, RJ, Zahar,1988.

PARAMIO, L. *Trás el Diluvio: la squierda ante el fin de siglo Mexico, Siglo XXI*, 1988, p.98

PALLOIX, C. “O Processo de Trabalho: do fordismo ao neofordismo” in Erber,R.S. (Org) *Processo de Trabalho e estratégia de Classe*, RJ, Zahar,1988.

PARAMIO, L. *Trás el Diluvio: la squierda ante el fin de siglo Mexico, Siglo XXI*, 1988, p.98

PINHO, D. B. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

QUIJANO, A. *Sistemas alternativos de produção?* In: SOUSA SANTOS, B (Org). *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RODRÍGUEZ, C.; SOUSA SANTOS, B. *Introdução: para ampliar o cânone de produção*. In: SOUSA SANTOS, B (Org). *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RODRIGUES, L. M. *Partido, ideologia e composição social*. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROSANVALLON, P. *A crise do Estado Providência*. Brasília: UnB, 2000.

SANTOS, V.C. *Economia Solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira*. PA: Dissertação de Mestrado, UFPA, 2010.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *Desenvolvimento: significado e estratégia*. Brasília: Mistério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. 5 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo. 2003.

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. SOUZA, A. R. de. (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. SOUZA, A. R. de. (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *“Economia Solidária como ato pedagógico”*. In KRUPPA. S. M. P (Org.) *Economia Solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília. INEP/MEC, 2005.

TIRIBA, L. *A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho*. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: Contradições e Desafios Frente a Crise do Trabalho Assalariado*. In: Gaudêncio Frigotto (Org). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 189-216.

WOMACK, J. JONES, D. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1992.